



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

CONTRATANTE (UASG)

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ (UASG 200082)

OBJETO

Contratação de **serviços de engenharia de manutenção predial**, destinados a assegurar o atendimento contínuo, integrado e eficiente das instalações da Procuradoria da República no Estado do Ceará — sede Fortaleza e Procuradorias da República nos Municípios de Sobral, Juazeiro do Norte e Limoeiro do Norte —, incluindo o fornecimento de todos os insumos, ferramentas, materiais e equipamentos necessários à execução plena dos serviços.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 614.411,50 (seiscentos e quatorze mil, quatrocentos e onze reais e oitenta e cinquenta centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **03/03/2026** às 10h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

MENOR PREÇO/MAIOR DESCONTO ANUAL POR GRUPO

MODO DE DISPUTA

ABERTO E FECHADO

EXCLUSIVA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

O download deste Pregão Eletrônico também está disponível gratuitamente na página da Internet:

<http://www.transparencia.mpf.mp.br/conteudo/licitacoes-contratos-e-convenios/licitacoes>;

Link para cadastramento da proposta e para a sessão: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

SUMÁRIO

1. DO OBJETO.....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	6
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	8
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	10
6. DA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA.....	13
8. DOS RECURSOS.....	28
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	29
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	32
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	33



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

Torna-se público que a **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ**, por intermédio da Supervisora de Licitações e Disputas Eletrônicas, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, Portaria SG/MPF nº 382/2015, do Exmo. Sr. Secretário-Geral do Ministério Público Federal, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, das Instruções Normativas SEGES/ME nº 05/2017 e 73/2022, da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **contratação de serviços de engenharia de manutenção predial**, destinados a assegurar o atendimento contínuo, integrado e eficiente das instalações da Procuradoria da República no Estado do Ceará — **sede em Fortaleza e Procuradorias da República nos Municípios de Sobral, Juazeiro do Norte e Limoeiro do Norte** —, incluindo o fornecimento de todos os insumos, ferramentas, materiais e equipamentos necessários à execução plena dos serviços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Compras.gov.br e as especificações e descrições constantes deste Edital, prevalecerão as deste Edital e seus anexos.

1.3. A licitação será em um único Grupo, conforme planilha constante do ANEXO I ao Edital - Termo de Referência.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que explorem ramo de atividade compatível com o objeto licitado (Acórdão TCU nº 503/2021 – Plenário), que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 ([Compras.gov/PNCP](http://Compras.gov.br/PNCP))**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto nº 8.538/2015.

2.6. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante fornecer Declaração de observância desta condição junto a sua proposta (ANEXO III).

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessário;

2.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, observando-se, para tanto, o seguinte:

2.7.5. Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, ou conste do cadastro do SICAF, pelo órgão que o praticou, bem como, as que tenham sido impedidas de contratar e licitar com a Administração Pública Federal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, ou conste do cadastro no SICAF, e, ainda, as que tenham sido punidas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ;

2.7.6. Será, também, realizada verificação de existência de registros impeditivos no Cadastro Nacional de empresas inidôneas e suspensas – CEIS da Controladoria Geral da União, no Cadastro de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União e no Cadastro Nacional de condenações cíveis por improbidade administrativa do Conselho Nacional de Justiça, conforme determinação do item 9.5.1.5 do Acórdão TCU nº 1793/2011-Plenário;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

2.7.7. A consulta aos cadastros poderá ser realizada em nome da empresa licitante e também de seu(s) sócio(s) majoritário(s), por força do artigo 12, da Lei nº 8.429/92, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

2.7.8. Caso conste, na consulta ao SICAF do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a administração diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

2.7.9. A tentativa de burla ao certame será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

2.7.10. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

2.7.11. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.12. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.13. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.14. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, considerando o objeto da presente contratação não ser de alta complexidade e de alto vulto (Acórdão TCU nº 2.831/2012 – Plenário);

2.7.15. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.16. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.7.17. Empresas prestadoras de serviços das quais membro ou servidor ocupante de cargo de direção, chefia e assessoramento do Ministério Público Federal, ou ainda seu cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, sejam sócios, gerentes ou diretores, conforme dispõe o art.3º da Resolução nº 37, de 28 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, conforme declarado nos



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

termos constantes do modelo anexo a este edital;

2.7.18. O licitante organizado em cooperativa Cooperativas de mão de obra (Termo de Conciliação Judicial firmado entre a União e o Ministério Público do Trabalho em 05 de junho de 2003) - (PARECER n. 00002/2023/DECOR/CGU/AGU, aprovado pelo DESPACHO DE APROVAÇÃO n. 00006/2023/SGPP/CGU/AGU).

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A vedação de que trata o item 2.7.16. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2. e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.2. e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2.1. A participação se dará mediante o Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov, disponível no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

3.2.2. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado – SICAF, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

3.2.3. O sistema Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. Está ciente em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

3.3.2. Que sua proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data da sua entrega em definitivo;

3.3.3. Atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório;

3.3.4. Inexiste impedimento à sua habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante;

3.3.5. Está ciente em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

3.3.6. Cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

3.3.7. Observa os incisos III e IV do art. 1º e cumpre o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante;

3.3.8. Cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.4.1. Na eventual existência de item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

3.4.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa

3.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3. ou 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.9.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.9.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.10. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.10.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, considerando a adoção do critério de julgamento **por MENOR PREÇO (Item 1) e MAIOR DESCONTO (Itens 2 a 6) ANUAL por GRUPO**.

3.11. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, conforme item 3.2 e campos solicitados no sistema, observando o seguinte:

4.1.1. Em nenhuma hipótese será recebida/cadastrada proposta fora do prazo estabelecido.

4.1.2. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.1.3. Os documentos enviados e anexados no sistema eletrônico deverão observar os tipos aceitos no sistema e os exigidos neste edital.

4.1.4. Para formular a proposta, que ocorrerá, exclusivamente, pelo sistema eletrônico, a empresa deverá preencher os campos próprios do sistema, sem identificação da empresa, sob pena de desclassificação.

4.1.5. Os valores propostos deverão conter, no máximo, dois algarismos após a vírgula, salientando-se que os algarismos que porventura ocorram após este limite serão desconsiderados.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte considerando que a execução do objeto envolve cessão de mão de obra residente, as licitantes optantes pelo **regime de tributação pelo SIMPLES NACIONAL deverão observar as exceções previstas no art. 18, § 5º-C e §5º-H da Lei Complementar no 123/2006 sob pena de desenquadramento obrigatório do regime tributário simplificado** caso não atendam aos requisitos legais ali estabelecidos.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações pública.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.10. A proposta deverá ser anexada no sistema conforme **MODELO do ANEXO E** do Termo de Referência – Anexo I ao Edital.

4.11. Não serão aceitas propostas com preços unitários superiores aos estimados no Termo de Referência.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.1.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor do item 1 e pelo valor percentual de desconto dos itens 2 a 6. No caso de lote, o sistema calculará o valor total do **GRUPO**.

5.5.2. Os valores propostos deverão conter, no máximo, dois algarismos após a vírgula, salientando-se que os algarismos que porventura ocorram após este limite serão desconsiderados.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.7.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários”.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **1% (um por cento)**, conforme ANEXO I ao Edital - Termo de Referência.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa “**ABERTO E FECHADO**”.

5.11. Considerando as regras do modo de disputa “aberto e fechado”, constante na IN SEGES nº 73/2022 o procedimento é o seguinte:

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá **duração inicial de 15 (quinze minutos)**. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de **até 10 (dez) minutos**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que **o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento)** superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em **até 5 (cinco) minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.11.4. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em **até cinco minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem **na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.**

5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **5 (cinco) minutos** controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.19.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.19.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2. O licitante será responsabilizado administrativamente, nos termos do disposto no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, e do art. 20 do Decreto nº 12.304/2024 por apresentar declaração falsa para fazer jus ao critério de desempate.

5.19.3. AVISO AOS LICITANTES – DECLARAÇÃO SOBRE PROGRAMA DE INTEGRIDADE:

5.19.3.1. Muitas empresas, por desconhecimento ou má-fé, têm declarado possuir Programa de Integridade sem, de fato, atendê-lo. Essa conduta configura declaração falsa, sujeitando a empresa à desclassificação imediata e às sanções do art. 156 da Lei nº 14.133/2021. O Pregoeiro exigirá a comprovação do Programa caso a empresa se beneficie do critério de desempate. Assinale a opção “Programa de Integridade”, no momento de registrar sua proposta no SISTEMA, apenas se efetivamente o tiver implementado.

5.19.4. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.4.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.4.2. Empresas brasileiras;

5.19.4.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.4.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.19.4.5. Ainda havendo empate será realizada sessão pública, entre os licitantes empatados, por meio da plataforma Zoom, na qual será realizado sorteio.

6. DA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

6.1. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7. do edital,



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

6.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no sítio http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

6.1.4. Relação de licitantes inidôneas do Tribunal de Contas da União – TCU, no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS>;

6.1.5. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>)

6.2. As consultas aos cadastros referidos acima podem ser supridas por meio da **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União** (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>), em conjunto com a **Certidão Negativa Correccional** (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM) (<https://certidoes.cgu.gov.br/consulta-inicial>)

6.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.5.1. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.5.2. Constatada a existência de sanção, a proposta será recusada, por falta de condição de participação do licitante.

6.6. Caso atendidas as condições de participação, será iniciada a verificação da conformidade da proposta do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.

6.7. Encerrada a análise das condições de participação do licitante, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e, observado o disposto nos itens 6.15, à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação, conforme definido neste edital.

6.8. Verificada a conformidade, o pregoeiro deverá convocar o licitante que tenha apresentado o melhor preço a negociar para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

6.8.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.8.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

6.9. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **3 (TRÊS) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.10. Para formular e encaminhar a proposta de preços exclusivamente por meio do sistema, a licitante deverá fazer sua cotação na tela de proposta como condição de participação, devendo estar ciente e levar em consideração, além das especificações e condições estabelecidas neste Edital, o atendimento dos seguintes requisitos:

6.10.1. A proposta deverá ser enviada via sistema eletrônico contendo os preços expressos em algarismos arábicos e por extenso, obedecendo às demais orientações dispostas deste Edital.

6.10.2. Também deverão ser informados na proposta os **dados do representante legal** da empresa (nome completo, cargo ou função, número de identidade, número do CPF/MF, endereço, telefone e e-mail) bem como os dados bancários do licitante (banco, agência, número da conta-corrente).

6.10.3. A descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, valor total **Mensal e ANUAL do Item** e valor **total Mensal e Anual do Grupo** (Itens 1 a 6).

6.10.3.1. No caso do Item 1, que trata dos **serviços contínuos, com dedicação exclusiva de mão de obra**, a indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO;

6.10.3.2. No caso do Item 1, na composição dos preços do profissional de **Mão de Obra Residente** não devem constar o CSLL e IRPJ de acordo com decisão do TCU (Acórdão nº 325/07).

6.10.3.3. No caso do Item 1, o licitante deverá enviar a GFIP e o documento apto a comprovar o Fator Acidentário de Prevenção (FAP).

6.10.3.4. No caso do Item 1, caso a empresa seja optante pelo lucro real, deverá



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

apresentar escrituração fiscal digital da contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS (EFD-Contribuições) para comprovar as alíquotas efetivas do PIS e do COFINS.

6.10.3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.10.3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.10.4. Nos preços propostos e nos lances que vier a ofertar já deverão estar inclusos todos os custos necessários para a prestação de serviço objeto da presente licitação, bem como todos os materiais, equipamentos, impostos, encargos (trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, etc.), taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, transporte, treinamento, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado constante da proposta, apurados mediante o preenchimento do **Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços**, conforme consta do **Anexo A** do Termo de Referência – Anexo I ao Edital.

6.10.5. As planilhas encontram-se **parametrizadas para a realização automática dos cálculos finais**, a partir da **inserção dos valores por empregado**, e estão **alinhadas ao Referencial Técnico de Custos – 4ª Edição**, aprovado pela AUDIN/MPU.

6.11. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, nas seguintes situações:

6.11.1.1. Por solicitação do licitante, no chat do sistema, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro;

6.11.1.2. De ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de sua conformidade.

6.11.2. Os valores propostos deverão conter, no máximo, dois algarismos após a vírgula, salientando-se que os algarismos que porventura ocorram após este limite serão desconsiderados.

6.11.3. A proposta readequada/atualizada, conforme **MODELO do ANEXO E** constante do ANEXO I ao Edital, deverá ser enviada no sistema, juntamente, com os seguintes **documentos complementares**:

6.11.3.1. Declarações constantes do **ANEXO II ao Edital**:

a) **DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE** – Resolução CNPJ nº 37/2009, para comprovação do constante na alínea “a”, do item 2.7.11;

b) **DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**, nos termos da IN SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

c) DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE TRABALHO ESCRAVO, NÃO EXPLORAÇÃO DE TRABALHO INFANTOJUVENIL E NÃO DISCRIMINAÇÃO;

d) DECLARAÇÃO POR NÃO ULTRAPASSAR A RECEITA BRUTA MÁXIMA ADMITIDA PARA ENQUADRAMENTO COMO EPP, NO EXERCÍCIO, EM CONTRATOS FIRMADOS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

6.11.3.1.1. As declarações mencionadas acima poderão compor tanto a proposta quanto os documentos de habilitação.

6.12. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.6 e 3.4 deste edital.

6.13. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.14. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.14.1. Contiver vícios insanáveis;

6.14.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.14.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação, observando-se, ainda:

6.14.3.1. Após o encerramento da etapa de lances, as propostas que contiverem valor acima do valor máximo aceitável para a contratação (Acórdão nº 1455/2018 – TCU – Plenário) serão desclassificadas, podendo o pregoeiro, ainda nesta situação, antes da desclassificação da proposta do licitante que apresentou o lance mais vantajoso, encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao referido licitante, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital;

6.14.3.2. A não determinação dos valores para quaisquer itens da planilha de custos e formação de preços será interpretado como liberalidade da empresa em não repassar tais custos para o contrato, mantendo-o exequível. Desta forma, a ausência de cotações para determinados itens da planilha **não são motivos para desclassificação de licitante** e esse, caso venha a ser contratado, NÃO PODERÁ ALEGAR TER SE EQUIVOCADO NA COTAÇÃO DOS PREÇOS, tendo que suportar o ônus de sua proposta, sob pena de responsabilização, nos termos da legislação vigente. (Acórdão TCU nº 1.092/2010 – 2ª. Câmara).

6.14.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.14.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

anexos, desde que insanável.

6.15. No caso de serviços de engenharia, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a **75%** (setenta e cinco por cento) **do valor orçado pela Administração** (§ 4º do art. 59 da Lei 14.133/2021).

6.15.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.15.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.15.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.16. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, observando-se, ainda que:

6.17. Serão desclassificadas as propostas que forem omissas, vagas, apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, bem como as que apresentarem preços ou vantagens baseadas nas ofertas de outras licitantes;

6.17.1. Considera-se proposta vaga ou omissa aquela que não constar referência ao objeto licitado.

6.17.2. A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos, desde que não contrarie instrumentos legais, não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta;

6.17.3. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, pode-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

I. Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecuibilidade;

II. Verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;

III. Levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, e junto ao Ministério da Previdência Social;

IV. Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

V. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

VI. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

VII. Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

- VIII. Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;
- IX. Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- X. Estudos setoriais;
- XI. Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
- XII. Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços; e
- XIII. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

6.18. O pregoeiro poderá comunicar a todos, mediante chat, o estabelecimento de um **tempo razoável** para aguardar resposta quando da **convocação para o diálogo**, inclusive, quanto à solicitação da proposta ajustada, após a fase de lances, antes da abertura do prazo, constante no item 6.7.

6.18.1. A empresa que não manifestar presença, ou seja, não acompanhar as operações no sistema eletrônico ou não atender às convocações do pregoeiro durante o processo licitatório, poderá ser desclassificada ou inabilitada, inclusive no caso de vir a ser a próxima convocada para as fases de aceitação de proposta e de habilitação.

6.19. Erros no preenchimento da planilha **não constituem motivo para a desclassificação** da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.19.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.19.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.19.3. O Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta mais bem classificada **quanto a compatibilidade do preço ofertado com o valor máximo aceitável para a contratação**, bem como a sua compatibilidade com as especificações e condições constantes neste Edital e seus Anexos.

6.19.3.1. Não obstante a proposta seja julgada pelo menor valor global do GRUPO de ITENS, **não será aceita proposta com preço superior ao valor unitário anual estimado para os itens**. Caso se verifique a ocorrência de preço superior ao estimado pela Administração, a licitante deverá adequar os valores, sob pena de desclassificação da proposta.

6.19.3.2. Atendendo o disposto no Acórdão TCU nº 1872/2018, foi implementada regra que impede a aceitação pelo pregoeiro, na fase de negociação posterior à disputa de lances, de **majoração (aumento) de preço unitário do item já definido na etapa de lances**, pelo fornecedor, quer para os itens adjudicados individualmente, quer para os



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

adjudicados em grupos.

6.19.3.3. O valor máximo aceitável para a presente contratação é definido no Anexo I – Termo de Referência, portanto, não poderão ser adjudicados, após a fase de lances, preços superiores aos definidos para a contratação.

6.19.3.4. Após o encerramento da etapa de lances, se os preços contiverem valor unitário acima do valor máximo aceitável para a contratação (Acórdão nº 1455/2018 – TCU – Plenário), pode o Pregoeiro, ainda nesta situação, antes da desclassificação da proposta do licitante que apresentou o lance mais vantajoso, encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao referido licitante, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital.

6.20. Finalizada a etapa de julgamento da proposta, será iniciado o procedimento de habilitação.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021. Sendo a seguinte documentação:

7.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA (VERIFICAÇÃO INICIAL NO SICAF):

7.2.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.2.1.2. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.2.1.3. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

7.2.1.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.2.1.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

7.2.1.6. Quando o licitante for Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16/2009.

7.2.1.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.2.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (VERIFICAÇÃO INICIAL NO SICAF):

7.2.2.1. Prova de inscrição no CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS (CNPJ), vigente na data prevista para abertura da licitação;

7.2.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.2.2.3. Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, compreendendo:

7.2.2.3.1. Certidão Conjunta Negativa ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

7.2.2.3.2. Certidão Negativa de Débitos (CND) ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos (CPD-EN) Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros;

7.2.2.3.3. Certidão Negativa de Débito ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos junto ao Estado; e

7.2.2.3.4. Certidão Negativa de Débito ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos junto ao Município.

7.2.2.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, dentro do prazo de validade;

7.2.2.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, estabelecida pela Lei nº 12.440/2011, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos;

7.2.2.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

7.2.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (VERIFICAÇÃO INICIAL NO SICAF):

7.2.3.1. CERTIDÃO NEGATIVA de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples.

7.2.3.2. CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU LIQUIDAÇÃO JUDICIAL, OU DE EXECUÇÃO PATRIMONIAL, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, ou de seu domicílio, com data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias da data da sessão pública, quando não houver prazo de validade expresso no documento (deverá ser apresentada e anexada no sistema certidão de falência atualizada, caso a data de expedição da certidão constante no SICAF seja superior a 60 (sessenta) dias).

7.2.3.3. BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE) dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente REGISTRADO ou o LIVRO DIÁRIO devidamente AUTENTICADO na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta., caso o registro do mesmo esteja vencido no SICAF;

7.2.3.4. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

7.2.3.5. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, nas formalidades constante na alínea “b”;

7.2.3.6. As empresas obrigadas a utilizar a **Escrituração Contábil Digital – ECD**, comprovarão a autenticação do balanço por meio do recibo de entrega emitido pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), nos termos do § 1º, do art. 78 – A, do Decreto nº 1800, de 30 de Janeiro de 1966;

7.2.3.7. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de **Liquidez Geral (LG)**, **Solvência Geral (SG)** e **Liquidez Corrente (LC)**, maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial, mediante comprovação apresentação pela empresa:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

Ativo Total

SG = -----

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC = -----

Passivo Circulante

7.2.3.8. Constar no referido sistema, da consulta ao balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício, as empresas deverão comprovar possuir capital mínimo ou **patrimônio líquido igual ou superior a 10%** (dez por cento) do valor estimado anual da contratação (art. 69, § 4º da Lei 14.133.2021, c/c alínea “c”, do item 11.1, do **ANEXO VII-A DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**, da IN SEGES nº 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022), sob pena de inabilitação;

7.2.3.9. Por ocasião da consulta ao SICAF ou, no caso de não constar no referido sistema, da consulta ao balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício, as empresas deverão comprovar possuir Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, **no mínimo, 16,66%** (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação (art. 69, §§ 1º da Lei 14.133.2021, c/c alínea “b”, do item 11.1, do **ANEXO VII-A DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**, da IN SEGES nº 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022), sob pena de inabilitação.

7.2.3.10. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor;

7.2.3.11. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.

7.2.4. HABILITAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL (VERIFICAÇÃO INICIAL NO SICAF):

7.2.4.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação constante **do ANEXO I - Termo de Referência**;

7.2.4.1.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

peculiaridades da contratação;

7.2.4.2. Registro ou inscrição da empresa **no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA**, ou **no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU**, em plena validade, nos termos da Lei nº 5.194/1966 e da Resolução CONFEA nº 1.025/2009, devendo constar também o **registro do responsável técnico** pela execução do contrato.

7.2.4.2.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante o **CREA/CAU** competente no Brasil, conforme legislação vigente.

7.2.4.3. Independentemente da opção pela realização ou não da vistoria, o licitante deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros, conforme modelo do **ANEXO D** do ANEXO I ao Edital - **Termo de Referência**.

7.2.4.4. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional **equivalente ou superior** à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

7.2.4.5. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executados(s) com as **seguintes características mínimas**:

7.2.4.6. Contrato(s) que comprove(m) a **experiência mínima de 3 (três) anos** do fornecedor na prestação de serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

7.2.4.7. Contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços **envolvendo cessão exclusiva de mão de obra** com, no mínimo, **50% (cinquenta por cento)** do número de postos de trabalho a serem contratados;

7.2.4.8. Contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços **compatíveis com o objeto desta contratação**, envolvendo, **no mínimo, 3 (três)** das seguintes atividades:

7.2.4.9. Manutenção de **instalações elétricas** prediais de baixa e média tensão, incluindo subestação e grupo gerador, em edificações com área construída mínima de 4.000 m²;

7.2.4.10. Manutenção de **instalações hidrossanitárias** em edificações com área construída mínima de 4.000 m²;

7.2.4.11. Manutenção de **sistemas de prevenção e combate a incêndio** e/ou de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA), em edificações com área construída mínima de 4.000 m²;



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

7.2.4.12. Execução de **serviços civis de conservação predial**, tais como revestimentos, pintura, cobertura, alvenaria, esquadrias e pisos, em edificações com área construída mínima de 4.000 m²;

7.2.4.13. Manutenção de **revestimento metálico em alumínio composto (ACM)** e/ou **brises** em fachadas com área mínima de 500 m²;

7.2.4.14. Manutenção de sistemas de segurança eletrônica, incluindo CFTV, alarmes e controle de acesso, em edificações com área construída mínima de 4.000 m².

7.2.5. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

7.2.5.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

7.2.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

7.2.5.3. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

7.2.6. Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA**, detentor(es) de **Atestado(s) de Responsabilidade Técnica (ART) ou Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT)** que comprovem experiência em serviços de **características semelhantes** às do objeto, com a devida indicação das atividades executadas.

7.2.6.1. Para o **Engenheiro Eletricista**: atestado de responsabilidade técnica por **execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva em sistemas elétricos de baixa e média tensão**, incluindo **subestação, grupo gerador e SPDA**, em edificações com área construída mínima de 4.000 m²;

7.2.6.2. Para o **Engenheiro Civil**: atestado de responsabilidade técnica por **execução ou supervisão de serviços de manutenção predial civil e hidráulica**, abrangendo **instalações hidrossanitárias, revestimentos, pintura, impermeabilização, esquadrias, estruturas ou sistemas de combate a incêndio**, em edificações com área construída mínima de 4.000 m²;

7.2.6.2.1. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar diretamente do serviço objeto do contrato, assumindo a responsabilidade técnica perante o CREA. Será



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

admitida sua substituição por profissional(is) de **experiência equivalente ou superior**, mediante prévia aprovação da Administração, nos termos do § 6º do art. 67 da **Lei nº 14.133/2021**.

7.2.6.3. Apresentação, pelo fornecedor, da **relação de compromissos profissionais atuais** assumidos pelos responsáveis técnicos indicados, demonstrando que há **disponibilidade compatível** com as demandas deste contrato.

7.2.6.4. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da **Lei nº 14.133/2021**, em decorrência de prescrição técnica ou ato profissional de sua responsabilidade.

7.2.6.5. Os atestados e certidões de acervo técnico poderão ser apresentados em nome da **matriz ou da filial** do fornecedor, desde que vinculados ao profissional indicado e devidamente registrados no conselho competente.

7.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.4. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.

7.8. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

7.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de 3 (TRÊS) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.10.2. O pregoeiro poderá comunicar a todos, mediante chat, o estabelecimento de um tempo razoável para aguardar resposta quando da convocação para o diálogo, inclusive, quanto à solicitação da documentação referidos no item 7.8.1.

7.10.2.1. A empresa que não manifestar presença, ou seja, não acompanhar as operações no sistema eletrônico ou não atender às convocações do pregoeiro durante o processo licitatório, poderá ser desclassificada ou inabilitada, inclusive no caso de vir a ser a próxima convocada para as fases de aceitação de proposta e de habilitação.

7.10.3. É facultado ao pregoeiro **prorrogar o prazo** estabelecido, nas seguintes situações:

7.10.3.1. Por solicitação do licitante, no chat do sistema, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro;

7.10.3.2. De ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de sua conformidade.

7.11. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.12.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.12.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

das propostas;

7.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.10.1.

7.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.16. Caso a proposta mais vantajosa seja **ofertada por microempresa**, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis. Quanto à contagem do aludido prazo, será da divulgação do resultado da fase de habilitação. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

7.16.1. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

7.17. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Para tanto, poderá solicitar retificações necessárias quanto a erros encontrados ou que apresentarem percentuais em desacordo com a legislação vigente ou com os acórdãos do TCU, desde que não ultrapasse o preço final ofertado pela licitante, podendo efetuar quantas convocações forem necessárias. Sendo possível, ainda, desde que justificado o equívoco ou falha do licitante, após avaliação do pregoeiro, ser solicitado documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta (Acórdão TCU nº 1.211/2021 – Plenário).

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, **no prazo de 10 (dez) minutos**, após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

8.2.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Os parâmetros para a aplicação de penalidades nas infrações cometidas em certames licitatórios e contratos administrativos no âmbito do Ministério Público Federal, que serão levados em consideração durante toda a vigência da contratação, estão estabelecidos na Portaria PGR/MPU Nº 178, de 13 de Setembro de 2023, que “Dispõe sobre o procedimento preliminar e o processo de apuração de responsabilidade e aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aos licitantes e contratados, no âmbito do Ministério Público da União e da Escola Superior do Ministério Público da União”.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

9.2. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.2.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.2.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.2.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.2.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.2.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.2.2.4. Deixar de apresentar amostra;

9.2.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.2.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.2.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.2.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

9.2.5. Fraudar a licitação;

9.2.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.2.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.2.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.2.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.2.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.2.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.3. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.3.1. Advertência;

9.3.2. Multa;

9.3.3. Impedimento de licitar e contratar e

9.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.4.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

9.4.2. As peculiaridades do caso concreto

9.4.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.4.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.4.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.5. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.5.1. Para as infrações previstas nos subitens 9.2.1 ao 9.2.8 deste capítulo, a definição do percentual de multa para cada conduta deverá observar os parâmetros de dosimetria contidos na Portaria PGR/MPU nº 178/2023.

9.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.2.4, 9.2.5, 9.2.6, 9.2.7 e 9.2.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.2.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, para o e-mail prce-slide@mpf.mp.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico, Compras.gov.br, e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. Por força da Lei nº 10.522/2022 (art. 6º e 6-A), que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências, alterada pela Lei nº 14.973/2024, é obrigatória a consulta prévia ao Cadin, pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, para celebração da contratação; constituindo fato impeditivo a celebração da contratação a existência de registro no Cadin em nome da adjudicatária da licitação.

11.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal de Transparência do MPF, no endereço eletrônico Internet: Licitações (mpf.mp.br).

11.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.12.1. ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

11.12.2. ANEXO II - Modelo de Declaração nos termos art. 3º da Resolução/CNMP nº



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

37/2009; Modelo de Declaração nos termos art. 3º da Resolução/CNMP nº 37/2009; Modelo Declaração de Sustentabilidade Ambiental; Modelo de Declaração de INEXISTÊNCIA de TRABALHO ESCRAVO, não EXPLORAÇÃO DE TRABALHO INFANTOJUVENIL e NÃO DISCRIMINAÇÃO; Modelo de Declaração por não ULTRAPASSAR A RECEITA BRUTA MÁXIMA ADMITIDA para ENQUADRAMENTO como EPP, no EXERCÍCIO, em CONTRATOS FIRMADOS com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

11.12.3. ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO.

Fortaleza, na data de assinatura do documento eletrônico.

GEDRA ALBUQUERQUE ALFREDO
Supervisora de Licitações e Disputas Eletrônicas



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

EDITAL - ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1 Contratação de serviços de engenharia de manutenção predial, destinados a assegurar o atendimento contínuo, integrado e eficiente das instalações da Procuradoria da República no Estado do Ceará — sede em Fortaleza e Procuradorias da República nos Municípios de Sobral, Juazeiro do Norte e Limoeiro do Norte —, incluindo o fornecimento de todos os insumos, ferramentas, materiais e equipamentos necessários à execução plena dos serviços, conforme condições, especificações técnicas e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos.
- 1.2 Os serviços serão prestados sob dois regimes de execução distintos, a saber:
 - 1.2.1 **Serviços contínuos, com dedicação exclusiva de mão de obra**, compreendendo a presença permanente de equipe técnica residente (Oficial/Artífice de Manutenção Predial) na sede, incluídos os Anexos, em Fortaleza, responsável pela execução rotineira das atividades de manutenção preventiva, preditiva e corretiva de baixa complexidade.
 - 1.2.2 **Serviços sob demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra**, destinados à execução de atividades eventuais, especializadas ou de maior complexidade técnica, como reparos estruturais, substituições de componentes, pequenas reformas e serviços de engenharia consultiva (croquis, levantamentos, pareceres e laudos técnicos), **abrangendo todas as unidades do MPF no Estado do Ceará, compreendendo a sede e seus Anexos, em Fortaleza/CE, e as Procuradorias da República no interior (Sobral, Juazeiro do Norte e Limoeiro do Norte).**
- 1.3 O escopo abrangerá atividades **preditivas, detectivas, preventivas, corretivas e evolutivas (de melhoria ou pequenas reformas)** nos sistemas



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

elétricos (baixa e média tensão, incluindo subestação e grupo gerador), hidráulico e sanitário, civil, de combate a incêndio, de segurança eletrônica (alarmes, CFTV e controle de acesso), de alvenaria e revestimentos — incluindo a fachada do edifício-sede composta por brises e painéis de ACM —, de cobertura e impermeabilização, de esquadrias e ferragens, de pintura, de pisos e revestimentos, além de redes lógicas e telefônicas.

- 1.4 A contratação compreenderá, ainda, a **manutenção de áreas externas** (poda de árvores, controle de vegetação e conservação de espaços não edificadas) e os **serviços de engenharia consultiva** necessários ao planejamento e acompanhamento das intervenções, garantindo a integridade, funcionalidade e segurança das edificações e de seus sistemas.

GRUPO ÚNICO

MÃO DE OBRA RESIDENTE					
ITEM	POSTO	QTD.	VL. UNIT. MENSAL	VL. TOTAL MENSAL	VL. TOTAL ANUAL
1	Artífice/Oficial de Manutenção Predial (CATSER 1627)	2	R\$ 6.143,78	R\$ 12.287,56	R\$ 147.450,72
FORNECIMENTO DE MATERIAIS (SOB DEMANDA)					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.		VL. ESTIMADO MENSAL	VL. ESTIMADO ANUAL
2	Fornecimento de material para os residentes (sob demanda). (CATSER 1627)	1		R\$ 749,30	R\$ 8.991,60
SERVIÇOS EVENTUAIS (SOB DEMANDA)					
FORTALEZA/CE					
ITEM	DESCRIÇÃO			QTD.	VL. ANUAL (ESTIMADO)
3	Contratação de serviços técnicos profissionais comuns de engenharia, de natureza preditiva, detectiva, preventiva,			1	R\$ 296.969,08



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

	corretiva, evolutiva (pequenas reformas e melhorias) e consultiva, eventuais ou programados (sob demanda), voltados à manutenção predial das instalações da Procuradoria da República no Estado do Ceará – Ed. Sede e Anexos (Fortaleza/CE) , com fornecimento integral de materiais, insumos, peças, EPIs, ferramentas e equipamentos necessários à execução. (CATSER 1627)		
SOBRAL/CE			
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	VL. ANUAL (ESTIMADO)
4	Contratação de serviços técnicos profissionais comuns de engenharia, de natureza preditiva, detectiva, preventiva, corretiva, evolutiva (pequenas reformas e melhorias) e consultiva, eventuais ou programados (sob demanda), voltados à manutenção predial das instalações da Procuradoria da República em Sobral/CE , com fornecimento integral de materiais, insumos, peças, EPIs, ferramentas e equipamentos necessários à execução. (CATSER 1627)	1	R\$ 53.769,37
LIMOEIRO DO NORTE/CE			
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	VL. ANUAL (ESTIMADO)
5	Contratação de serviços técnicos profissionais comuns de engenharia, de natureza preditiva, detectiva, preventiva, corretiva, evolutiva (pequenas reformas e melhorias) e consultiva, eventuais ou programados (sob demanda), voltados à manutenção predial das instalações da Procuradoria da República em Limoeiro do Norte/CE , com fornecimento integral de materiais, insumos, peças, EPIs, ferramentas e equipamentos necessários à execução. (CATSER 1627)	1	R\$ 55.660,21
JUAZEIRO DO NORTE/CE			
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	VL. ANUAL (ESTIMADO)
6	Contratação de serviços técnicos profissionais comuns de engenharia, de natureza preditiva, detectiva, preventiva, corretiva, evolutiva (pequenas reformas e melhorias) e consultiva, eventuais ou programados (sob demanda), voltados à	1	R\$ 51.570,82



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

manutenção predial das instalações da Procuradoria da República em Juazeiro do Norte/CE , com fornecimento integral de materiais, insumos, peças, EPIs, ferramentas e equipamentos necessários à execução. (CATSER 1627)		
1 - Valor anual estimado da mão de obra residente		R\$ 147.450,72
2 - Valor anual estimado com materiais e serviços eventuais sob demanda		R\$ 466.961,08
Valor total anual estimado da contratação (soma dos itens 1 e 2)		R\$ 614.411,80

Nota 1: O critério de julgamento do **Item 1** será o de **MENOR PREÇO GLOBAL ANUAL**, sendo considerada vencedora a proposta que apresentar o menor valor global anual, desde que atenda integralmente às especificações e condições estabelecidas no edital.

Nota 2: O critério de julgamento dos **Itens 2 a 6** será o de **MAIOR DESCONTO**, sendo considerada vencedora a proposta que oferecer o maior percentual de desconto sobre o valor anual estimado para o item, observadas as condições do edital.

Nota 3: O valor estimado constante do item 2 da tabela destina-se a cobrir as despesas com materiais utilizados pelos residentes que **não estejam previstos nos Anexos A-2.2 e A-4.2**, bem como a atender situações de **esgotamento do estoque** de determinado item desses anexos, decorrente de consumo superior ao estimado pela Administração, **quando não for viável a adoção de outra medida**, como, por exemplo, a formalização de acréscimo contratual.

Nota 4: Os **itens 1 a 6** serão **adjudicados e contratados por uma única empresa**, de forma a assegurar a execução integrada e padronizada dos serviços em todas as unidades abrangidas.

Nota 5: Os **itens 2 a 6** desta tabela possuem quantidade indicada como “1 (uma unidade)” por se referirem à contratação sob demanda, no âmbito de um único contrato, durante o período de vigência contratual, não correspondendo a quantitativos físicos previamente definidos.

Nota 6: O **item 2** refere-se, conforme esclarecido na Nota 3, ao fornecimento de materiais a serem disponibilizados **sob demanda**, de acordo com a efetiva necessidade



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

*da Administração. Os **itens 3 a 6**, por sua vez, referem-se à prestação de serviços técnicos profissionais comuns de engenharia, de natureza preditiva, detectiva, preventiva, corretiva, evolutiva e consultiva, incluindo, quando necessário, o fornecimento integral dos materiais, insumos, peças, EPIs, ferramentas e equipamentos indispensáveis à execução dos serviços, igualmente realizados **sob demanda**, mediante emissão de ordens de serviço. A indicação da quantidade unitária tem por finalidade representar a unidade contratual global, correspondente à disponibilização da capacidade técnica, operacional e logística da contratada para atendimento das demandas ao longo da vigência do contrato. A remuneração ocorrerá **exclusivamente pelos materiais fornecidos e pelos serviços efetivamente executados**, com base nos preços unitários constantes da planilha orçamentária, observados os limites do valor global estimado e contratado, **inexistindo obrigação de consumo mínimo por parte da Administração.***

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

- 1.5 Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como **comuns de engenharia**. A classificação decorre do fato de se tratarem de serviços rotineiros, padronizados e executados segundo práticas e normas técnicas amplamente conhecidas no mercado, cujas especificações podem ser objetivamente definidas no Termo de Referência e no edital, possibilitando a adoção de critérios de julgamentos objetivos e comparáveis entre os licitantes.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

- 1.6 O serviço é enquadrado como **continuado**, tendo em vista que sua natureza é permanente e essencial à preservação das condições de funcionamento das **instalações prediais da Procuradoria da República no Estado do Ceará e das Procuradorias da República nos Municípios de Sobral, Juazeiro do Norte e Limoeiro do Norte**, exigindo execução ininterrupta para garantir a segurança, a conservação do patrimônio público e a continuidade das atividades institucionais.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

Prazo de vigência

- 1.7 O contrato terá vigência inicial de **12 (doze) meses**, contados a partir de **30 de março de 2026**, podendo ser prorrogado por períodos sucessivos, **até o limite de 10 (dez) anos**, conforme o disposto nos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

Participação na Licitação

- 1.8 A licitação **não será exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, uma vez que o valor global estimado da contratação, considerado o período de 12 (doze) meses, **supera o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) previsto em lei para a adoção obrigatória da exclusividade**.

2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

- 2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- **ID PCA no PNCP:** 26989715000102-0-000105/2026;
- **Data de publicação no PNCP:** 03/10/2025;
- **Id do item no PCA:** 104222;
- **Classe/Grupo:** 1627 – Manutenção / Reforma Predial;
- **Identificador da Futura Contratação:** 44573.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

3.1 A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e no Plano de Logística Sustentável do MPF 2024–2026:

- 4.1.1 Priorizar o uso de insumos e equipamentos que promovam a eficiência energética e o uso racional de recursos naturais, incluindo lâmpadas LED, sensores de presença e dispositivos economizadores de água;
- 4.1.2 Garantir a gestão ambientalmente adequada dos resíduos provenientes das atividades de manutenção, com coleta seletiva, destinação final comprovada e, sempre que aplicável, uso de logística reversa para lâmpadas, baterias, óleos lubrificantes, filtros e demais materiais contaminantes; e
- 4.1.3 Observar práticas de responsabilidade social e acessibilidade, assegurando o cumprimento das normas trabalhistas, o incentivo à contratação de mão de obra local e o atendimento à NBR 9050 (acessibilidade em edificações).

Indicação de marcas ou modelos

- 4.1.4 Na presente contratação, para fins de padronização e interoperabilidade com sistemas existentes, sem prejuízo da aceitação de produtos equivalentes que atendam integralmente às normas técnicas e de desempenho aplicáveis, sempre que cabível, será admitida à Contratante a



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

indicação de materiais e equipamentos compatíveis com o padrão institucional do MPF.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

- 4.1.5 A Administração não aceitará o fornecimento de lâmpadas e refletores de tecnologia obsoleta ou de baixa eficiência (fluorescentes, halógenas, incandescentes); tintas, vernizes e solventes com alto teor de compostos orgânicos voláteis (COVs); e produtos que não apresentem certificação INMETRO ou laudo técnico que comprove atendimento às normas e requisitos ambientais aplicáveis.

Subcontratação

- 4.1.6 É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor total do contrato, nas condições definidas neste Termo de Referência.
- 4.1.7 Poderão ser subcontratadas, mediante prévia e expressa autorização da Administração, parcelas do objeto que demandem expertise técnica específica, observada a responsabilidade integral da contratada, compreendendo:
- 4.1.7.1 Subestação elétrica de média tensão, incluindo medições, ensaios, termografias, calibrações, manutenção de disjuntores, transformadores, painéis e cabines, bem como serviços de manutenção corretiva e preventiva especializada, **com emissão da respectiva ART**;
- 4.1.7.2 Grupo gerador¹, abrangendo ensaios de carga, manutenção do Quadro de Transferência Automático (QTA), com a realização das medições e calibrações necessárias, inspeção visual e funcional dos componentes elétricos, mecânicos e eletrônicos, substituição de componentes e ajustes no sistema de automação, quando aplicável, bem

¹ As atividades de manutenção deverão observar, no que couber, as orientações constantes do manual do fabricante do equipamento e da Nota Técnica nº 05 da SEA.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

como a emissão de relatórios e laudos técnicos contendo os resultados e as recomendações técnicas, e a **emissão da ART**, quando exigida pela legislação profissional.

- 4.1.7.3 Sistemas de segurança eletrônica, incluindo controle de acesso, câmeras de CFTV, alarmes, sensores, cabeamento e gravação digital, bem como o suporte técnico associado, **com ART ou RRT quando aplicável**;
- 4.1.7.4 Sistemas de prevenção e combate a incêndio, compreendendo a rede de hidrantes e sprinklers, bombas de incêndio, extintores, detectores de fumaça, acionadores manuais e sinalizações, incluindo testes e ensaios de estanqueidade, recarga de extintores, manutenção preditiva, preventiva e corretiva dos dispositivos, bem como a calibração e o balanceamento hidráulico dos sistemas, **com a devida ART**;
- 4.1.7.5 Sistema de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), incluindo inspeções, testes de estanqueidade, substituição de válvulas, reguladores, manômetros e demais dispositivos de segurança, bem como manutenção preditiva, preventiva e corretiva de tanques e redes de distribuição, **com emissão de ART específica**;
- 4.1.7.6 Sistemas de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA), incluindo medições de resistência ôhmica, emissão de laudos, substituição de componentes e **registro de ART específica**, nos termos das normas técnicas vigentes;
- 4.1.7.7 Sistemas de fachadas com brises e painéis de ACM, abrangendo a manutenção preditiva, preventiva e corretiva das estruturas metálicas, painéis, suportes e fixações, substituição de componentes danificados, limpeza técnica, reaperto de conexões, recomposição de vedação e inspeções periódicas com emissão de relatório técnico e registro fotográfico e **ART ou RRT, conforme a natureza do serviço**;
- 4.1.7.8 Serviços de impermeabilização de lajes, reservatórios, caixas d'água e coberturas, com aplicação de manta asfáltica, emulsões ou sistemas



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

equivalentes, incluindo ensaios de estanqueidade, **com emissão de ART específica;**

4.1.7.9 Serviços de marcenaria e serralheria de maior porte, que demandem equipamentos, maquinário ou estruturas industriais especializadas, **com ART quando caracterizada atividade técnica regulamentada;**

4.1.7.10 Serviços especializados de engenharia consultiva, como laudos técnicos, ensaios laboratoriais, medições topográficas, medições de aterramento, termografia, calibração de instrumentos e atividades correlatas, **com emissão de ART ou RRT correspondente;** e

4.1.7.11 Serviços eventuais de apoio logístico e de poda e controle de vegetação em áreas externas, quando demandarem equipamentos ou pessoal técnico específico, mediante prévia autorização da fiscalização, **com ART ou RRT quando exigido pela legislação profissional aplicável.**

4.1.8 As melhorias, modernizações e evoluções tecnológicas dos sistemas e equipamentos descritos nesta seção, quando tecnicamente justificadas e compatíveis com o objeto contratual, poderão ser subcontratadas total ou parcialmente, mediante anuência prévia e expressa da Administração.

4.1.8.1 Nessas hipóteses, a contratada deverá apresentar justificativa técnica, memorial descritivo dos serviços propostos, comprovação da qualificação do subcontratado **e a respectiva Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica (ART/RRT).**

4.1.8.2 A subcontratação dessas atividades deverá ter como finalidade aperfeiçoar o desempenho, a eficiência energética, a confiabilidade ou a segurança operacional dos sistemas, sem alterar a natureza do objeto contratual principal.

4.1.9 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

- 4.1.10 A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 4.1.11 O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.
- 4.1.12 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 4.1.13 Em se tratando de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o Contratado terá responsabilidade solidária por atos e omissões do subcontratado que resultem em descumprimento da legislação trabalhista (art. 2º, inciso IV, do Decreto nº 12.174, de 2024).

Inexistência de vínculo com subcontratados

- 4.1.14 A subcontratação **não gera, em nenhuma hipótese**, vínculo jurídico, contratual, trabalhista, previdenciário ou financeiro entre o Contratante e o subcontratado, sendo **exclusiva da Contratada** a responsabilidade pelo pagamento, gestão e adimplemento das obrigações assumidas perante seus subcontratados.
- 4.1.15 O inadimplemento da Contratada em relação a seus subcontratados **não autoriza** estes a demandar direta ou indiretamente o Contratante, **não enseja solidariedade ou subsidiariedade** da Administração, nem gera direito a pagamento direto pelo Contratante.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

Gestão de inadimplemento da subcontratação

4.1.16 Sem prejuízo das sanções contratuais cabíveis, constatado ou formalmente comunicado o inadimplemento da Contratada em relação a obrigações líquidas e exigíveis perante subcontratados regularmente autorizados, o Contratante poderá, mediante instauração de procedimento administrativo e assegurado o contraditório:

4.1.16.1 reter valores devidos à Contratada, inclusive faturas ou medições pendentes; e

4.1.16.2 II – condicionar novos pagamentos à comprovação da regularização das pendências.

4.1.17 A retenção de valores de que trata o item anterior possui natureza cautelar, não implica reconhecimento de responsabilidade do Contratante perante o subcontratado e não autoriza pagamento direto a este.

Garantia da contratação

4.1.18 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e **90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, **em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação.****

4.1.18.1 Tratando-se de serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

- 4.1.19 Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 4.1.20 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 4.1.21 Caso o adjudicatário opte pela apresentação de seguro-garantia, deverá apresentar a respectiva apólice antes da assinatura do contrato, sob pena de preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia, salvo motivo de força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração.
- 4.1.22 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 4.1.23 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- 4.1.24 Não apresentada a apólice no prazo estabelecido no item 4.1.21, o adjudicatário deverá apresentar, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, prorrogáveis por igual período a critério do Contratante, comprovante de prestação de garantia em uma das demais modalidades admitidas pelo art. 96, §1º, da Lei nº 14.133/2021 — caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- 4.1.24.1 Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, **em conta específica na Caixa Econômica Federal**, com correção monetária.
- 4.1.24.2 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia **autorizado pelo Banco Central do Brasil**, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

- 4.1.24.3 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente **autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil**, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.1.24.4 Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização **regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal**.
- 4.1.24.5 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.1.25 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 4.1.25.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - 4.1.25.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
 - 4.1.25.3 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- 4.1.26 Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

- 4.1.27 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.1.28 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.1.29 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 4.1.30 O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.1.31 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 4.1.32 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 4.1.33 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

- 4.1.34 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 4.1.35 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 4.1.36 A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 4.1.37 Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;
- 4.1.38 Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;
- 4.1.39 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.
- 4.1.40 O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 4.1.41 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 4.1.42 A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

Da retenção de créditos

- 4.1.43 Sem prejuízo da garantia da contratação prevista no item 4.1.18 deste Termo de Referência, **o Contratante fica expressamente autorizado**, a qualquer tempo durante a execução contratual, a reter valores devidos à Contratada, inclusive faturas, medições ou quaisquer créditos decorrentes do contrato, para assegurar o adimplemento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS vinculadas à execução do contrato.
- 4.1.44 Constatado o não cumprimento tempestivo e regular das obrigações trabalhistas, previdenciárias ou fundiárias, o Contratante poderá realizar o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato, bem como às entidades competentes (INSS, FGTS e demais encargos legais), utilizando-se prioritariamente dos créditos da Contratada ainda não pagos.
- 4.1.45 A utilização dos créditos da Contratada para os fins previstos neste item terá caráter preferencial em relação ao acionamento da garantia contratual, que somente será executada quando os valores retidos se mostrarem insuficientes para a cobertura integral das obrigações inadimplidas.
- 4.1.46 O pagamento direto de que trata este item poderá abranger, além de salários e encargos legais, multas, indenizações e demais valores já apurados em processo administrativo e não pagos pela Contratada no prazo fixado pela Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.
- 4.1.47 A retenção de créditos e o pagamento direto não eximem a Contratada de suas responsabilidades contratuais, legais e trabalhistas, nem impedem a adoção das demais medidas previstas neste Termo de Referência, no contrato e na legislação aplicável.

Vistoria



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

4.1.48 A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, **de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 16:00 horas.**

4.1.48.1 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.1.49 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.1.50 Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo constante do **Anexo D.**

4.1.51 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Cronograma de mobilização e início efetivo da execução

5.1 **A partir de 30/03/2026**, considerando a emissão imediata da Ordem de Serviço (O.S.) inicial após a assinatura do ajuste, a contratada deverá apresentar a equipe técnica residente, devidamente uniformizada, identificada e apta ao trabalho, e comprovar a disponibilização dos insumos básicos (materiais de consumo e EPIs), ferramentas e equipamentos necessários, nos termos contratuais.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

- 5.1.1 Na mesma data, deverá ser comprovada a disponibilidade de solução provisória digital (ambiente colaborativo) para registro/controle/acompanhamento em tempo real das OS, até a implantação do sistema eletrônico próprio, a ser concluída em até **45 (quarenta e cinco) dias** contados da assinatura do contrato.
- 5.1.2 Paralelamente à mobilização, iniciar-se-á a execução do Plano de Manutenção Preventiva, abrangendo sistemas elétrico, hidráulico, civil, combate a incêndio, segurança eletrônica e demais subsistemas, conforme cronograma aprovado pela fiscalização.
- 5.1.3 As atividades preventivas, preditivas e detectivas (medições, inspeções, diagnósticos) serão executadas de forma integrada, servindo de base para o planejamento de corretivas e evolutivas. Os serviços que não forem de responsabilidade direta da equipe residente (intervenções especializadas, medições técnicas, laudos, manutenções nas PRMs) serão executados por equipes de apoio itinerante, conforme programação pré-acordada com a fiscalização e periodicidades do plano de manutenção.

Dinâmica e métodos de execução

- 5.2 Os serviços serão executados de forma contínua, integrada e planejada, abrangendo atividades corretivas, preventivas, preditivas, detectivas e evolutivas, conforme segue:
- 5.2.1 **Serviços corretivos de baixa complexidade (equipe residente):** núcleo principal da rotina diária na sede, voltado à manutenção do pleno funcionamento das instalações e equipamentos, abrangendo substituições elétricas/hidráulicas simples, pequenos reparos civis, ajustes de esquadrias, recomposição pontual de pisos/revestimentos, pintura localizada e assemelhados, sem demanda de equipe especializada.
- 5.2.1.1 Todas as atividades serão registradas no SNP e/ou no sistema da contratada (conforme fluxo acordado entre SMSG/fiscalização/contratada), para controle de SLA – *Service Level Agreement* (**Acordo de Nível de Serviço**) e KPIs – *Key Performance*



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

Indicator (Indicador-Chave de Desempenho). A priorização considerará natureza, urgência e criticidade, podendo ocorrer cumulatividade com preventivas programadas, sem prejuízo das rotinas essenciais.

5.2.1.2 O quadro abaixo consolida, de forma resumida, os prazos aplicáveis. Em caso de divergência entre prazos gerais previstos em outras seções e os prazos de SLA por nível de prioridade, **prevalecerão** os prazos estabelecidos neste quadro-síntese:

Prazos máximos de resposta e solução por nível de prioridade

Nível de Prioridade	Localidade	Prazo de resposta	Prazo de solução
Nível 5 – Emergencial	Capital (Fortaleza)	até 2 horas	até 12 horas
	PRMs (Sobral, Juazeiro do Norte e Limoeiro do Norte)	até 6 horas	até 36 horas
Nível 4 – Alta prioridade	Capital	até 8 horas	até 24 horas
	PRMs	até 8 horas	até 48 horas
Nível 3 – Média prioridade	Capital	até 24 horas	até 72 horas
	PRMs	até 24 horas	até 5 (cinco) dias úteis
Níveis 1 e 2 – Baixa prioridade	Todas	até 24 horas	até 15 (quinze) dias úteis*
Serviços com orçamento prévio	Todas	até 24 horas	Orçamento: até 5 (cinco) dias úteis / Execução: até 10



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

			(dez) dias úteis**
--	--	--	--------------------

* Salvo prazos específicos definidos pela SMSG, conforme a natureza e complexidade do serviço.

** Após aprovação do orçamento pela Administração, salvo justificativa técnica aceita pela fiscalização.

5.2.2 **Serviços programados (manutenção preventiva, preditiva e detectiva):** executados conforme Plano de Manutenção Predial aprovado, com periodicidades diária, semanal, quinzenal, mensal, trimestral, semestral ou anual, de acordo com o sistema. A equipe residente apoia essas atividades quando compatível; atividades que exijam instrumentação/ensaios ficam a cargo de equipes especializadas.

5.2.3 **Serviços sob demanda de média complexidade e evolutivos:** executados mediante Ordem de Serviço (O.S.) no sistema, com registro de dados essenciais (unidade, tipo de serviço, tempos de resposta/execução, evidências). Abrangem intervenções com técnicos específicos/peças e melhorias pontuais (layout, pequenas reformas, adequações técnicas).

5.2.4 **Serviços emergenciais:** atendimento imediato após comunicação, observados os prazos de resposta e solução definidos no quadro-síntese acima, conforme a classificação do chamado.

5.2.4.1 A CONTRATADA deverá adotar, desde a fase de resposta, medidas provisórias de contenção e segurança, quando cabíveis, até a solução definitiva ou acionamento de apoio especializado, conforme orientação da fiscalização.

5.2.4.2 **Sede (Fortaleza):** equipe residente inicia em até 1 (uma) hora, adotando medidas provisórias de segurança e restabelecimento até solução definitiva ou apoio especializado.

5.2.4.3 **PRMs:** a resposta poderá incluir atendimento remoto imediato e, quando necessário, mobilização de equipe local subcontratada ou



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

deslocamento emergencial, conforme a prioridade do chamado e orientação da fiscalização.

- 5.2.5 **Serviços sob demanda (eventuais/especializados):** executados mediante autorização da Contratante, com orçamento, cronograma e plano de trabalho prévios, observando a tabela de referência e O.S. específica. Incluem laudos, medições (inclusive termografia), ensaios, calibrações, ajustes e engenharia consultiva.
- 5.2.6 **Serviços nas PRMs (Sobral, Juazeiro do Norte e Limoeiro do Norte):** deverão ser realizadas visitas preventivas semestrais e corretivas sob demanda, com deslocamento de equipe multidisciplinar, contemplando as manutenções programadas e as O.S. abertas. A programação será acordada com a fiscalização e a Unidade. Cada visita resultará em relatório técnico com registros fotográficos, medições, diagnósticos e recomendações.

Cronograma de execução — prazos para Plano e Diagnóstico

- 5.3 A contratada deverá submeter à fiscalização, para análise e aprovação, o Plano de Mobilização e o Cronograma Físico-Operacional **em até 15 (quinze) dias úteis**, contados a partir de 30/03/2026.

5.4 Conteúdo mínimo do Plano/Cronograma:

- 5.4.1 cronograma de início das atividades preventivas, preditivas e detectivas e dos treinamentos;
- 5.4.2 calendário das preventivas por sistema e unidade;
- 5.4.3 plano de visitas técnicas às PRMs;
- 5.4.4 periodicidade de relatórios de desempenho, reuniões de acompanhamento e medições;



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

5.4.5 discriminação das atividades preventivas/preditivas/detectivas executáveis pela equipe residente (com periodicidades) e daquelas que dependem de equipes especializadas, indicando forma de execução e prazos estimados;

5.4.6 matriz RACI² resumida por macro-sistema (quem executa/apoia/aprova).

5.5 O plano e o cronograma deverão refletir as condições reais das unidades e servirão de referência para a fiscalização quanto à execução e ao acompanhamento dos KPIs.

5.6 O Relatório de Diagnóstico Inicial das Instalações será apresentado **em até 30 (trinta) dias úteis** contados da assinatura do contrato. O relatório conterá:

5.6.1 avaliação do estado de conservação/funcionamento dos sistemas e equipamentos;

5.6.2 registros fotográficos e medições básicas;

5.6.3 levantamento de não conformidades, pendências e riscos críticos;

5.6.4 recomendações técnicas e lista priorizada de ações (classificação por risco e prazos sugeridos).

5.6.5 O diagnóstico servirá como marco inicial para controle da execução, validação do plano de manutenção e acompanhamento dos indicadores ao longo da vigência.

5.6.6 O Plano de Manutenção a ser apresentado deverá atender, no mínimo, aos parâmetros, critérios e diretrizes estabelecidos no Estudo Técnico Preliminar (ETP), tanto para a sede (Fortaleza) quanto para as Procuradorias da República nos Municípios (PRMs).

² **Matriz RACI** é o instrumento utilizado para definir, de forma clara e objetiva, as responsabilidades dos agentes envolvidos na execução contratual, permitindo identificar, para cada atividade ou processo, quem é **Responsável (R)** pela execução, quem é o **Aprovador ou Autoridade responsável (A)** pela validação final, quem deve ser **Consultado (C)** durante a execução e quem deve ser apenas **Informado (I)** acerca do andamento ou conclusão das atividades.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

5.6.6.1 O documento deverá servir como instrumento operacional de referência para a fiscalização e será atualizado sempre que houver alteração de sistemas, revisões contratuais ou mudanças de criticidade técnica.

Equipe Técnica

- 5.7 A execução dos serviços de manutenção predial ocorrerá por meio de equipe técnica multidisciplinar, composta por profissionais **residentes, não residentes (itinerantes ou sob demanda) e supervisores (responsáveis técnicos)**, conforme a natureza, a complexidade e a localização das atividades.
- 5.8 A composição da equipe e o dimensionamento mínimo deverão assegurar atendimento contínuo, eficaz e tempestivo às demandas da CONTRATANTE.

5.9 Equipe RESIDENTE

- 5.9.1 A equipe residente será composta, no mínimo, **por dois (02) oficiais de manutenção predial de perfil multifuncional**, com capacitação comprovada para atuar em sistemas elétricos, hidráulicos e civis.
- 5.9.2 A equipe residente atuará na Procuradoria da República no Ceará (Fortaleza) e será responsável pelos serviços de natureza contínua e imediata, incluindo atividades rotineiras, preventivas, detectivas, preditivas, corretivas e emergenciais, desde que não extrapolem seu escopo técnico.

Carga horária (44 horas)

- 5.9.3 A carga horária a ser cumprida, de segunda a sexta-feira e, quando necessário, aos sábados ou domingos, pelos profissionais residentes **será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais**, dentro da faixa horária compreendida entre 07h00 e 18h00, respeitando o intervalo para almoço previsto na CLT ou em Acordos Trabalhistas vigentes.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

- 5.9.4 A carga horária diária dos **postos com jornada de 44 horas semanais** será, em regra, de **8 horas e 48 minutos**, a ser cumprida de **segunda-feira a sexta-feira**, no horário **das 07:00 às 16:48**, com **1 hora de intervalo para o almoço**, adotando-se **sistema de compensação de horas**.
- 5.9.5 Poderá, no entanto, no interesse da Administração, ser adotada jornada de **8 horas diárias**, de **segunda-feira a sexta-feira**, dentro da faixa horária compreendida entre 07h00 e 18h00, respeitado o **intervalo mínimo de 1 (uma) hora para o almoço**, sendo as **4 horas semanais remanescentes** cumpridas aos **sábados ou domingos**, dentro da faixa horária compreendida entre 07h00 e 12h00, observados o **limite máximo de 10 horas diárias** e de **44 horas semanais**. Nessa hipótese, o Contratante reserva-se o direito de solicitar à Contratada, sempre que necessário, a **convocação dos empregados terceirizados** para prestação de serviços aos **sábados ou domingos**.
- 5.9.6 As **escalas de trabalho**, respeitadas as **faixas horárias de segunda a sexta-feira, das 07h00 às 18h00, e aos sábados ou domingos, das 07h00 às 12h00**, poderão ser **alteradas conforme a conveniência administrativa do CONTRATANTE**, desde que **não haja extrapolação das cargas horárias diárias e semanais estabelecidas pela legislação aplicável** e que a **CONTRATADA seja comunicada com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas**.
- 5.9.7 É vedado à CONTRATADA duplicar a carga horária de trabalho regulamentar dos seus empregados.
- 5.9.8 O CONTRATANTE poderá solicitar a **prestação de serviços em dias e horários extraordinários**, sempre que julgar necessário, devendo comunicar antecipadamente à CONTRATADA.
- 5.9.9 A frequência dos empregados da CONTRATADA (residentes) será controlada por meio de registro em folha de ponto a ser disponibilizada pela CONTRATADA e alocado nas dependências do CONTRATANTE. Deverão constar nos registros o ponto diariamente, na entrada, no intervalo para refeição e na saída.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

Atribuições

5.9.10 As principais atribuições da equipe residente incluem:

Diagnóstico e prevenção

- 5.9.10.1 Realizar inspeções visuais, testes e medições simples para identificação e localização de defeitos em sistemas e equipamentos prediais;
- 5.9.10.2 Efetuar diagnósticos preliminares de falhas elétricas, hidráulicas, civis e de segurança, comunicando de imediato à Seção de Manutenção e Serviços Gerais (MSG) ou à fiscalização as situações que demandem intervenção especializada;
- 5.9.10.3 Colaborar com o supervisor técnico na elaboração de relatórios detectivos e preditivos, contribuindo com informações sobre anomalias e desempenho dos sistemas;
- 5.9.10.4 Apoiar as ações de manutenção preventiva programada, executando verificações, reapertos, limpezas, lubrificações e ajustes de rotina;
- 5.9.10.5 Acompanhar a execução de serviços terceirizados e inspecionar a conformidade técnica e visual das intervenções realizadas por terceiros.

Serviços elétricos e eletrônicos de baixa complexidade

- 5.9.10.6 Realizar serviços de manutenção preventiva e corretiva em instalações elétricas de baixa tensão, tais como: substituição de lâmpadas, reatores, tomadas, interruptores, disjuntores e pequenas conexões;
- 5.9.10.7 Verificar e restabelecer contatos elétricos soltos, reapertos e conexões simples em quadros terminais e luminárias;



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

- 5.9.10.8 Executar instalação e substituição de pontos de iluminação, eletrodutos, canaletas e condutores, desde que não impliquem alteração no projeto elétrico da edificação;
- 5.9.10.9 Apoiar intervenções em sistemas de segurança eletrônica e cabeamento estruturado, quando envolverem apenas fixação, passagem de cabos e reposição de conectores.

Serviços hidráulicos e sanitários

- 5.9.10.10 Executar reparos em instalações hidrossanitárias, incluindo substituição de torneiras, sifões, válvulas, registros, boias, conexões e dispositivos de descarga;
- 5.9.10.11 Identificar e corrigir pequenos vazamentos, entupimentos e infiltrações aparentes;
- 5.9.10.12 Realizar limpeza, desobstrução e manutenção preventiva de ralos, caixas de gordura, caixas de passagem e sifões;
- 5.9.10.13 Realizar a limpeza e a desobstrução **exclusivamente dos elementos externos** do sistema de drenagem dos aparelhos de ar-condicionado, compreendendo as **tubulações aparentes, pontos de escoamento, conexões externas e ralos de descarte, sem qualquer intervenção no interior dos equipamentos**, devendo comunicar à fiscalização e à empresa responsável pela manutenção de climatização a identificação de obstruções, vazamentos ou não conformidades no equipamento;
- 5.9.10.14 Auxiliar na inspeção e acompanhamento da limpeza de reservatórios de água, comunicando eventuais não conformidades.

Serviços civis e estruturais

- 5.9.10.15 Executar pequenos reparos e adaptações em alvenaria, revestimentos, pisos, tetos e forros (inclusive gesso e PVC);



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

- 5.9.10.16 Efetuar fixações, remoções e reinstalações de suportes, prateleiras, quadros, persianas, barras, espelhos, portas, dobradiças, puxadores e outros elementos de acabamento;
- 5.9.10.17 Realizar cortes, perfurações, colagens, reapertos, reencaixes e lubrificações de componentes e estruturas metálicas ou de madeira;
- 5.9.10.18 Executar pinturas de retoque e acabamento, correção de manchas, fissuras e recomposição de áreas afetadas por pequenas intervenções;
- 5.9.10.19 Apoiar serviços de marcenaria e serralheria leve, incluindo montagem e desmontagem de mobiliário e reparos em esquadrias de ferro, alumínio ou madeira.

Serviços de carpintaria e ferragens

- 5.9.10.20 Realizar montagem, desmontagem e manutenção de portas, fechaduras, dobradiças, molas aéreas ou de piso;
- 5.9.10.21 Realizar a montagem e a desmontagem de mobiliário, quando solicitado pela Administração, compreendendo mesas, armários, estações de trabalho, estantes e móveis similares, sem envolvimento de serviços de marcenaria sob medida ou fabricação de peças, limitando-se às atividades de encaixe, fixação, ajuste e reaperto de componentes;
- 5.9.10.22 Executar reparos em ferragens e ajustes em fechamentos, travas e dispositivos de controle de acesso mecânico;
- 5.9.10.23 Fazer a remoção e reinstalação de persianas, incluindo substituição de peças e regulagem de mecanismos de acionamento.

Serviços gerais de apoio técnico e organização

- 5.9.10.24 Preparar infraestrutura para o recebimento e instalação de equipamentos, incluindo nivelamento, fixação de suportes, bases e conduítes;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

- 5.9.10.25 Organizar o espaço físico de trabalho, zelando pela conservação dos materiais, ferramentas e equipamentos sob sua responsabilidade;
- 5.9.10.26 Solicitar os materiais e peças necessários à execução dos serviços, comunicando previamente à SMSG ou à fiscalização os itens não disponíveis em estoque;
- 5.9.10.27 Acompanhar o descarte de resíduos e sobras de manutenção, observando práticas sustentáveis e o Plano de Logística Sustentável do MPF;
- 5.9.10.28 Apoiar ações de controle de qualidade e segurança do trabalho, incluindo o uso correto de EPIs e o cumprimento das normas NR-10, NR-18 e NR-35.

Outras atribuições correlatas

- 5.9.10.29 Executar outras atividades de manutenção predial de baixa complexidade que não exijam especialização técnica superior, desde que compatíveis com a natureza do cargo e com as condições de segurança;
- 5.9.10.30 Apoiar ações de inspeção, vistoria técnica e inventário de bens relacionados à infraestrutura predial;
- 5.9.10.31 Registrar todas as atividades executadas, garantindo rastreabilidade e conformidade com os indicadores contratuais (SLA e KPI);
- 5.9.10.32 Manter conduta profissional adequada, pautada na urbanidade, discrição e zelo pelo patrimônio público.

Nota 1: O rol acima não é exaustivo, mas estabelece o escopo mínimo esperado para os oficiais/artífices de manutenção predial.

Nota 2: Todas as atividades devem ser executadas de forma segura, observando as normas do Ministério do Trabalho e os procedimentos



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

internos da CONTRATANTE.

Nota 3: *As rotinas executadas pelos residentes deverão ser registradas diariamente, para fins de acompanhamento e medição.*

Nota 4: *Não será permitido que membros da equipe permanente (residentes) executem os serviços relacionados no grupo “Serviços Eventuais”, salvo por expressa autorização, em caráter excepcional, da FISCALIZAÇÃO ou nos casos previstos expressamente no CONTRATO.*

5.10 Da qualificação mínima dos profissionais residentes

5.10.1 Cada profissional residente deverá possuir ensino fundamental completo, experiência mínima de dois (02) anos em manutenção predial, e capacitação comprovada nas seguintes normas e áreas:

- 5.10.1.1 NR-10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- 5.10.1.2 NR-06 – Uso de Equipamentos de Proteção Individual;
- 5.10.1.3 NR-35 – Medidas de proteção para o trabalho em altura
- 5.10.1.4 Formação ou experiência prática em manutenção elétrica, hidráulica e civil.

Dos salários dos profissionais residentes

5.10.2 O salário dos profissionais residentes **obedecerá ao nível mínimo** indicado no quadro abaixo:

CATEGORIA	PROFISSIONAL	SALÁRIO
Profissional	Artífice/Oficial de Manutenção Predial	R\$ 2.230,00
	Auxílio-alimentação	R\$ 245,00

5.11 Equipe NÃO RESIDENTE (Itinerante ou Sob Demanda)



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

- 5.11.1 A equipe não residente será composta por profissionais especializados em diversas áreas da manutenção predial, atuando de forma programada ou eventual, tanto na Capital (Fortaleza) quanto nas Procuradorias da República nos Municípios (PRMs) — Sobral, Juazeiro do Norte e Limoeiro do Norte —, conforme o cronograma de manutenção e as ordens de serviço emitidas pela fiscalização.
- 5.11.2 Essa equipe poderá ser formada, dentre outros, pelos seguintes profissionais:
- 5.11.2.1 Ajudante de impermeabilizador;
 - 5.11.2.2 Ajudante geral;
 - 5.11.2.3 Bombeiro hidráulico;
 - 5.11.2.4 Calceteiro;
 - 5.11.2.5 Chaveiro;
 - 5.11.2.6 Eletricista de média tensão, **e, quando aplicável**, de alta tensão, observadas as normas técnicas e de segurança vigentes;
 - 5.11.2.7 Gesseiro;
 - 5.11.2.8 Impermeabilizador;
 - 5.11.2.9 Marceneiro;
 - 5.11.2.10 Pedreiro;
 - 5.11.2.11 Pintor (habilitado para pintura convencional e com pistola, bem como para texturas e acabamentos diversos);
 - 5.11.2.12 Serralheiro (com habilitação para esquadrias de ferro ou de alumínio);
 - 5.11.2.13 Servente de pedreiro;
 - 5.11.2.14 Soldador;
 - 5.11.2.15 Técnico em equipamentos de prevenção e combate a incêndio;
 - 5.11.2.16 Técnico em grupo-gerador e subestação;



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

- 5.11.2.17 Técnico em manutenção, ajuste, modernização e confecção de placas, totens e correlatos de programação visual;
 - 5.11.2.18 Técnico em Segurança do Trabalho (TST), para acompanhamento das atividades, orientação quanto às condições de segurança e saúde ocupacional, bem como elaboração de relatórios e pareceres técnicos correlatos;
 - 5.11.2.19 Técnico em sistemas de segurança eletrônica (alarme, CFTV, controle de acesso, automação de portas e portões, cerca elétrica, entre outros);
 - 5.11.2.20 Vidraceiro.
- 5.11.3 Sempre que os serviços executados pelos profissionais da equipe não residente caracterizarem atividades técnicas regulamentadas, a contratada ou subcontratada deverá providenciar a correspondente **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)** ou **Registro de Responsabilidade Técnica (RRT)**, conforme o caso, previamente ao início da execução, observando-se o disposto no item 4.1.7 e seus subitens.

Atribuições

- 5.11.4 Compete, especialmente, aos profissionais não residentes:

Execução técnica e especialização

- 5.11.4.1 Executar tarefas inerentes à sua área de especialização, incluindo manutenções preventivas, detectivas, preditivas e corretivas, que extrapolem os limites técnicos da equipe residente, tanto na capital quanto no interior;
- 5.11.4.2 Realizar intervenções sob demanda, em instalações elétricas, hidráulicas, civis, de serralheria, marcenaria, vidraçaria, pintura, impermeabilização, sinalização, segurança eletrônica e demais sistemas prediais, respeitando os padrões de qualidade e segurança definidos pela CONTRATANTE;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

- 5.11.4.3 Auxiliar em serviços de inspeção e medição técnica, incluindo testes de funcionamento, calibração de equipamentos, termografia, ensaios de estanqueidade, medições de resistência, continuidade e aterramento, conforme aplicável;
- 5.11.4.4 Elaborar relatórios técnicos circunstanciados, com registros fotográficos e recomendações;
- 5.11.4.5 Emitir laudos e pareceres técnicos em sua área de especialidade, quando solicitado pela fiscalização ou pelo responsável técnico da contratada.

Segurança, qualidade e responsabilidade técnica

- 5.11.4.6 Executar os serviços em conformidade com as normas de segurança do trabalho, fazendo uso adequado de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs), observando as diretrizes das NRs aplicáveis (ex.: NR-06, NR-10, NR-18, NR-35) e as normas internas da CONTRATANTE;
- 5.11.4.7 Zelar pela segurança das instalações e das pessoas durante a execução dos serviços, evitando riscos elétricos, hidráulicos, estruturais ou de incêndio;
- 5.11.4.8 Garantir a integridade e a boa conservação dos instrumentos, ferramentas e equipamentos sob sua responsabilidade, mantendo-os calibrados e em perfeitas condições de uso;
- 5.11.4.9 Adotar práticas de trabalho sustentáveis, priorizando o uso racional de materiais, a segregação de resíduos e o descarte ambientalmente adequado, em conformidade com o Plano de Logística Sustentável do MPF (PLS 2024–2026);
- 5.11.4.10 Prezar pela economia e uso racional de materiais e insumos, evitando desperdícios e comunicando imediatamente à fiscalização qualquer necessidade de reposição ou inconsistência detectada.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

Apoio técnico e integração operacional

- 5.11.4.11 Apoiar o supervisor técnico e a fiscalização nas atividades de vistoria, diagnóstico e acompanhamento de serviços executados por terceiros;
- 5.11.4.12 Fornecer suporte técnico à equipe residente, quando necessário, especialmente em intervenções que demandem maior complexidade técnica ou instrumentação específica;
- 5.11.4.13 Cumprir as ordens de serviço e cronogramas estabelecidos pela fiscalização, mantendo comunicação contínua sobre o andamento das atividades e eventuais intercorrências;
- 5.11.4.14 Encaminhar os pedidos de compra de componentes, materiais, equipamentos e peças de reposição ao preposto da contratada, quando os itens não estiverem disponíveis no estoque da CONTRATANTE;
- 5.11.4.15 Participar, quando convocado, de reuniões de alinhamento técnico, treinamentos e ações de atualização profissional promovidos pela contratada ou pela CONTRATANTE.

Outras atribuições correlatas

- 5.11.4.16 Executar atividades complementares de manutenção geral, compatíveis com a sua especialidade, desde que observadas as condições de segurança e os limites técnicos do contrato;
- 5.11.4.17 Prestar apoio técnico eventual em ações emergenciais, quando houver necessidade de reforço à equipe residente ou de atendimento em localidade diversa, mediante autorização da fiscalização;
- 5.11.4.18 Manter conduta profissional compatível com o ambiente institucional, pautada na urbanidade, discrição e zelo pelo patrimônio público;
- 5.11.4.19 Cumprir integralmente as normas internas de acesso e segurança física da CONTRATANTE, bem como os protocolos de



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

controle de entrada, identificação e circulação nas dependências da PR/CE e das PRMs.

Nota 1: As atividades da equipe não residente devem complementar e reforçar as ações da equipe residente, sem sobreposição de funções;

Nota 2: Todas as intervenções deverão ser registradas para fins de acompanhamento, medição e controle dos indicadores contratuais (SLA e KPIs);

Nota 3: As visitas técnicas serão previamente agendadas com a fiscalização, respeitando os horários e procedimentos de acesso às unidades;

Nota 4: Sempre que a natureza do serviço exigir, o supervisor técnico (engenheiro responsável) deverá acompanhar a execução in loco ou validar o relatório técnico correspondente.

5.12 Qualificação mínima exigida – Profissionais não residentes

5.12.1 A equipe não residente será composta por profissionais especializados nas diversas áreas de manutenção predial, com níveis de formação e capacitação proporcionais à natureza e ao risco das atividades executadas, conforme a seguir:

5.12.1.1 **Profissionais de natureza prática (baixa complexidade técnica):** Destinam-se à execução de serviços manuais e operacionais, como alvenaria, gesso, pintura, serralheria, marcenaria, vidraçaria, impermeabilização e correlatos.

5.12.1.1.1 Deverão possuir:

5.12.1.1.1.1 Experiência prática mínima de 2 (dois) anos, comprovada por registro em carteira, declaração de empregador anterior ou atestado de capacidade técnica.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

5.12.1.2 **Profissionais técnicos especializados (média complexidade e risco):** Destinam-se à execução de serviços em sistemas elétricos, mecânicos, hidráulicos, de combate a incêndio, segurança eletrônica e automação.

5.12.1.2.1 Deverão possuir:

5.12.1.2.1.1 Ensino médio completo ou curso técnico profissionalizante, ou experiência profissional mínima de 2 (dois) anos na área de atuação, comprovada documentalmente.

5.12.1.2.1.2 Treinamentos obrigatórios em NR-06, NR-10, NR-18 e NR-35, conforme a natureza da atividade.

5.12.1.3 **Engenheiros e supervisores técnicos (alta complexidade e responsabilidade):** Devem possuir formação superior completa em Engenharia Civil ou Engenharia Elétrica, ou Engenharia Mecânica, registro ativo no CREA e experiência mínima de 2 (dois) anos em manutenção predial.

Frequência

5.13 O controle da frequência dos profissionais **NÃO RESIDENTES** ficará a cargo da CONTRATADA; sendo controlado, apenas, pela CONTRATANTE, o cumprimento dos prazos acordados entre CONTRATADA e FISCALIZAÇÃO para a execução dos serviços.

5.14 Responsável Técnico (NÃO RESIDENTE)

5.14.1 A contratada deverá designar supervisor técnico responsável (engenheiro civil ou eletricista ou mecânico), devidamente registrado no CREA, com comprovada experiência em manutenção predial, que responderá tecnicamente pela execução dos serviços contratados.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

- 5.14.2 O supervisor técnico atuará na Capital e, quando necessário, nas PRMs, de forma programada ou eventual, devendo cumprir carga mínima mensal de disponibilidade presencial em Fortaleza e realizar visitas periódicas às unidades do interior, conforme programação aprovada pela fiscalização.

Atribuições

- 5.14.3 Compete, especialmente, ao supervisor técnico:

Coordenação e gestão técnica

- 5.14.3.1 Coordenar, supervisionar e orientar as equipes residentes e não residentes, garantindo a integração e a eficiência na execução das atividades de manutenção;
- 5.14.3.2 Gerenciar os procedimentos e rotinas de trabalho relativos à execução do objeto, zelando pela conformidade técnica, segurança, qualidade e economicidade dos serviços;
- 5.14.3.3 Definir, em conjunto com a SMSG e/ou fiscalização do contrato, os limites de atuação da equipe residente e o escopo dos serviços a serem executados pelas equipes não residentes, especialmente nos casos de demandas sob programação ou ordens de serviço específicas;
- 5.14.3.4 Elaborar o planejamento técnico-operacional das atividades, contendo cronogramas, checklists, instruções de trabalho e protocolos de segurança aplicáveis a cada sistema predial.

Comunicação e interface institucional

- 5.14.3.5 Receber e executar as instruções da SMSG e/ou fiscalização, repassando-as às equipes de manutenção e assegurando seu cumprimento integral;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

- 5.14.3.6 Atuar como interlocutor técnico entre a contratada e a SMSG ou a fiscalização, facilitando a comunicação, o alinhamento de prioridades e a resolução de problemas operacionais;
- 5.14.3.7 Apresentar relatórios periódicos de acompanhamento, contendo o resumo das atividades executadas, ocorrências relevantes, indicadores de desempenho (KPIs) e medidas corretivas adotadas.

Responsabilidade técnica e documentação

- 5.14.3.8 Responder tecnicamente pela execução dos serviços, assinando os documentos e relatórios que demandem registro profissional, conforme as normas do CREA;
- 5.14.3.9 Elaborar e revisar relatórios técnicos, laudos, pareceres, comunicações e outros documentos relacionados ao acompanhamento e à avaliação das atividades de manutenção;
- 5.14.3.10 Validar os relatórios de diagnóstico, planos de manutenção e cronogramas operacionais elaborados pelas equipes, antes de sua submissão à SMSG e à fiscalização.

Atualização técnica e apoio às equipes

- 5.14.3.11 Manter as equipes atualizadas quanto às normas técnicas, legais e administrativas aplicáveis, promovendo treinamentos internos, quando necessário;
- 5.14.3.12 Orientar tecnicamente os profissionais residentes e não residentes sobre boas práticas de manutenção, uso correto de EPIs, cumprimento das NRs e observância dos padrões de qualidade estabelecidos pela CONTRATANTE;
- 5.14.3.13 Zelar pela aplicação das normas de segurança, meio ambiente e saúde ocupacional, conforme legislação vigente e o Plano de Logística Sustentável do MPF;



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

5.14.3.14 Acompanhar e validar os serviços de maior complexidade técnica, inclusive aqueles executados por equipes especializadas ou sob demanda, garantindo a conformidade com o contrato e os projetos originais da edificação.

Outras atribuições correlatas

5.14.3.15 Participar das reuniões de acompanhamento técnico e de desempenho contratual, apresentando informações, relatórios e propostas de melhoria contínua;

5.14.3.16 Sugerir ajustes operacionais e aprimoramentos nos procedimentos de manutenção, sempre que identificar oportunidades de eficiência ou riscos potenciais;

5.14.3.17 Cumprir e fazer cumprir as normas internas da CONTRATANTE relativas ao acesso, segurança, sigilo e controle de áreas, bem como as exigências administrativas previstas no contrato;

5.14.3.18 Representar a contratada junto à fiscalização técnica e administrativa, nos assuntos que envolvam a execução e o desempenho dos serviços de manutenção predial.

Nota 1: O supervisor técnico é a autoridade técnica máxima da contratada no âmbito do contrato e responderá solidariamente por eventuais falhas de execução ou de supervisão que comprometam a segurança, a qualidade ou o desempenho dos serviços.

Nota 2: A substituição do supervisor técnico somente poderá ocorrer mediante autorização prévia da fiscalização e após a apresentação da documentação comprobatória da habilitação do substituto junto ao CREA.

Nota 3: O acompanhamento das atividades deverá ser formalmente comprovado por meio de relatórios mensais de supervisão, assinados



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

pelo responsável técnico e submetidos à fiscalização para validação.

5.15 Da qualificação mínima dos profissionais supervisores

Escolaridade

5.15.1 Formação superior completa em Engenharia Civil ou Engenharia Elétrica ou Engenharia Mecânica, com registro ativo e regular no CREA.

Habilitação profissional

5.15.2 Experiência comprovada mínima de 2 (dois) anos em manutenção predial, comprovada por:

5.15.2.1 Carteira de Trabalho (CTPS), ou

5.15.2.2 Atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, registrado no CREA.

Experiência e atribuições

5.15.3 Experiência em coordenação de equipes multidisciplinares de manutenção;

5.15.4 Conhecimento e aplicação das normas técnicas vigentes (ABNT NBR 5674/2012, NBR 5410, NBR 5626, NBR 5419, NBR 9077, entre outras);

5.15.5 Capacidade de elaborar relatórios técnicos, planos de manutenção e laudos, com base nas normas técnicas e no escopo contratual;

5.15.6 Conhecimento em NR-06, NR-10, NR-18 e NR-35, e nas exigências de segurança e saúde ocupacional aplicáveis ao ambiente predial.

Especialidades exigidas

5.15.7 A contratada deverá apresentar profissionais distintos para cada área principal de atuação, de modo a garantir cobertura técnica integral do



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

contrato:

- 5.15.7.1 **Engenheiro Civil**, responsável pelas áreas estrutural, hidráulica, civil, pintura e combate a incêndio;
- 5.15.7.2 **Engenheiro Eletricista**, responsável pelas áreas elétrica, eletrônica, SPDA, segurança eletrônica e automação.
- 5.15.7.3 **Engenheiro Mecânico**, responsável pelos sistemas mecânicos e eletromecânicos prediais, incluindo grupo gerador, sistemas de ventilação, exaustão, pressurização, bombas, motores, equipamentos rotativos e demais sistemas correlatos, quando houver, **excetuados os sistemas de climatização e de transporte vertical (elevadores) cobertos por contratos específicos**.

Outras exigências

- 5.15.8 Disponibilidade mínima presencial de **8 (oito) horas mensais** em Fortaleza, além de comparecimento sempre que convocado pela fiscalização, podendo essas horas mínimas ser cumpridas por um único profissional ou de forma distribuída entre os especialistas indicados nos itens 5.15.7.1 a 5.15.7.3, desde que assegurado, em qualquer hipótese, o cumprimento do total mínimo mensal de 8 (oito) horas;
- 5.15.9 Apresentação de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) relativa à execução e supervisão dos serviços;
- 5.15.10 Capacidade de comunicação técnica e administrativa, atuando como interlocutor principal da contratada junto à fiscalização.

5.16 Do fornecimento de uniformes à equipe:

- 5.16.1 A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento de uniformes aos seus empregados, condizentes com o serviço a executar, dentro dos padrões de eficiência e higiene recomendáveis, sendo os uniformes compostos de conjuntos completos para cada colaborador, conforme discriminado a seguir:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

PROFISSIONAL POSTO	DESCRIÇÃO DO UNIFORME (conjunto)	PERIODICIDADE DE FORNECIMENTO
Oficial/Artífice de Manutenção Predial	<p>Jaleco de eletricista em tecido retardante à chama (FR) – Jaleco de proteção para atividades com risco elétrico, confeccionado em tecido retardante à chama (FR) 100% algodão, com gramatura mínima de 270 g/m² (8 oz), adequado à proteção contra arco elétrico e fogo repentino, em conformidade com a NR-10 e normas técnicas aplicáveis. Deve possuir mangas longas, gola tipo esporte, fechamento frontal por botões protegidos, bolso superior com tampa e sistema de fechamento, faixas refletivas compatíveis com uso ocupacional e costuras reforçadas com linha retardante à chama. O tecido deve apresentar resistência mecânica compatível com uso contínuo e conforto térmico adequado ao clima local. A cor deverá ser cinza ou outra previamente aprovada pela fiscalização, com possibilidade de identificação institucional conforme padrão definido pela Administração.</p> <p>Jaleco operacional em brim pesado – Jaleco operacional confeccionado em brim pesado 100% algodão, de mangas curtas, destinado a atividades operacionais e de manutenção geral. Deve possuir gola tipo esporte, fechamento frontal por botões, um bolso superior com tampa e sistema de fechamento, dois bolsos laterais e faixas refletivas, garantindo visibilidade e segurança. O tecido deve apresentar resistência mecânica adequada, conforto térmico e durabilidade, sendo apropriado ao uso diário em clima quente. A cor deverá ser cinza ou outra previamente aprovada pela fiscalização, com identificação institucional conforme padrão definido pela Administração.</p>	SEMESTRE



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

Calça de eletricista em tecido retardante à chama (FR) – Calça de proteção para atividades com risco elétrico, modelo semi-bag, confeccionada em tecido retardante à chama (FR) 100% algodão, com gramatura mínima de 270 g/m² (8 oz), proporcionando proteção contra arco elétrico e fogo repentino, conforme NR-10 e normas técnicas aplicáveis. Deve possuir presilhas para cinto, dois bolsos frontais e dois bolsos traseiros, costuras reforçadas com linha retardante à chama e acabamento adequado ao uso profissional contínuo. O tecido deve ser resistente, confortável e compatível com o clima quente. A cor deverá ser cinza ou outra previamente aprovada pela fiscalização, com identificação institucional conforme padrão definido pela Administração.

Calça operacional em brim pesado – Calça operacional modelo semi-bag, confeccionada em brim pesado 100% algodão, resistente e confortável, adequada ao uso contínuo em atividades operacionais e de manutenção. Deve possuir faixas refletivas, presilhas para cinto, dois bolsos frontais e dois bolsos traseiros, costuras reforçadas e acabamento que assegure durabilidade, resistência ao desgaste e boa apresentação. O tecido deve ser compatível com o clima quente e com rotinas de lavagem frequentes. A cor deverá ser cinza ou outra previamente aprovada pela fiscalização, com identificação institucional conforme padrão definido pela Administração.

Meias de cano médio em algodão – Meias de cano médio, confeccionadas em algodão ou composição majoritariamente em algodão, adequadas ao uso ocupacional diário, com boa absorção de suor, conforto térmico e resistência ao uso e às lavagens. Devem apresentar acabamento que evite deformações e desgaste



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

	premature. Cor preta.	
	1 Par de botas de segurança com isolamento elétrico – Bota de segurança destinada a atividades com risco elétrico, confeccionada em couro hidrofugado ou microfibras, sem componentes metálicos, com isolamento elétrico, em conformidade com a NR-06 e NR-10. Deve possuir biqueira de material polimérico (não metálica), solado em poliuretano (PU) bidensidade, antiderrapante, resistente à abrasão e a óleos, garantindo estabilidade e segurança em diferentes superfícies. Deve conter palmilha antimicrobiana, sistema de fechamento por cadarço ou elástico e construção que assegure conforto, ergonomia e durabilidade em uso prolongado. O calçado deve ser adequado a ambientes de trabalho internos e externos.	ANUAL

Nota 1: As especificações dos uniformes, considerando que os profissionais residentes lidarão, também, com eletricidade, devem ser adequadas ao grau de proteção necessário, conforme determinado pelas normas pertinentes, em especial com as NR-10 e NR-06, de modo a atender à mitigação dos riscos específicos.

Nota 2.: O fardamento daqueles empregados que eventualmente trabalharão em Serviços Eventuais deverá ter cor distinta, pelo menos das camisas, dos empregados da Equipe Permanente/Residente. Os custos correspondentes à aquisição dos uniformes desses profissionais deverão ser considerados no BDI, tratando-se de serviços contratados sob demanda;

Nota 3.: O fornecimento de uniforme para os profissionais supervisores (engenheiros) não é obrigatório, ficando a critério da Contratada. Caso a empresa opte por fornecê-lo, o custo correspondente será às suas despesas, sem ônus para o CONTRATANTE;

5.16.2 Par a equipe permanente, a CONTRATADA deverá entregar **01 (um) conjunto completo** a cada empregado, no primeiro dia de vigência do contrato;

5.16.3 Os uniformes deverão ser substituídos, nos quantitativos e periodicidade descritos na tabela acima ou a qualquer tempo, sempre que



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

não estejam atendendo às condições mínimas de apresentação exigidas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após comunicação oficial e escrita do CONTRATANTE;

- 5.16.4 Os uniformes deverão ser entregues a todos os empregados mediante recibo, individualizado, que deverá conter: relação nominal dos empregados, especificação e quantitativo de cada peça recebida, data do recebimento e assinatura do profissional;
- 5.16.5 O recibo deverá ser apresentado, acompanhado de cópia, ao Gestor do Contrato para a fiscalização e controle, em até 48 horas após a entrega dos uniformes;
- 5.16.6 A CONTRATADA não poderá, em hipótese alguma, substituir a entrega dos uniformes aos seus empregados por pecúnia;
- 5.16.7 A CONTRATADA não poderá descontar do salário do empregado o custo do uniforme, salvo em caso de comprovado dano causado pelo empregado, e desde que tal possibilidade tenha sido acordada em contrato de trabalho.

Local e horário da prestação dos serviços

- 5.17 Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

1. Procuradoria da República no Ceará (PR-CE)
Ed. Sede: Rua João Brígido, nº 1260, Joaquim Távora, Fortaleza/CE. CEP: 60135-080;
Anexo I: Rua João Brígido, S/N, Joaquim Távora, Fortaleza/CE. CEP: 60135-080;
Anexo II: Rua Monsenhor Bruno, nº 2175, Joaquim Távora, Fortaleza/CE – CEP 60115-046;
Anexo III: Rua João Brígido, nº 1230, Joaquim Távora, Fortaleza/CE. CEP: 60135-080.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

2. Procuradoria da República em Sobral (PRM-SOB)
Rua Iolanda P. C. Barreto, nº 25 e 37, Derby Clube, Sobral/CE. CEP: 62042-270.
3. Procuradoria da República em Limoeiro do Norte (PRM-LNO)
Avenida Cel. José Nunes, nº 685, Centro – Limoeiro do Norte/CE, CEP: 62930-000.
4. Procuradoria da República em Juazeiro do Norte (PRM-JZN)
Rua Raimundo Machado da Silva, nº 60, 4º e 5º Andares – Torre Corporate Trade, Triângulo – Juazeiro do Norte/CE CEP: 63041-187.

- 5.18 Os serviços serão prestados, em regra, de **segunda a sexta-feira, dentro da faixa horária compreendida entre 07h00 e 18h00**, conforme **escalas e jornadas definidas pela CONTRATADA**, passíveis de **alteração por conveniência administrativa do CONTRATANTE**, observadas, em qualquer hipótese, as **cargas horárias diárias e semanais estabelecidas pela legislação aplicável**, a **carga horária contratual de cada posto** e o disposto nos itens 5.9.3 a 5.9.6.
- 5.19 A prestação de serviços **aos sábados ou domingos, dentro da faixa horária compreendida entre 07h00 e 12h00**, quando prevista nas escalas e jornadas de que trata o item 5.9, **não se caracteriza como excepcional**.
- 5.20 Em caráter excepcional, os serviços poderão ser executados **fora das faixas horárias estabelecidas**, ou seja, **antes das 07h00, após as 18h00, aos sábados ou domingos fora do intervalo das 07h00 às 12h00, ou em feriados**, desde que previamente comunicados à Administração e expressamente autorizados por esta.

Rotinas a serem cumpridas



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

5.21 PROFISSIONAIS RESIDENTES (Oficiais/Artífices de Manutenção Predial)

i. **Regime:** com dedicação exclusiva. **Jornada (ordinária):** jornada de **8 horas e 48 minutos**, a ser cumprida de **segunda-feira a sexta-feira**, no horário das **07:00 às 16:48**, com **1 hora de intervalo para o almoço**, adotando-se **sistema de compensação de horas**.

ii. **Regime:** com dedicação exclusiva. **Jornada (alternativa):** jornada diária de **8 (oito) horas**, a ser cumprida de **segunda-feira a sexta-feira**, com 1 (uma) hora de intervalo para o almoço, mediante **escala diferenciada**, na qual **um colaborador cumprirá o horário das 07h00 às 16h00 e outro colaborador cumprirá o horário das 08h00 às 17h00**, observadas as cargas horárias diárias e semanais estabelecidas pela legislação aplicável. Nessa hipótese, as **4 (quatro) horas semanais remanescentes** serão cumpridas **aos sábados, no horário das 08h00 às 12h00**, com a presença simultânea de ambos os colaboradores.

***Nota:** a adoção da jornada alternativa descrita, especialmente no que se refere ao cumprimento de carga horária aos sábados ou domingos, ficará condicionada à análise de oportunidade e conveniência por parte da Contratante, considerando que, em regra, não há funcionamento regular do órgão aos sábados e domingos.*

Início do Expediente

5.21.1 Registro de ponto no horário estabelecido contratualmente.

5.21.2 Deslocamento imediato à SMSG para:

5.21.2.1 Verificar ordens de serviço (O.S.) pendentes ou emergenciais deixadas para início imediato;

5.21.2.2 Em caso de inexistência de novas O.S., retomar chamados abertos no dia anterior até sua finalização.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

Atendimento ao longo do dia

- 5.21.3 Até 9h (ou horário acordado): comparecimento à SMSG para receber novas O.S. e definir prioridades de execução junto à Seção.
- 5.21.4 Deslocamento ao local do serviço, realização de diagnóstico técnico e início do atendimento.
- 5.21.5 Em caso de necessidade de material:
 - 5.21.5.1 Comunicar formalmente à SMSG;
 - 5.21.5.2 Verificar disponibilidade no almoxarifado;
 - 5.21.5.3 Caso o item não exista em estoque, solicitar à Contratada o fornecimento do material.
 - 5.21.5.4 Enquanto o material não é entregue, dar continuidade a outros chamados que não dependam de insumos pendentes.

Intervalo e cobertura

- 5.21.6 O intervalo para almoço **deve ser realizado em revezamento entre os dois oficiais**, de modo que haja sempre um colaborador em atividade, garantindo a continuidade do atendimento e cobertura mínima durante todo o expediente.

Encerramento do Expediente

- 5.21.7 Faltando 30 minutos para o término da jornada, ou em horário combinado:
 - 5.21.7.1 Retornar à SMSG para entregar as O.S. concluídas, apresentar relato das atividades realizadas, pendências e necessidades para o dia seguinte.
- 5.21.8 Registro de ponto no horário estabelecido contratualmente.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

Manutenções Programadas

- 5.21.9 Nos dias de manutenções preventivas, preditivas ou detectivas programadas, as atividades deverão ser iniciadas logo no início do expediente.
- 5.21.10 Chamados corretivos serão atendidos somente após a conclusão das preventivas, **salvo emergência justificada e autorizada pela SMSG.**

5.22 PROFISSIONAIS NÃO RESIDENTES (Equipe Sob Demanda)

Regime: sem dedicação exclusiva — atuação mediante O.S. ou programação prévia.

Chegada e integração

- 5.22.1 Ao chegar ao órgão, apresentar-se à SMSG.
- 5.22.2 Receber O.S. com orientações básicas sobre o local, regras internas, EPIs obrigatórios e normas de segurança.

Execução dos serviços

- 5.22.3 Cumprir as O.S. conforme o escopo autorizado, observando prazos, horários de acesso e normas de conduta.
- 5.22.4 Manter contato direto com o responsável da SMSG para eventuais esclarecimentos técnicos ou ajustes no cronograma.
- 5.22.5 Garantir a limpeza e organização do local após a execução, com descarte adequado dos resíduos.

Encerramento da jornada

- 5.22.6 Faltando 30 minutos para o fim do expediente, ou após a conclusão das O.S., retornar à SMSG para:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

- 5.22.6.1 Entregar O.S. concluídas;
- 5.22.6.2 Relatar eventuais pendências.
- 5.22.6.3 A saída do prédio deverá ser registrada junto à SMSG.

5.23 RESPONSÁVEL TÉCNICO

Regime: comparecimento de forma programada no início e no final de cada semana, e reuniões mensais com a Administração.

Início da Semana

- 5.23.1 Reunião com a SMSG para:
 - 5.23.1.1 Planejar as atividades da semana;
 - 5.23.1.2 Definir prioridades e cronogramas de manutenção;
 - 5.23.1.3 Validar ordens de serviço programadas (preventivas, detectivas e evolutivas).
 - 5.23.1.4 Orientar a equipe técnica sobre segurança do trabalho, uso de EPIs, boas práticas ambientais, conduta no órgão e serviços a serem executados ao longo da semana.

Acompanhamento

- 5.23.2 Monitorar execução dos serviços, verificando o cumprimento do SLA e a conformidade com as normas técnicas.
- 5.23.3 Analisar relatórios diários e semanais dos residentes e não residentes, consolidando dados para o relatório mensal.
- 5.23.4 Garantir a alimentação e veracidade das informações no sistema eletrônico de gestão das O.S.

Final da Semana

- 5.23.5 Reunião de prestação de contas à SMSG, apresentando:



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

- 5.23.5.1 O.S. executadas e pendentes;
- 5.23.5.2 Justificativas de eventuais atrasos;
- 5.23.5.3 Ações corretivas adotadas;
- 5.23.5.4 Demandas de material e planejamento para a semana seguinte.

Reunião Mensal

- 5.23.6 Reunião formal com a SMSG, pelo menos uma vez por mês, para:
 - 5.23.6.1 Apresentar o relatório mensal de atividades e desempenho;
 - 5.23.6.2 Discutir indicadores de desempenho (SLA, reincidência, tempo médio de atendimento, satisfação);
 - 5.23.6.3 Validar o plano de manutenção preventiva e ajustes necessários.

Registro de Comparecimento

- 5.23.7 O responsável técnico deverá comunicar sua entrada e saída à SMSG.

Do fornecimento dos materiais de consumo

- 5.24 A CONTRATADA será integralmente responsável pelo fornecimento e pelo ônus de todos os materiais de consumo, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços de manutenção predial preventiva, detectiva, preditiva e corretiva, realizados pelos profissionais residentes e sob demanda, conforme especificações deste Termo de Referência.
- 5.25 Consideram-se **materiais de consumo** todos os insumos empregados de forma rotineira na execução das manutenções, sejam elas preventivas, preditivas, corretivas ou detectivas das instalações, equipamentos e sistemas,



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

observadas as recomendações dos fabricantes e as especificações constantes do **ANEXO A-2.2**.

- 5.26 A CONTRATADA deverá manter estoque regular e suficiente de materiais de consumo necessários à execução dos serviços de manutenção, em quantitativos compatíveis com a estimativa anual prevista pela Administração, de modo a assegurar a continuidade dos serviços durante todo o período contratual.
- 5.27 O custo dos materiais de consumo integra o preço global do contrato, conforme planilha de custos e formação de preços, não sendo objeto de faturamento individualizado ou cobrança por medição, enquanto houver disponibilidade de estoque.
- 5.27.1 Na hipótese de esgotamento do estoque de determinado item, em razão de consumo superior ao estimado pela Administração, a CONTRATADA deverá providenciar o fornecimento do material faltante no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da solicitação formal da fiscalização, de modo a não comprometer a execução dos serviços.
- 5.27.2 Nessa hipótese específica e devidamente justificada, a CONTRATADA fará jus ao reembolso do custo do material fornecido além da estimativa anual, calculado com base nos valores unitários constantes de sua proposta, acrescidos do BDI aplicável aos materiais, mediante comprovação e validação pela fiscalização.
- 5.28 Os materiais de consumo previstos na estimativa anual e custeados por meio do preço contratual passam a integrar o patrimônio da Administração à medida que são disponibilizados para a execução do contrato, independentemente de sua efetiva utilização.
- 5.28.1 Eventual saldo de materiais não consumidos ao final de cada período de 12 (doze) meses de execução contratual será considerado de propriedade da Administração, não gerando qualquer direito de compensação financeira, abatimento ou reutilização automática pela CONTRATADA.
- 5.28.2 Em caso de prorrogação da vigência contratual, a CONTRATADA deverá recompor integralmente o estoque anual estimado de todos os materiais de consumo, conforme previsto na planilha de custos e formação de



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

preços vigente, independentemente da existência de saldo remanescente do período anterior.

5.28.3 Alternativamente, a recomposição do estoque poderá ser objeto de ajuste específico entre as partes, devidamente formalizado, considerando o saldo existente e as novas estimativas de consumo, vedada, em qualquer hipótese, a contabilização do material remanescente como novo fornecimento ou sua compensação automática com as obrigações do período subsequente, sob pena de caracterização de enriquecimento sem causa da CONTRATADA.

5.29 Considerando os riscos inerentes às atividades de manutenção, a CONTRATADA deverá fornecer, disponibilizar e manter em perfeitas condições de uso todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPIs necessários à execução dos serviços, em conformidade com a **NR-06**, demais normas de segurança do trabalho aplicáveis e conforme a relação constante do **ANEXO A-4.2**.

5.29.1 Os EPIs deverão possuir **Certificado de Aprovação (CA) válido**, ser adequados aos riscos das atividades desempenhadas e atender às exigências técnicas e de desempenho previstas na legislação vigente.

5.29.2 O custo dos EPIs integra o preço do contrato, conforme a planilha de custos e formação de preços, não sendo objeto de faturamento ou cobrança individualizada, devendo a CONTRATADA assegurar a reposição dos equipamentos sempre que houver desgaste, perda de eficiência, dano ou expiração da vida útil, de modo a garantir a continuidade e a segurança na execução dos serviços.

5.29.3 Os EPIs disponibilizados para a execução contratual, cujo custo esteja contemplado no preço contratado, não poderão ser objeto de cobrança adicional, compensação ou reaproveitamento financeiro ao longo da vigência do contrato.

5.29.4 Em caso de prorrogação da vigência contratual, a CONTRATADA deverá assegurar a disponibilização de novos EPIs, em quantitativos e condições compatíveis com o período adicional de execução, vedada a



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

reutilização automática de equipamentos já custeados em período anterior como forma de cumprimento das obrigações da nova vigência, salvo quando tecnicamente justificável e formalmente autorizado pela Administração.

5.29.5 A fiscalização poderá exigir, a qualquer tempo, a comprovação da regularidade dos EPIs fornecidos, inclusive quanto à validade do CA, ao estado de conservação e à adequação ao risco, sem prejuízo das demais obrigações contratuais.

5.30 Caberá exclusivamente à CONTRATADA a responsabilidade pelo transporte, carga, descarga, armazenagem, guarda, conservação e segurança de todos os equipamentos, ferramentas, materiais, componentes, produtos e aparelhos de medição e teste necessários à execução dos serviços, sejam estes permanentes ou temporários.

5.31 Sempre que possível, a CONTRATANTE disponibilizará espaço físico adequado para a guarda dos materiais e ferramentas da CONTRATADA, cuja utilização deverá ser previamente autorizada e restrita às finalidades contratuais.

5.32 Os equipamentos, ferramentas, aparelhos e demais bens utilizados pela CONTRATADA na execução dos serviços deverão ser **compatíveis com as instalações elétricas e operacionais da CONTRATANTE**, mantidos em **perfeito estado de conservação, segurança e funcionamento**, de modo a evitar acidentes, sobrecargas, falhas operacionais ou danos às instalações prediais. Sempre que aplicável, deverão possuir **baixo consumo de energia**, fiação em condições adequadas de uso e comprimento compatível com a finalidade a que se destinam.

5.33 Os equipamentos, ferramentas, aparelhos e demais bens empregados na execução contratual são de **propriedade da CONTRATADA**, permanecendo, entretanto, **alocados nas dependências da CONTRATANTE durante toda a vigência do contrato**, exclusivamente para atendimento às atividades previstas neste Termo de Referência.

5.34 No início da execução contratual, a CONTRATADA deverá apresentar à fiscalização relação completa e atualizada de todos os seus equipamentos,



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

ferramentas e bens disponibilizados para a execução dos serviços, com identificação clara que permita distingui-los dos bens pertencentes à CONTRATANTE, devendo essa relação ser atualizada sempre que houver substituição, inclusão ou retirada de itens.

- 5.35 A retirada temporária ou definitiva de qualquer equipamento, ferramenta ou bem disponibilizado para a execução dos serviços deverá ser **previamente comunicada e formalmente autorizada pela fiscalização**, com indicação do motivo e do prazo de retorno, quando aplicável, observado o prazo fixado pela CONTRATANTE.
- 5.36 O ferramental mínimo exigido para a execução dos serviços encontra-se relacionado no **ANEXO A-3.2** deste Termo de Referência e deverá ser mantido pela CONTRATADA, em quantidade suficiente e em perfeitas condições de uso, durante toda a vigência contratual.
- 5.37 Ao término do contrato, a CONTRATADA poderá recolher **exclusivamente** os equipamentos, ferramentas, aparelhos e demais bens de sua propriedade, utilizados na execução dos serviços, vedada, em qualquer hipótese, a retirada de **materiais de consumo** e de **Equipamentos de Proteção Individual – EPIs** eventualmente remanescentes, os quais, por terem sido custeados no âmbito do contrato, integram o patrimônio da CONTRATANTE.
- 5.38 Os custos relativos à **depreciação/amortização dos equipamentos, ferramentas, softwares e demais bens da CONTRATADA**, empregados na execução contratual, encontram-se **integralmente previstos na planilha de custos e formação de preços**, não sendo objeto de cobrança adicional durante a vigência do contrato.
- 5.39 Para fins de prorrogação contratual, serão considerados **custos não renováveis** aqueles relativos a bens, equipamentos ou itens de natureza técnica, cujo custo de **depreciação/amortização** tenha sido **integralmente pago pela CONTRATANTE ao longo da vigência contratual**, ainda que no primeiro ano, segundo, ou em períodos subsequentes de execução.
- 5.39.1 Os custos não renováveis deverão ser **excluídos ou ter seus valores reduzidos** na planilha de custos por ocasião da prorrogação do contrato,



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

como condição para a renovação do ajuste, de modo a evitar a remuneração reiterada de bens que não se incorporam ao patrimônio da Administração, em observância aos princípios da economicidade, da razoabilidade e da vedação ao enriquecimento sem causa.

Do fornecimento de materiais sob demanda

- 5.40 Diante da impossibilidade de previsão prévia e exata dos materiais que poderão demandar reposição imediata durante a execução dos serviços de manutenção predial — inclusive daqueles realizados pelos profissionais residentes —, a presente contratação contempla a possibilidade de fornecimento, pela **CONTRATADA**, de materiais não disponíveis no estoque da **CONTRATANTE**, mediante ressarcimento, desde que não se enquadrem nos itens previamente definidos como de fornecimento regular.
- 5.41 **O ressarcimento pelos materiais fornecidos sob demanda** será realizado de acordo com os critérios de formação de preços, a hierarquia das referências oficiais e a metodologia de orçamentação estabelecidos nos itens 5.49.8 a **5.49.18** deste Termo de Referência.
- 5.42 A CONTRATADA deverá providenciar o fornecimento dos materiais sempre que necessário, no prazo máximo de **72 (setenta e duas) horas**, contado a partir da solicitação formal, **desde que não haja prazo diverso ou mais restritivo estabelecido neste Termo de Referência, especialmente nos Indicadores Operacionais de Desempenho**, sob pena de registro de não conformidade contratual.
- 5.42.1 Quando o fornecimento de material estiver vinculado a chamado classificado por nível de prioridade, o prazo de fornecimento deverá ser compatível com o prazo de solução aplicável ao respectivo nível.
- 5.43 Todos os materiais empregados nos serviços deverão ser **novos, de primeira qualidade e em conformidade com as normas técnicas aplicáveis**, devendo ser submetidos à **aprovação prévia da Fiscalização** antes da utilização.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

- 5.44 Para efeito de **padrão de referência e similaridade**, serão consideradas as seguintes marcas, sem prejuízo de outras equivalentes de qualidade equivalente ou superior:
- 5.44.1 **Materiais hidráulicos:** TIGRE;
 - 5.44.2 **Materiais hidráulicos, hidrossanitários, louças, metais e acessórios sanitários:** DECA, FABRIMAR, DOCOL e CELITE;
 - 5.44.3 **Tintas, vernizes, seladoras, texturas, massas e complementos acrílicos:** CORAL, SHERWIN WILLIAMS e SUVINIL;
 - 5.44.4 **Cimentos:** NASSAU e POTY.
 - 5.44.5 Outras marcas poderão ser admitidas, a critério da Fiscalização da CONTRATANTE, desde que atendam aos padrões técnicos e de desempenho exigidos.
- 5.45 Nos casos em que não houver indicação de marca de referência, deverão ser utilizados os **materiais padronizados atualmente instalados nas edificações da CONTRATANTE**.
- 5.46 Se o produto estiver **fora de linha ou indisponível no mercado**, poderá ser substituído por **modelo equivalente ou de qualidade superior**, mediante **prévia anuência da Fiscalização**.

Especificação da garantia do serviço

- 5.47 O prazo de **garantia contratual dos serviços**, complementar à garantia legal prevista na **Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)**, será de **12 (doze) meses**, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do **recebimento definitivo** do objeto, sem prejuízo de prazos superiores aplicáveis a materiais ou sistemas específicos.
- 5.48 Durante o período de garantia, a **CONTRATADA** será responsável pela **correção, reparo ou substituição**, sem ônus para a Administração, de quaisquer defeitos decorrentes de execução inadequada, vícios de materiais,



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

falhas de instalação ou desempenho inferior ao especificado, observado o disposto no **art. 618 do Código Civil** e nas normas técnicas pertinentes.

5.49 Os **prazos mínimos de garantia por tipo de material ou serviço** deverão observar as seguintes referências estabelecidas no **Estudo Técnico Preliminar**:

5.49.1 **Lâmpadas LED**: vida útil mínima de 25.000 horas;

5.49.2 **Tinta e revestimentos**: entre 2 e 3 anos, conforme tipo e ambiente de aplicação;

5.49.3 **Reparos hidráulicos e conexões**: garantia mínima de 12 meses;

5.49.4 **Serviços estruturais e de alvenaria**: garantia mínima de 5 anos, conforme art. 618 do Código Civil.

5.49.5 A não observância desses prazos ou a reincidência de falhas durante o período de garantia poderá ensejar **glosa, substituição integral do serviço ou aplicação de penalidades contratuais**, a critério da fiscalização.

Remuneração

Remuneração da equipe residente

5.49.6 A remuneração da equipe residente será realizada conforme os parâmetros estabelecidos no **Referencial Técnico de Custos – 4ª edição**, em consonância com as diretrizes da **Instrução Normativa nº 05/2017**, assegurando a correta composição dos custos de mão de obra, com discriminação individualizada de salário-base, encargos sociais, benefícios legais e convencionais e demais custos indiretos, de forma transparente, rastreável e auditável.

5.49.6.1 Não se aplica **BDI (Benefícios e Despesas Indiretas)** à remuneração da equipe residente, por se tratar de custo de mão de obra com dedicação exclusiva, já integralmente contemplado na planilha de custos e formação de preços.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

Metodologia sequencial para definição de preços dos materiais e serviços sob demanda

- 5.49.7 A definição dos preços dos **materiais e serviços executados ou fornecidos sob demanda** observará **metodologia sequencial, obrigatória e excludente**, em estrita consonância com o **art. 23, § 2º, da Lei nº 14.133/2021**, devendo cada critério ser utilizado **apenas quando não for possível**, por inexistência, inadequação técnica ou inviabilidade devidamente justificada, a adoção do critério imediatamente anterior, **vedada a escolha discricionária ou oportunista de fontes de preços**.

Ordem legal de referências de preços

- 5.49.8 Para a composição dos custos dos materiais e serviços sob demanda, deverá ser observada, **necessariamente**, a seguinte ordem de prioridade:
- i. utilização de composições de custos unitários do **Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI (Estado do Ceará)**, para obras e serviços de engenharia em geral;
 - ii. utilização de composições de custos unitários do **Sistema de Custos Referenciais de Obras – SICRO/DNIT**, quando suas composições se mostrarem tecnicamente adequadas ao objeto;
 - iii. de forma **subsidiária**, utilização da **Tabela SEINFRA/CE**, desde que precedida de **justificativa técnica circunstanciada**, demonstrando que suas composições são mais adequadas à realidade local, às características do serviço e às condições de execução no Estado do Ceará;
- 5.49.9 Somente na ausência ou inadequação técnica das bases anteriores, poderão ser utilizadas **outras tabelas oficialmente reconhecidas**, tais como **ORSE, TCPO/PINI ou equivalentes**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

Atualidade das bases e regime de desoneração

- 5.49.10 A planilha orçamentária deverá utilizar, **sempre que disponível**, a **versão mais recente e desonerada** da tabela de referência aplicável, vigente **no mês da licitação**, devendo constar expressamente a identificação da base utilizada e do respectivo período de referência.
- 5.49.11 Na hipótese de a tabela correspondente ao mês exato da licitação ainda não ter sido publicada, admite-se a utilização da edição imediatamente anterior, desde que não ultrapasse o mês de abertura do certame.
- 5.49.12 A metodologia de desoneração adotada deverá ser **uniforme em toda a planilha**, sendo vedada a combinação de critérios distintos que comprometam a comparabilidade das propostas.

Composições próprias e validação pela fiscalização

- 5.49.13 Em último caso, mediante **justificativa técnica expressa**, as composições poderão ser elaboradas pela própria contratada, utilizando como referência preços constantes das tabelas oficiais disponíveis, adotando-se os insumos e serviços mais compatíveis com a realidade do objeto contratado.
- 5.49.14 Em qualquer hipótese, as composições apresentadas deverão ser submetidas à **aprovação prévia da Fiscalização**, que poderá solicitar ajustes, complementações, substituição da metodologia adotada ou adoção de outra base de referência, quando tecnicamente justificável.

Contratações similares – critério subsidiário

- 5.49.15 Na hipótese de **inexistência, inadequação técnica ou inviabilidade devidamente justificada** dos critérios previstos nos itens 5.49.8 a 5.49.9, a Administração poderá utilizar, **como critério subsidiário para a composição dos preços**, valores praticados em **contratações similares realizadas pela Administração Pública**, em execução ou concluídas no período de até **1 (um) ano anterior**, devidamente atualizados, nos termos do **art. 23, § 2º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

Orçamento de mercado – último recurso

- 5.49.16 Somente quando **não for possível a definição dos preços** com base nos critérios previstos nos itens 5.49.8, 5.49.9 e 5.49.15, admite-se a utilização de **orçamento de mercado**, nos termos da **IN SEGES nº 65/2021**, devendo a contratada apresentar orçamento detalhado, com discriminação dos custos unitários e totais de cada insumo ou serviço.
- 5.49.17 O orçamento de mercado poderá considerar, quando pertinente e disponível, informações oriundas da **base nacional de notas fiscais eletrônicas**, na forma do **art. 23, § 2º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021**.
- 5.49.18 Caso o valor apresentado pela contratada seja superior ao preço apurado pela Administração em sua pesquisa ou estimativa de referência, **prevalecerá o valor estimado pela Administração Pública**, para fins de pagamento.

Aplicação do BDI aos serviços e materiais sob demanda

- 5.49.19 As planilhas de custos referentes aos **serviços eventuais e ao fornecimento de materiais sob demanda** deverão contemplar a aplicação do **BDI (Benefícios e Despesas Indiretas)**, quando cabível, observando o disposto no **art. 23, § 2º, da Lei nº 14.133/2021**.
- 5.49.20 O BDI deverá ser apresentado de forma **analítica, detalhada e auditável**, com a discriminação de todas as suas parcelas constitutivas — administração central, riscos, seguros, tributos e lucro —, em conformidade com o **Acórdão nº 2.622/2013 – Plenário/TCU**, sendo vedada a utilização de percentuais globais sem a devida decomposição e justificativa técnica.

Percentuais máximos de BDI e critérios de aplicação

- 5.49.21 Os percentuais máximos admitidos para o **BDI (Benefícios e Despesas Indiretas)** são aqueles **definidos nesta seção do Termo de Referência**, como parte integrante do **orçamento de referência da**



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

contratação, calculados em **regime desonerado**, com observância obrigatória da **natureza do item**, da **localidade de execução** e da **criticidade do sistema**, nos termos do **art. 23, § 2º, da Lei nº 14.133/2021**, do **Acórdão nº 2.622/2013 – Plenário/TCU** e da metodologia adotada no planejamento da contratação.

5.49.22 O BDI não incide sobre a remuneração da mão de obra residente (postos de serviço), aplicando-se exclusivamente aos serviços e materiais executados ou fornecidos sob demanda.

5.49.23 Para fins de aplicação do BDI, os itens sob demanda serão classificados, cumulativamente, segundo:

- i. natureza do objeto (serviço ou mero fornecimento de material);
- ii. localidade de execução (Capital ou Interior);
- iii. criticidade do sistema atendido.

5.49.24 Consideram-se **Sistemas Críticos**, para fins de aplicação dos percentuais majorados de BDI, as intervenções e materiais destinados a:

- i. subestações de média tensão;
- ii. grupos moto-geradores (GMG);
- iii. sistemas de prevenção e combate a incêndio, incluindo redes de gás e SPDA;
- iv. sistemas de segurança eletrônica (CFTV, alarmes e controle de acesso);
- v. fachadas especiais (painéis em ACM e brises);
- vi. impermeabilizações de lajes e reservatórios.

5.49.25 **Os percentuais máximos de BDI admitidos**, em regime desonerado, observada a **Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) de 4,5%**, ficam assim definidos:



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

Situação de Execução	BDI – Serviços	BDI – Materiais
Fortaleza – Sistemas não críticos	28,31% (Quartil Médio)	18,52% (Quartil Médio)
Interior – quaisquer sistemas	31,33% (3º Quartil)	21,30% (3º Quartil)
Sistemas críticos – qualquer localidade	31,33% (3º Quartil)	21,30% (3º Quartil)

5.49.26 A extrapolação formal dos parâmetros referenciais de **25% de BDI (para serviços) e de 15% (para materiais)** é tecnicamente justificada:

- pelo aumento dos riscos técnicos e operacionais dos sistemas críticos;
- pelo ônus logístico e pela dispersão geográfica das unidades localizadas no interior;
- pela adoção do regime de desoneração da folha, com inclusão da **CPRB (4,5%)** no denominador da fórmula do BDI, conforme o modelo do **Acórdão nº 2.622/2013/TCU**.

Administração Local

5.50 Em conformidade com o entendimento consolidado pelo **Tribunal de Contas da União (TCU)**, por meio do **Acórdão nº 2.622/2013 – Plenário**, os custos relativos à **Administração Local (AL)** devem ser **discriminados na planilha de custos diretos**, compondo o valor total do serviço de engenharia.

5.51 A **Administração Local** compreende as despesas necessárias à manutenção da estrutura operacional instalada no local de execução dos serviços, tais como apoio técnico e administrativo, supervisão local, transporte interno, vigilância, energia, comunicação, limpeza, e demais custos indispensáveis ao funcionamento e gestão do canteiro ou frente de trabalho.

5.52 De acordo com o referido Acórdão, na categoria **“Construção de Edifícios”**, as **faixas referenciais de incidência da Administração Local sobre o Custo Direto** são as seguintes:

- 1º Quartil: 3,49%**



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

ii. Médio: 6,23%

iii. 3º Quartil: 8,87%

- 5.53 No caso desta contratação, que abrange **serviços de manutenção predial em múltiplas unidades do Ministério Público Federal no Estado do Ceará** — compreendendo a sede em **Fortaleza** e as Procuradorias da República em **Sobral, Limoeiro do Norte e Juazeiro do Norte** —, admite-se a adoção de **percentuais de Administração Local situados entre 3,49% e 8,87%**, conforme parâmetros definidos pelo **Acórdão nº 2.622/2013 – Plenário/TCU** para a categoria *Construção de Edifícios*.
- 5.54 A definição do percentual aplicável dentro dessa faixa deverá considerar fatores como o **porte do serviço**, o **grau de dispersão geográfica das frentes de trabalho**, a **complexidade técnica das atividades** e as **exigências logísticas de deslocamento e supervisão**.
- 5.55 Justifica-se a adoção de valores próximos ao limite superior da faixa (até **8,87%**) em razão da **execução descentralizada**, da **necessidade de deslocamentos frequentes da equipe técnica** e da **manutenção de estrutura operacional de apoio nas diferentes unidades do Estado**, o que acarreta custos adicionais de coordenação, transporte e controle operacional.
- 5.56 Esses percentuais devem ser utilizados como **parâmetros de análise de razoabilidade**, cabendo à contratada **justificar tecnicamente eventuais variações**, conforme as **características específicas do serviço**, em atendimento ao princípio da **economicidade** e às **orientações do Tribunal de Contas da União**.
- 5.57 Em consonância com o entendimento firmado pelo Tribunal de Contas da União no **Acórdão nº 2.369/2012 – Plenário**, os itens referentes à **Administração Local** deverão ser **medidos e pagos de forma proporcional à execução financeira dos serviços**, vedado o pagamento antecipado ou concentrado dessa parcela.
- 5.58 A sistemática de medição deverá assegurar que o **pagamento da Administração Local acompanhe a evolução físico-financeira do serviço**,



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

de modo que a quitação de **100% (cem por cento)** dessa parcela ocorra **somente com a conclusão integral das atividades**, preservando o equilíbrio econômico-financeiro e garantindo a efetiva entrega do objeto contratado.

Custos com deslocamento

5.59 Em observância ao disposto na **Portaria PGR/MPU nº 111, de 20 de junho de 2019**, por analogia, o direito à indenização por quilômetro rodado será concedido exclusivamente para **deslocamentos em veículo próprio devidamente autorizado**, com valor correspondente às **despesas efetivamente realizadas com o percurso de ida e volta** entre a **sede da Procuradoria da República no Estado do Ceará (Fortaleza)** e as respectivas **Procuradorias da República nos Municípios (PRMs)**.

5.59.1 A indenização por quilômetro rodado prevista neste Termo de Referência refere-se exclusivamente ao deslocamento necessário ao atendimento de cada Ordem de Serviço, **considerado como um único evento logístico**, previamente planejado e validado pela Administração, nos termos das Notas 1 a 6 deste item.

5.59.2 A quilometragem indenizável **não se vincula individualmente ao deslocamento de engenheiro responsável, supervisor, equipe técnica ou equipe operacional, tampouco ao número de veículos eventualmente utilizados pela contratada**, sendo vedada a cobrança de múltiplas quilometragens para um mesmo atendimento.

5.59.3 Eventuais deslocamentos adicionais, visitas separadas ou utilização de mais de um veículo, quando decorrentes de decisão organizacional ou logística da contratada, **constituem ônus exclusivo desta e não ensejam indenização adicional**.

5.59.4 A indenização **limitar-se-á ao percurso rodoviário de ida e volta entre a sede da Procuradoria da República no Estado do Ceará (Fortaleza) e a unidade atendida**, conforme rotas oficiais previamente definidas, observados o limite máximo por viagem, a exclusão de



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

deslocamentos urbanos internos e a natureza indenizatória da despesa, sem incidência de BDI, conforme disposto neste Termo de Referência.

5.60 Os cálculos de custo consideram as **distâncias totais (ida e volta)** entre as unidades e a **frequência de viagens anuais previstas** no cronograma operacional da manutenção.

5.61 **Parâmetros de Custo por Quilômetro Rodado**

Faixa de Distância (km)	Valor Referencial por km Rodado (R\$)
De 1 até 250 km	R\$ 1,07
De 251 até 500 km	R\$ 1,22
De 501 até 750 km	R\$ 1,38
De 751 até 1.000 km	R\$ 1,53

Nota 1: A indenização por quilômetro rodado é limitada a mil quilômetros por viagem, conforme previsto na Portaria supracitada.

Nota 2: O valor indenizável corresponderá exclusivamente à distância entre a capital (Fortaleza) e o município de destino (ida e volta), não incluindo quaisquer deslocamentos internos dentro do perímetro urbano do município atendido, ainda que necessários à execução do serviço.

Nota 3: As distâncias adotadas serão obtidas por meio de consulta a rotas oficiais (Google Maps ou sistema equivalente), considerando o percurso rodoviário mais direto.

Nota 4: O número de viagens anuais previstas deverá observar o planejamento operacional definido de forma conjunta entre a CONTRATADA e as Procuradorias da República nos Municípios (PRMs), devendo ser validado pela Administração em Fortaleza, com ciência e acompanhamento das Fiscalizações Setoriais locais.

Nota 5: Sobre o valor indenizável a título de quilômetro rodado não incide BDI



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

(Benefícios e Despesas Indiretas), por se tratar de reembolso de despesa operacional específica, previamente quantificada e regulamentada, que não se caracteriza como serviço de engenharia nem como fornecimento sujeito à aplicação de despesas indiretas, tributos ou margem de lucro.

Nota 6: A indenização será efetuada mediante **comprovação da efetiva realização da viagem**, por meio de ordem de serviço, relatório de deslocamento ou documentação equivalente aceita pela Contratante, contendo, **no mínimo**, a data, o percurso, a finalidade e a quilometragem percorrida, **observado o disposto nas notas 1 a 5**.

6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4 O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

Preposto

- 6.6 O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.
- 6.7 O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de vigência do contrato.
- 6.8 O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

- 6.9 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.10 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.11 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.12 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.13 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

- 6.14 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.15 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 6.16 A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:
- 6.16.1 Verificar periodicamente o cumprimento dos níveis de serviço (SLA) e dos indicadores de desempenho (KPIs) previstos no contrato, especialmente quanto ao tempo de resposta, reincidência de chamados, disponibilidade de sistemas críticos e satisfação dos usuários internos.
 - 6.16.2 Acompanhar e validar as ordens de serviço (OS) registradas no sistema eletrônico de gestão da contratada, conferindo a correlação entre os serviços executados, os prazos de atendimento e as evidências apresentadas (relatórios técnicos, registros fotográficos e assinaturas digitais).
 - 6.16.3 Realizar inspeções técnicas nas instalações, de forma amostral e rotativa, para avaliar a qualidade dos serviços executados, a adequação dos materiais aplicados e a conformidade com as normas técnicas da ABNT e com as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho (NRs 10 e 35, entre outras aplicáveis).
 - 6.16.4 Monitorar a execução do plano de manutenção preventiva e preditiva, verificando o cumprimento do cronograma e a atualização dos registros no plano de manutenção predial.
 - 6.16.5 Conferir os relatórios mensais de execução apresentados pela contratada, validando quantitativos, medições e informações consolidadas de jornada e compensação de horas.
 - 6.16.6 Verificar o cumprimento das normas de segurança e saúde no trabalho, com atenção ao uso de EPI, sinalização, emissão de ART e



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

treinamentos obrigatórios (NR-10, NR-35), comunicando de imediato ao gestor qualquer ocorrência de acidente ou situação de risco.

6.16.7 Acompanhar a gestão do estoque mínimo estratégico mantido pela contratada, verificando a rastreabilidade dos materiais utilizados e a conformidade com os padrões técnicos e ambientais exigidos.

6.16.8 Conferir a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados durante a execução dos serviços (como lâmpadas, baterias, entulhos e resíduos vegetais), exigindo a apresentação dos respectivos certificados de destinação, em consonância com o Plano de Logística Sustentável (PLS/MPF 2024–2026) e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (AGU/2024).

6.16.9 Registrar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relevantes, notificações e medidas corretivas adotadas, garantindo rastreabilidade e transparência no acompanhamento da execução.

6.17 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.19 Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.

- 6.20 O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.
- 6.21 O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.
- 6.22 Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.
- 6.23 O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.
- 6.24 Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.
- 6.25 Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.
- 6.26 O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.
- 6.27 O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:
- 6.27.1 se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

- 6.27.2 se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;
- 6.27.3 se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou
- 6.27.4 se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.
- 6.28 Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverão ser realizadas as seguintes ações:
- 6.28.1 O trabalhador deverá informar previamente a sua intenção de compensar a jornada ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades;
- 6.28.2 O responsável pela unidade avaliará a viabilidade da compensação e, em caso de concordância, comunicará o fiscal do contrato;
- 6.28.3 O fiscal do contrato informará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a data prevista da ausência do trabalhador; e
- 6.28.4 Após a formalização da compensação, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.
- 6.29 Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.
- 6.30 O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:
- 6.30.1 se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

6.30.2 se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

Fiscalização Administrativa

- 6.31 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.32 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.33 Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:
- 6.33.1 **Registro sistemático das atividades de fiscalização**, garantindo rastreabilidade, transparência e integridade das informações sobre ordens de serviço, ocorrências e comunicações com a contratada;
 - 6.33.2 **Avaliação periódica dos riscos contratuais**, conforme metodologia institucional de gestão de riscos do MPF, abrangendo riscos operacionais, financeiros, legais e de segurança, com registro de medidas de tratamento e atualização da matriz de riscos;
 - 6.33.3 **Adoção de reuniões de acompanhamento** entre a fiscalização, a contratada e o gestor do contrato, para análise de resultados, correção de não conformidades e registro de boas práticas;
 - 6.33.4 **Integração com a fiscalização técnica** para consolidar as informações administrativas e operacionais em relatórios únicos, que subsidiem o planejamento de repactuações, reajustes e eventuais aditivos;
 - 6.33.5 **Comunicação imediata ao gestor do contrato e à área de governança** de quaisquer ocorrências que possam caracterizar risco de



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

descontinuidade do serviço, descumprimento de obrigações legais, ambientais ou trabalhistas.

6.34 A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.35 Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigirse-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.35.1 No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.35.1.1 no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.35.1.1.1 relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.35.1.1.2 Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.35.1.1.3 exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.35.1.2 entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

6.35.1.2.1 Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

- 6.35.1.2.2 certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;
 - 6.35.1.2.3 Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
 - 6.35.1.2.4 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 6.35.1.3 entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:
- 6.35.1.3.1 extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;
 - 6.35.1.3.2 cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;
 - 6.35.1.3.3 cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
 - 6.35.1.3.4 comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;
 - 6.35.1.3.5 comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato; e
 - 6.35.1.3.6 documentos comprobatórios de que o capital social integralizado da empresa é compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

- 6.35.1.4 entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:
- 6.35.1.4.1 termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
 - 6.35.1.4.2 guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
 - 6.35.1.4.3 extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
 - 6.35.1.4.4 exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
- 6.36 Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item Erro: Origem da referência não encontrada acima deverão ser apresentados. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item Erro: Origem da referência não encontrada acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.
- 6.37 A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.
- 6.38 O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.
- 6.39 Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

- 6.40 Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.
- 6.41 No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Civis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
- 6.42 Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.
- 6.43 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 6.44 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.
- 6.45 O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 6.46 A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.
- 6.47 Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

- 6.48 Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo estabelecido pela Contratante, esta poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 6.49 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
- 6.50 Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.
- 6.51 O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 6.52 O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 6.53 A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 6.54 A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.
- 6.55 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 6.56 A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

- 6.56.1 diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e
- 6.56.2 necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.
- 6.57 As compensações de jornada limitam-se:
- 6.57.1 à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e
- 6.57.2 ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.
- 6.58 A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.
- 6.59 A fiscalização administrativa acompanhará o planejamento e a programação das férias dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, a serem realizados pela contratada, a fim de assegurar a previsibilidade da época de gozo das férias, como previsto no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025.
- 6.60 A programação da fruição das férias será realizada com, no mínimo, sessenta dias de antecedência ao término do período aquisitivo, salvo quando o período aquisitivo se encerrar nos primeiros noventa dias da vigência contratual.
- 6.61 A contratada poderá solicitar reunião com a fiscalização contratual, antes da definição da programação da fruição das férias, para dirimir eventuais dúvidas sobre as rotinas da prestação de serviço estabelecidas neste Termo de Referência.
- 6.62 O planejamento será formalizado por meio do relatório de programação de férias, no qual será informada a época de fruição de férias de cada colaborador terceirizado.
- 6.63 O relatório de programação das férias conterá a relação dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, cargo ou função, data de admissão e alocação no posto e informações sobre as férias, incluindo as datas de início e



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

fim do período aquisitivo, do período concessivo e da fruição das férias, caso já estejam programadas, bem como o parcelamento dos períodos de férias, se houver.

6.64 A contratada deverá enviar à fiscalização administrativa:

6.64.1 até o quinto dia útil de cada mês, a partir do segundo mês da execução contratual, o relatório de programação das férias dos colaboradores terceirizados, observados os prazos do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025;

6.64.2 em até 5 dias úteis após a ciência do colaborador terceirizado, o recibo de concessão de férias, conforme o art. 135 da CLT e o inciso IV do art. 50 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

6.65 O planejamento e a programação deverão garantir que as férias sejam fruídas, sempre que a vigência contratual permitir, dentro de doze meses, contados a partir da data do direito adquirido, conforme o art. 134 da CLT, de modo a mitigar as ocorrências de pagamento indenizado, observado o disposto no art. 8º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

6.66 Após a programação das férias, eventuais alterações deverão ser comunicadas à fiscalização administrativa com, no mínimo, noventa dias de antecedência do início da fruição das férias, mediante justificativa, indicando-se, para tanto, um dos motivos elencados no parágrafo único do art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

Gestor do Contrato

6.67 Cabe ao gestor do contrato:

6.67.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

- 6.67.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.67.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.67.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.67.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.67.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.67.7 enviar a documentação pertinente ao setor responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.
- 6.67.8 receber e dar encaminhamento imediato:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

- 6.67.8.1 às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;
- 6.67.8.2 à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.
- 6.68 Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme disposto nesta seção.
- 7.2Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:
- 7.2.1 não produziu os resultados acordados,
 - 7.2.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - 7.2.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.3A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 7.4A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

- 7.4.1 Resultado da execução dos serviços, medido pelos indicadores de desempenho previstos no **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, elaborado conforme o modelo e as regras de aplicação constantes do **Anexo B**, parte integrante deste Termo de Referência³;
- 7.4.2 **Regularidade técnica** e administrativa da execução contratual;
- 7.4.3 **Observância dos requisitos de sustentabilidade, segurança e conformidade legal.**

Recebimento

- 7.5 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **10 (dez) dias úteis**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 7.6 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.7 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 7.8 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 7.9 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.10 Para efeito de recebimento provisório, será considerado, para fins de faturamento:
- 7.10.1 **Residentes (parcela fixa):** o faturamento será efetuado mensalmente.

³ O não atingimento das metas mínimas acarretará glosas proporcionais, conforme matriz de desempenho.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

7.10.2 **Serviços eventuais (parcela variável):** serão faturados por medição, mediante apresentação de planilha de medição e memória de cálculo.

7.10.2.1 O pagamento da parcela variável ocorrerá somente após a aceitação dos serviços pela fiscalização técnica, não se confundindo com a remuneração mensal da parcela fixa.

7.11 Ao final de cada período/medição de faturamento:

7.11.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.11.2 o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.12 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

- 7.15 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.16 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.17 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.18 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:
- 7.18.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
- 7.18.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;
- 7.18.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.18.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

- 7.18.5 Enviar a documentação pertinente ao setor responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.19 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.20 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.21 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.22 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **5 (cinco) dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 7.23 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.24 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.24.1 o prazo de validade;
 - 7.24.2 a data da emissão;
 - 7.24.3 os dados do contrato e do órgão contratante;



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

- 7.24.4 o período respectivo de execução do contrato;
 - 7.24.5 o valor a pagar; e
 - 7.24.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.25 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.
- 7.26 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.27 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- 7.27.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
 - 7.27.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 7.28 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, **no prazo de 10 (dez) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
- 7.29 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

- 7.30 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.
- 7.31 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 7.32 O pagamento será efetuado no prazo máximo de **até 5 (cinco) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 7.33 No caso de atraso imputável à Administração Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente pelo **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – Especial (IPCA-E)**, apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre o termo final do prazo de pagamento e a data de sua efetiva quitação.

Forma de pagamento

- 7.34 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.
- 7.35 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.36 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.37 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.38 O Contratado regularmente **optante pelo Simples Nacional**, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.38.1 Considerando que a execução do objeto envolve a cessão de mão de obra residente, as licitantes optantes do Simples Nacional deverão observar as exceções previstas no art. 18, § 5º-C e § 5º-H da Lei Complementar nº 123/2006, sob pena de desenquadramento obrigatório do regime tributário simplificado caso não atendam aos requisitos legais ali estabelecidos.

Antecipação de pagamento

7.39 Não será admitida a antecipação de pagamento em nenhuma hipótese nesta contratação.

Reoneração gradual da folha de pagamento

7.40 A pedido do Contratado, o preço do contrato poderá ser revisto nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

7.41 O pedido de revisão em virtude dos efeitos da Lei nº 14.973, de 2024 deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.42 A revisão prevista no acima, caso requerida pelo Contratado, deverá ser instruída com a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços.

Repactuação



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

- 7.43 Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.
- 7.44 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:
- 7.44.1 Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- 7.44.2 Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.
- 7.45 Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de **1 (um) ano** será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.
- 7.46 Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.
- 7.47 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.
- 7.48 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

- 7.49 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.
- 7.50 Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 7.51 Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.
- 7.52 A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.
- 7.53 Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.
- 7.54 A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

- 7.55 A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.
- 7.56 Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.
- 7.57 A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).
- 7.58 Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do **Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV)**, com base na seguinte fórmula:

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I⁰ = Índice inicial – refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

- 7.59 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 7.60 Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 7.61 Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 7.62 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.
- 7.63 Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.
- 7.64 Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.
- 7.65 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.
- 7.66 Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

- 7.67 O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.
- 7.68 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 7.69 A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.
- 7.70 O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até **60 (sessenta) dias**, contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.
- 7.71 O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.
- 7.72 A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.
- 7.73 As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.74 O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.
- 7.75 Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

- 7.76 A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.
- 7.77 A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

Reajuste

- 7.78 Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis pelo prazo de um ano contado a partir da data do orçamento estimado **(11/01/2026)**.
- 7.79 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.79.1 O reajuste incidirá sobre todos os valores contratuais vinculados a custos de mercado, incluindo insumos (ex.: uniformes), materiais, equipamentos de proteção individual (EPIs), ferramentas, equipamentos e demais itens necessários à execução dos serviços, e não apenas sobre os preços unitários constantes das planilhas referenciais.
- 7.80 O valor do quilômetro rodado será reajustado anualmente pelo **Índice de Preços ao Produtor Amplo – Diesel (IPP/Diesel), divulgado pelo IBGE**, ou, na sua ausência, pelo **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**, a partir da data do orçamento **(11/01/2026)**.
- 7.81 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.82 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

- 7.83 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.84 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.85 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.86 O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

- 7.87 As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 7.88 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 7.89 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 7.90 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.91 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.92 O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8 PENALIDADES CONTRATUAIS E ADMINISTRATIVAS

8.1 PENALIDADES CONTRATUAIS

8.1.1 A multa de mora e a multa compensatória possuem natureza cível e se distinguem da multa sancionatória do art. 156, inc. II, da Lei nº 14.133/2021.

8.1.2 O atraso injustificado no cumprimento das **obrigações principais** sujeitará a contratada à multa de mora de **1% (um por cento) ao dia**, aplicada sobre o valor da parcela inadimplida ou, quando não for possível calcular essa parcela, sobre o valor da fatura correspondente ao período em que ocorreu a falha, **até o limite de 10 (dez) dias**.

8.1.3 Considera-se **obrigação principal** da CONTRATADA a **execução mensal integral, contínua e ininterrupta dos Serviços Continuados de Engenharia**, abrangendo as atividades de **manutenção preventiva, preditiva e corretiva de baixa complexidade**, bem como o **atendimento tempestivo das demandas sob demanda**, em conformidade com o escopo definido neste Termo de Referência, nas unidades do CONTRATANTE.

8.1.4 Essa obrigação essencial compreende, dentre outros aspectos:

I – a execução das **rotinas de manutenção preventiva programada**;

II – a disponibilização de **mão de obra técnica compatível** para a execução dos serviços corretivos;



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

III – o fornecimento de **materiais, insumos e equipamentos necessários**, quando aplicável;

IV – o **atendimento às ordens de serviço** emitidas pela fiscalização, dentro dos prazos estabelecidos;

V – a **elaboração, atualização e registro dos planos, cronogramas, relatórios e demais documentos operacionais** previstos no contrato.

8.1.5 A **inexecução total ou parcial** dessas obrigações, inclusive o **atraso injustificado na implantação ou atualização dos instrumentos de planejamento e controle previstos neste Termo de Referência**, configura **inexecução da obrigação principal**, para fins de aplicação das sanções contratuais cabíveis.

8.1.6 O atraso injustificado no cumprimento das **obrigações secundárias** sujeitará a CONTRATADA à aplicação de multa de mora de **0,5% (cinco décimos por cento) ao dia**, incidente sobre o valor da parcela inadimplida ou, quando não for possível individualizá-la, sobre o valor da fatura correspondente ao período em que ocorreu a falha, limitada **ao prazo máximo de 20 (vinte) dias**.

8.1.7 Consideram-se **obrigações secundárias**, para os fins deste contrato, os **deveres acessórios, instrumentais ou de conformidade**, que **não integram diretamente a execução do objeto principal**, mas são necessários ao adequado acompanhamento, controle e regularidade da execução contratual.

8.1.8 Enquadram-se como **obrigações secundárias**, dentre outras:

8.1.8.1o atraso injustificado na elaboração, atualização ou entrega de planos, relatórios, diagnósticos, registros de execução, evidências fotográficas, medições, planilhas, Anotações de Responsabilidade Técnica – ART ou Registros de Responsabilidade Técnica – RRT, quando exigidos, bem como de quaisquer outros documentos técnicos, operacionais ou administrativos obrigatórios, previstos neste Termo de Referência ou formalmente solicitados pela fiscalização, para fins de



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

planejamento, acompanhamento, medição, controle contratual ou responsabilização técnica;

8.1.8.2o atraso injustificado ou o descumprimento das obrigações legais e contratuais de conformidade, inclusive aquelas relacionadas à segurança do trabalho, à gestão ambiental, ao descarte adequado de resíduos e à observância das normas técnicas aplicáveis.

8.1.9 Considera-se justificado o atraso nas hipóteses previstas no art. 21, § 1º, da Portaria PGR/MPU nº 178/2023, dentre as quais:

- i) - alteração do projeto ou especificações pela Administração;
- ii) superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- iii) - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;
- iv) aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei nº 14.133, de 2021;
- v) impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência; e
- vi) omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

8.1.10 A aplicação da multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

- 8.1.11 A multa compensatória constitui o valor mínimo da indenização devida, cabendo indenização suplementar sempre que o montante da multa não for suficiente para assegurar a reparação integral dos danos causados à Administração Pública.
- 8.1.12 Nas contratações de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a CONTRATADA deverá apresentar, quando solicitado pela Administração, sob pena de multa, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:
- I - registro de ponto;
 - II - recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
 - III - comprovante de depósito do FGTS;
 - IV - recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;
 - V - recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;
 - VI - recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.
- 8.1.13 descumprimento da obrigação prevista no item anterior sujeitará a CONTRATADA à multa, graduada em percentual incidente sobre o valor do salário dos empregados cujas comprovações não tiverem sido apresentadas, para cada mês de referência, nos termos do art. 22 da Portaria PGR/MPU nº 178/2023.
- 8.1.14 A multa será de 1% sobre o valor do salário dos empregados cujas comprovações não foram feitas, incidindo em cada mês de referência.
- 8.1.15 O valor total das multas aplicadas com fundamento na ausência de comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) não podem ultrapassar 10% (dez por cento) do valor total do contrato.

- 8.1.16 A multa moratória, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, será de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 8.1.17 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia das contratações autoriza a Administração Pública a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 8.1.18 A aplicação da multa de mora e de demais multas contratuais não afasta a possibilidade de rescisão contratual ou de aplicação de outras sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste instrumento.
- 8.1.19 O registro e a publicação das penalidades tratadas nesta seção (natureza cível/contratual) no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), bem como no CEIS e no CNEP, **ficam dispensados**, uma vez que tais medidas não se confundem com as sanções de natureza administrativa.

8.2 INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 8.2.1 Os parâmetros para a aplicação de penalidades nas infrações cometidas em certames e contratos administrativos no âmbito do Ministério Público Federal, que serão levados em consideração durante toda a vigência da contratação, estão estabelecidos na Portaria PGR/MPU Nº 178, de 13 de setembro de 2023, que dispõe sobre o procedimento preliminar e o processo de apuração de responsabilidade e aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aos licitantes e contratados, no âmbito do Ministério Público da União e da Escola Superior do Ministério Público da União.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

8.2.2 Comete infração administrativa o fornecedor ou CONTRATADA que incidir em quaisquer das condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, especialmente:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 6.12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2.3 Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º daquele artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

iv) **Multa sancionatória**, prevista no art. 156, inc. II, da Lei nº 14.133/2021, que poderá ser aplicada ao infrator de forma isolada ou cumulativa com as demais espécies de sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

8.2.4 No caso das infrações previstas no art. 155, I, II, III e VII, da Lei nº 14.133/2021, será observado o seguinte critério para a quantificação da multa sancionatória, que incidirá sobre o valor anual do contrato, nas condutas de:

- i) dar causa à inexecução parcial do contrato: 0,5% a 5% do valor anual do contrato;
- ii) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: 5% a 10% do valor anual do contrato;
- iii) dar causa à inexecução total do contrato: 10% a 30% do valor anual do contrato;
- iv) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: 5% a 30% do valor anual do contrato.

8.2.5 Exceto para as infrações previstas nos incisos I, II, III e VII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, nas demais infrações do art. 155, os limites mínimo ou máximo estabelecidos na cláusula anterior poderão ser ultrapassados em



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

face dos demais critérios de dosimetria da sanção previstos na Portaria PGR/MPU nº 178/2023.

- 8.2.6 Decorridos **21 (vinte e um) dias de mora da obrigação secundária** assumida pela CONTRATADA, o inadimplemento será caracterizado como infração administrativa, tipificada como inexecução parcial do contrato, prevista no art.155, I, da Lei nº 14.133/2021.
- 8.2.7 Decorridos **21 (vinte e um) dias de mora da obrigação secundária** assumida pela CONTRATADA, e tendo causado dano à Administração, o inadimplemento será caracterizado como infração administrativa, tipificada como Inexecução parcial do contrato com dano, prevista no art.155, II, da Lei nº 14.133/2021.
- 8.2.8 Decorridos **11 (onze) dias de mora da obrigação principal** assumida pela CONTRATADA, o inadimplemento será caracterizado como infração administrativa, tipificada como ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da contratação sem motivo justificado, prevista no art.155, VII, da Lei nº 14.133/2021.

8.3 PROCEDIMENTOS E PROCESSOS

- 8.3.1 Na aplicação das sanções serão considerados:
- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - II - as peculiaridades do caso concreto;
 - III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 8.3.2 A dosimetria da sanção será feita em três fases, obedecendo os critérios previsto na Portaria PGR 178/2023 para fins de dosimetria.
- 8.3.3 As multas contratuais, de natureza cível, tal como a multa de mora, serão cobradas por meio de processo sumário específico por meio de



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

procedimento que possibilite prazo razoável para a defesa, motivação da decisão e possibilidade de pedido de reconsideração e recurso.

8.3.4 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo sumário ou de responsabilização previstos na Portaria PGR/MPU nº 178/2023.

8.3.5 Quando a multa de mora e outras penalidades contratuais, de natureza cível, forem conexas com infração administrativa, poderá seu processo e aplicação ser feita no mesmo processo, salvo quando inconveniente em razão da demora ou da sua complexidade. As multas contratuais podem ser aplicadas cumulativamente com as multas sancionatórias.

8.3.6 Tanto as multas contratuais, de natureza cível, quanto à multa sancionatória do art. 156, inc. II, da Lei nº 14.133/2021, serão cobradas em conformidade com o art. 76 da Portaria PGR/MPU nº 178/2023, podendo ocorrer o desconto dos créditos que a contratada tiver direito, decorrentes do mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o interessado possua com o mesmo órgão ou entidade sancionadora do MPU ou da ESMPU, bem como desconto da garantia.

8.3.7 É dever da Contratada comunicar à contratante toda e qualquer alteração de e-mail.

8.3.8 As intimações do processo sumário e de responsabilização serão realizadas na forma prevista pela PORTARIA PGR/MPU Nº 178/2023.

9 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1 O fornecedor será selecionado por meio de **procedimento licitatório** na **modalidade Pregão, na forma eletrônica**, adotando-se os seguintes critérios de julgamento:

9.1.1 **Para o item 1:** menor preço global anual;



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

- 9.1.2 **Para os itens 2, 3, 4, 5 e 6:** maior desconto sobre o valor anual estimado para cada item.
- 9.1.3 Indica-se o intervalo mínimo de diferença de percentual entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta, **de 1%**, considerando o **modo de disputa ABERTO e FECHADO**.
- 9.1.4 A definição de um intervalo entre os lances objetiva estimular a competição, promover a transparência, controlar os custos indiretos das empresas participantes e garantir eficiência e qualidade no processo licitatório.
- 9.1.5 Conforme estabelece o art. 59, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, o **orçamento estimado pela Administração é considerado o valor máximo admitido** para esta contratação, sendo desclassificadas as propostas que, após a etapa de negociação, permanecerem com o valor global superior a esse limite.
- 9.1.6 Em estrita observância à **Súmula TCU nº 259**, o critério de aceitabilidade abrange tanto o preço global quanto os **preços unitários**, sendo obrigatória a observância dos **preços máximos fixados para ambos** nas planilhas de referência, visando coibir a prática de "jogo de planilha".
- 9.1.7 Caso a proposta apresente preços unitários que extrapolem os limites fixados no edital, mas o valor global seja vantajoso e exequível, a Administração poderá, antes de desclassificar a licitante, promover **diligência para saneamento**, facultando ao licitante o ajuste dos valores unitários excedentes aos limites aceitáveis, desde que preservado o valor global proposto.

Regime de Execução

9.2 O regime de execução do objeto será de **empreitada por preço unitário**.

Critérios de aceitabilidade de preços



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

Para o Item 1:

- 9.3 Em se tratando de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, serão consideradas **aceitáveis as propostas que comprovem a compatibilidade dos custos de pessoal com a legislação trabalhista, previdenciária e tributária vigente**, bem como com o **instrumento coletivo de trabalho efetivamente aplicável à categoria profissional da licitante**, conforme seu enquadramento sindical.
- 9.4 A planilha de custos e formação de preços deverá refletir, de forma **coerente, detalhada e comprovável**, os custos de salários, benefícios, encargos sociais e demais obrigações trabalhistas decorrentes da norma coletiva adotada pela licitante.
- 9.4.1 O licitante possui plena autonomia na formação de seus preços privados, devendo adequar a Planilha de Custos e Formação de Preços à sua **realidade empresarial e enquadramento fiscal**, sendo-lhe permitido alterar os percentuais e valores dos módulos de remuneração (Módulo 1), custos de reposição (Módulo 4), insumos (Módulo 5) e lucro e custos indiretos (Módulo 6), **desde que respeitados os encargos legais e o piso da categoria**.
- 9.4.2 A Administração está disponibilizando modelo de planilha em formato eletrônico editável **de uso obrigatório**. A planilha contém fórmulas referenciais previamente definidas, as quais permanecerão protegidas por padrão. Excepcionalmente, será admitida a edição dessas fórmulas pelo licitante, **desde que tal necessidade seja devidamente justificada por meio de fundamentação técnica apresentada no momento da entrega da proposta**.
- 9.4.3 É vedada a cotação de salários inferiores ao piso da categoria profissional definido no instrumento coletivo de trabalho aplicável, bem como a alteração de alíquotas decorrentes diretamente de normas legais obrigatórias, tais como aquelas previstas no Submódulo 2.2 (INSS, FGTS, entre outros).



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

9.4.3.1 Sem prejuízo da observância aos instrumentos coletivos e à legislação vigente, a Administração estabelece, para fins de aceitabilidade das propostas, que o salário dos profissionais residentes **não poderá ser inferior aos valores mínimos abaixo indicados:**

- i. Artífice/Oficial de Manutenção Predial: R\$ 2.230,00 (dois mil, duzentos e trinta reais);
- ii. Auxílio-alimentação: R\$ 245,00 (duzentos e quarenta e cinco reais).

9.5 Não serão aceitas propostas que apresentem valores manifestamente inexecutáveis, incompatíveis com os custos mínimos decorrentes da legislação trabalhista ou que deixem de contemplar obrigações legalmente exigíveis aos empregadores.

9.6 O licitante deverá apresentar declaração formal contendo:

- I – seu enquadramento sindical;
- II – sua atividade econômica preponderante; e
- III – a justificativa técnica e jurídica para a adoção do instrumento coletivo do trabalho utilizado como base para a elaboração da Planilha de Custos e Formação de Preços.

9.7 O licitante deverá apresentar cópia do instrumento coletivo adotado ou comprovação idônea de seu enquadramento sindical, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT ou por força de decisão judicial.

9.8 Os valores estimados pela Administração constam do **Anexo A**.

9.9 **A Planilha de Custos e Formação de Preços (PCFP)** deverá ser elaborada **obrigatoriamente** com base no **modelo padrão adotado pela Auditoria Interna do Ministério Público da União – AUDIN/MPU**, disponibilizado em formato eletrônico, **vedada a utilização de modelos diversos**.

9.10 As planilhas encontram-se **parametrizadas para a realização automática dos cálculos finais**, a partir da **inserção dos valores por empregado**, e estão



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

alinhadas ao Referencial Técnico de Custos – 4ª Edição, aprovado pela AUDIN/MPU.

- 9.11 O **download do modelo de planilha aplicável** deverá ser realizado por meio do link abaixo, constituindo-se requisito para a adequada apresentação e análise das propostas:

<https://auditoria.mpu.mp.br/orientacao/terceirizacao/planilhas/MODELOPLANILHAPADRAOMODULOSIN52017ALTERADAPELAIN720180UTRASCATEGORIAS.xlsx>

Exigências de habilitação

- 9.12 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 9.13 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.14 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.15 **Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.16 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

- 9.17 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 9.18 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.19 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.20 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.21 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.22 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

- 9.23 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.24 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.25 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.26 Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.27 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.28 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.29 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.30 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.31 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG),



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a **1 (um)**, obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{array}{lcl} & & \text{b. Ativo Circulante + Realizável a} \\ & & \text{L Longo Prazo} \\ \text{a.} & & \\ \text{G} = & \frac{}{} & \text{c. Passivo Circulante + Passivo} \\ & & \text{Não Circulante} \end{array}$$

d.

$$\begin{array}{lcl} & & \text{f. Ativo Total} \\ \text{e.} & & \\ \text{S} & & \\ \text{G} = & \frac{}{} & \text{g. Passivo Circulante + Passivo} \\ & & \text{Não Circulante} \end{array}$$

h.

$$\begin{array}{lcl} \text{i.} & \text{L} & \text{j. Ativo Circulante} \\ \text{C} = & \frac{}{} & \text{k. Passivo Circulante} \end{array}$$

9.32 Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, **16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento)** do valor estimado da contratação para o período de doze meses, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; e

9.33 Patrimônio líquido de **10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação para o período de doze meses, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;

9.34 Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.35 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

- 9.36 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.37 O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- 9.38 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

- 9.39 Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.
- 9.39.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 9.40 Registro ou inscrição da empresa **no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA**, ou **no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU**, em plena validade, nos termos da **Lei nº 5.194/1966** e da **Resolução CONFEA nº 1.025/2009**, devendo constar também o **registro do responsável técnico** pela execução do contrato.
- 9.40.1 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante o **CREA/CAU** competente no Brasil, conforme legislação vigente.

Qualificação Técnico-Operacional

- 9.41 Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.42 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.42.1 contrato(s) que comprove(m) a **experiência mínima de 3 (três) anos** do fornecedor na prestação de serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.42.2 contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços **envolvendo cessão exclusiva de mão de obra** com, no mínimo, **50% (cinquenta por cento)** do número de postos de trabalho a serem contratados;

9.42.3 contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços **compatíveis com o objeto desta contratação**, envolvendo, no mínimo, 3 (três) das seguintes atividades:

a) manutenção de **instalações elétricas** prediais de baixa e média tensão, incluindo subestação e grupo gerador, em edificações com área construída mínima de 4.000 m²;

b) manutenção de **instalações hidrossanitárias** em edificações com área construída mínima de 4.000 m²;

c) manutenção de **sistemas de prevenção e combate a incêndio** e/ou de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA), em edificações com área construída mínima de 4.000 m²;

d) Execução de **serviços civis de conservação predial**, tais como revestimentos, pintura, cobertura, alvenaria, esquadrias e pisos, em edificações com área construída mínima de 4.000 m²;

f) manutenção de **revestimento metálico em alumínio composto (ACM)** e/ou **brises** em fachadas com área mínima de 500 m²;



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

g) manutenção de **sistemas de segurança eletrônica**, incluindo CFTV, alarmes e controle de acesso, em edificações com área construída mínima de 4.000 m².

- 9.43 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.
- 9.44 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 9.45 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.
- 9.46 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
- 9.47 Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.
- 9.48 A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

- 9.49 Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA**, detentor(es) de **Atestado(s) de Responsabilidade Técnica (ART)** ou



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) que comprovem experiência em serviços de **características semelhantes** às do objeto, com a devida indicação das atividades executadas.

- 9.50 Para o **Engenheiro Eletricista**: atestado de responsabilidade técnica por **execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva em sistemas elétricos de baixa e média tensão**, incluindo **subestação, grupo gerador e SPDA**, em edificações com área construída mínima de 4.000 m²
- 9.51 Para o **Engenheiro Civil**: atestado de responsabilidade técnica por **execução ou supervisão de serviços de manutenção predial civil e hidráulica**, abrangendo **instalações hidrossanitárias, revestimentos, pintura, impermeabilização, esquadrias, estruturas ou sistemas de combate a incêndio**, em edificações com área construída mínima de 4.000 m²
- 9.52 O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar diretamente do serviço objeto do contrato, assumindo a responsabilidade técnica perante o CREA. Será admitida sua substituição por profissional(is) de **experiência equivalente ou superior**, mediante prévia aprovação da Administração, nos termos do § 6º do art. 67 da **Lei nº 14.133/2021**.
- 9.53 Apresentação, pelo fornecedor, da **relação de compromissos profissionais atuais** assumidos pelos responsáveis técnicos indicados, demonstrando que há **disponibilidade compatível** com as demandas deste contrato.
- 9.54 Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da **Lei nº 14.133/2021**, em decorrência de prescrição técnica ou ato profissional de sua responsabilidade.
- 9.55 Os atestados e certidões de acervo técnico poderão ser apresentados em nome da **matriz ou da filial** do fornecedor, desde que vinculados ao profissional indicado e devidamente registrados no conselho competente.

Disposições gerais sobre habilitação



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

- 9.56 Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.57 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.58 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.59 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.60 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1 O valor total anual estimado da contratação é de **R\$ 614.411,80 (seiscentos e quatorze mil, quatrocentos e onze reais e oitenta centavos)**, apurado com base em levantamento de necessidades, histórico de consumo, parâmetros de mercado e estimativas técnicas compatíveis com o objeto.
- 10.2 O valor estimado é composto pelas seguintes parcelas:
- a) **Mão de obra residente**, correspondente a **02 (dois) postos de Artífice/Oficial de Manutenção Predial (CBO 5143-25)**, no valor anual



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

estimado de **R\$ 147.450,72 (cento e quarenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta reais e setenta e dois centavos);**

b) Materiais e Serviços eventuais sob demanda, com fornecimento de materiais, quando necessário, compreendendo serviços técnicos profissionais comuns de engenharia, de natureza preditiva, detectiva, preventiva, corretiva, evolutiva (pequenas reformas e melhorias) e consultiva, a serem executados nas seguintes unidades, totalizando o montante anual estimado de **R\$ 466.961,08 (quatrocentos e sessenta e seis mil, novecentos e sessenta e um reais e oito centavos)**, distribuídos da seguinte forma:

b.1) Fortaleza/CE (materiais sob demanda p/ residentes): R\$ 8.991,60

b.2) Fortaleza/CE (Ed. Sede da PR-CE e Anexos I, II e III): R\$ 296.969,08;

b.3) Sobral/CE (Ed. Sede da PRM-SOB): R\$ 53.769,37;

b.4) Limoeiro do Norte/CE (Ed. Sede da PRM-LNO): R\$ 55.660,21;

b5) Juazeiro do Norte/CE (Ed. Sede da PRM-JZN): R\$ 51.570,82.

10.3 O valor total anual estimado da contratação resulta da soma das parcelas (a + b), correspondentes à mão de obra residente e aos materiais e serviços eventuais sob demanda, não implicando obrigação de execução integral desses valores, que somente serão utilizados conforme a efetiva demanda da Administração, mediante a emissão de ordens de serviço.

11 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas com a execução deste Contrato correrão, no presente exercício, à conta das Categorias Econômicas 3.0.0.0.00 – Despesas



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

Correntes; 3.3.0.0.00 – Outras Despesas Correntes; 3.3.90.00 – Aplicações Diretas, sendo a mão de obra residente custeada pelo elemento 3.3.90.37 – Locação de Mão de Obra, e os serviços eventuais sob demanda custeados pelo elemento 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, ambos vinculados ao Programa/Atividade 03062003142640001, do Plano Interno MBASIC.

- 11.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12 DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13 ANEXOS

- 13.1 Anexo A – Planilha de Custos e Formação de Preços;
- 13.2 Anexo A-1.1. – Planilha Uniformes;
- 13.3 Anexo A-1.2. – Uniformes (Descrições Completas);
- 13.4 Anexo A-2.1. – Material de Consumo;
- 13.5 Anexo A-2.2. – Material de Consumo (Descrições Completas);
- 13.6 Anexo A-3.1. – Equipamentos e Ferramentas;
- 13.7 Anexo A-3.2. – Equipamentos e Ferramentas (Descrições Completas);
- 13.8 Anexo A-4.1 – Equipamentos de Proteção Individual (EPIs);
- 13.9 Anexo A-4.2. – Equipamentos de Proteção Individual (Descrições Completas);
- 13.10 Anexo B – Instrumento de Medição de Resultado – IMR;
- 13.11 Anexo C – Termo de Ciência e Concordância;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

- 13.12 Anexo D – Declaração de Conhecimento das Condições do Local;
- 13.13 Anexo E – Proposta Modelo;
- 13.14 Apêndice – ETP.

Fortaleza, data da assinatura eletrônica.

Assinado Eletronicamente

Francisco Erivaldo de Sousa Filho

Matrícula: 23806

Assinado Eletronicamente

Leonardo Rocha Lima Feitosa

Matrícula: 33376

Assinado Eletronicamente

Gilson Rocha Vasconcelos

Matrícula: 21998

Assinado Eletronicamente

Manoel Missias Victor Pinheiro



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

Matrícula: 5153

Férias

Soraya Jericó Alves Feitosa

Matrícula: 34112

Assinado Eletronicamente

Allyson Brandão Montenegro

Matrícula: 29629

Assinado Eletronicamente

Carlos Alberto Brito Teixeira

Matrícula: 10701



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

ANEXO A

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

RAMO: Ministério Público Federal		
UNIDADE GESTORA (SIGLA): PR-CE	DATA:	XX/XX/20XX

CUSTOS REFERENTES AO POSTO

Dados referentes à licitação		
Nº do Processo	1.15.000.002298/2025-71	
Modalidade de Licitação	Pregão nº	01/2026

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de Apresentação da Proposta (DD/MM/AAAA)	XX/XX/20XX
B	Local de Execução (Sede, Anexo I ou II, PTM, PRM)	PR-CE (Ed. Sede e Anexos I, II e III)
C	Acordo, Conv. ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo (MM/AAAA)	06/2025
D	Número de Meses de Execução Contratual	12
E	Quantidade de Postos	2

CUSTOS POR EMPREGADO

1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	Oficial de Manutenção/Artífice de Manutenção Predial
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5143-25
3	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	PROFISSIONAL
4	Data-Base da Categoria (DD/MM/AAAA)	1/3/2026

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

EMPREGADOS POR POSTO	1
-----------------------------	---

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário-Base	2.230,00



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

B	Adicional de Periculosidade	0,00
C	Adicional de Insalubridade	0,00
D	Outras Remunerações 1 (Especificar)	0,00
E	Outras Remunerações 2 (Especificar)	0,00
F	Outras Remunerações 3 (Especificar)	0,00
TOTAL		2.230,00

MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias

2.1	13º Salário e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13º Salário	8,33	185,83
B	Adicional de Férias	2,78	61,94
TOTAL			247,78

Submódulo 2.2 – Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Outras Contribuições

2.2	Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00	495,56
B	Salário Educação	2,50	61,94
C	RAT x FAP*	3,00	74,33
D	SESC	1,50	37,17
E	SENAC	1,00	24,78
F	SEBRAE	0,60	14,87
G	INCRA	0,20	4,96
H	FGTS	8,00	198,22
TOTAL			911,82

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	93,00



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

B	Auxílio-Refeição/Alimentação	407,40
C	Auxílio Alimentação (cesta básica)	245,00
D	Outros Benefícios 2 (Especificar)	0,00
E	Outros Benefícios 3 (Especificar)	0,00
TOTAL		745,40

MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO

3	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,29	7,21
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,02	0,58
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,11	2,77
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,16	28,64
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,43	10,54
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	1,90	47,13
TOTAL			96,86

MÓDULO 4: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	%	Valor (R\$)
A	Substituto na Cobertura de Férias	8,33	344,58
B	Substituto na Cobertura de Ausências Legais	2,22	91,89
C	Substituto na Cobertura de Licença-Paternidade	0,02	0,71
D	Substituto na Cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,02	0,77
E	Substituto na Cobertura de Afastamento Maternidade	0,02	0,98
F	Outras Ausências (Especificar em %)	0,00	0,00
TOTAL			438,92

MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	108,18



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

B	Materiais	145,25
C	Equipamentos	88,97
D	EPIs	62,95
TOTAL		405,35

MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	4,73	240,10
B	Lucro	5,57	296,11
C	Tributos	8,65	531,44
C.1	PIS	0,65	39,93
C.2	Cofins	3,00	184,31
C.3	ISS	5,00	307,19
TOTAL			1.067,65

QUADRO RESUMO – CUSTO POR EMPREGADO

MÓD.	Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
1	Composição da Remuneração	2.230,00
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	1.905,00
3	Provisão para Rescisão	96,86
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	438,92
5	Insumos Diversos	405,35
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	1.067,65
VALOR TOTAL DO EMPREGADO		6.143,78
VALOR TOTAL POR POSTO		6.143,78
VALOR TOTAL DA CATEGORIA		12.287,56

Notas Explicativas – Custos Não Renováveis



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

Nota Explicativa nº 1 – Do conceito de custos não renováveis

Para fins de análise econômica do contrato e de suas eventuais prorrogações, consideram-se custos não renováveis aqueles itens inicialmente pactuados na planilha de custos e formação de preços que, uma vez integralmente pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação, não devem ser novamente remunerados em períodos subsequentes. A exclusão ou redução desses custos constitui condição para a prorrogação contratual, em observância aos princípios da economicidade, da razoabilidade e da vedação ao enriquecimento sem causa da contratada em detrimento da Administração Pública.

Nota Explicativa nº 2 – Dos custos trabalhistas classificados como não renováveis

No âmbito dos custos trabalhistas, são considerados não renováveis, para fins de prorrogação contratual, os valores correspondentes às parcelas cuja obrigação legal se consolida no primeiro período contratual, devendo sofrer redução proporcional nas prorrogações, conforme a legislação trabalhista vigente. Enquadram-se nessa condição, entre outros:

- a) Aviso Prévio Trabalhado (APT)**, cujo percentual máximo previsto para o primeiro ano corresponde a 1,94%, devendo ser reduzido, nas prorrogações, para o percentual equivalente a 0,194% por ano, relativo apenas aos dias adicionais de aviso prévio previstos em lei;
- b) Aviso Prévio Indenizado (API)**, cujo custo referente aos 30 (trinta) dias iniciais é considerado integralmente pago no primeiro ano, devendo, nas prorrogações, ser reduzido para 1/10 do valor original, correspondente aos 3 (três) dias adicionais por ano de serviço;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

c) Incidências legais sobre o aviso prévio, tais como FGTS e encargos previdenciários, que deverão sofrer redução proporcional equivalente, aplicando-se o mesmo critério de 1/10 do valor originalmente previsto.

Nota Explicativa nº 3 – Dos custos de equipamentos e bens de natureza técnica

Os custos relacionados a equipamentos, ferramentas, máquinas e bens de natureza técnica, cujo valor de aquisição tenha sido integralmente amortizado ou pago, conforme o caso, no primeiro ano, segundo ou em períodos subsequentes de execução, deverão ser classificados como custos não renováveis. Nesses casos, por ocasião da prorrogação do contrato, tais custos deverão ser excluídos da planilha de custos ou ter seus valores negociados para redução, considerando a vida útil remanescente do bem e a metodologia de depreciação adotada. Essa medida visa evitar que a Administração remunere integralmente, em mais de um período contratual, bens que não se incorporam ao seu patrimônio e possuem vida útil superior a um ano.

Nota Explicativa nº 4 – Dos materiais classificados como custos não renováveis

Poderão ser classificados como custos não renováveis os materiais que não constituem despesa permanente, cujo custo tenha sido integralmente quitado no início da execução contratual e que não demandem reposição contínua ou periódica ao longo da vigência. A análise quanto à renovabilidade desses itens deverá considerar a natureza do material, sua vida útil estimada e sua efetiva necessidade para o período subsequente de execução.

Nota Explicativa nº 5 – Do intervalo intrajornada excepcional

Quando houver previsão de pagamento de indenização por supressão ou redução de intervalo intrajornada em caráter temporário ou excepcional, restrito a período



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

determinado da execução contratual, tal custo deverá ser classificado como não renovável para fins de prorrogação, não podendo ser novamente remunerado caso cesse a condição que lhe deu origem.

Nota Explicativa nº 6 – Da revisão obrigatória da planilha na prorrogação

A prorrogação do contrato ficará condicionada à revisão da planilha de custos e formação de preços, com a identificação, exclusão ou redução dos custos classificados como não renováveis, bem como à manutenção apenas dos custos efetivamente necessários à continuidade da execução contratual. A não observância dessa revisão implicará impedimento à prorrogação, por caracterizar potencial enriquecimento sem causa da contratada.

Observação final

As presentes notas explicativas integram a Planilha de Custos e Formação de Preços e deverão ser observadas pela fiscalização, pela área técnica e pela área jurídica por ocasião de repactuações, reajustes e prorrogações contratuais.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

ANEXO A-1.1.
PLANILHA UNIFORMES

Notas de Preenchimento:

Para o preenchimento dos custos de materiais, uniformes, EPIs, ferramentas e equipamentos, o licitante deverá realizar sua própria pesquisa de mercado, sendo de sua exclusiva responsabilidade a correta composição dos respectivos preços.

Os valores unitários e globais estimados pela Administração, constantes da planilha de referência, contudo, constituem os limites máximos admitidos para fins de aceitabilidade das propostas. Assim, não serão aceitas propostas que apresentem valores superiores aos preços de referência apurados pela Administração.

UNIFORMES				
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	VALOR UNITÁRIO (ESTIMADO)	VALOR TOTAL (ESTIMADO)
1	JALECO ELETRICISTA	4	R\$ 185,40	R\$ 741,60
2	JALECO MANUTENÇÃO	4	R\$ 89,80	R\$ 359,20
3	CALÇA ELETRICISTA	4	R\$ 187,09	R\$ 748,36
4	CALÇA OPERACIONAL	4	R\$ 66,51	R\$ 266,04
5	MEIAS	12	R\$ 15,59	R\$ 187,08
6	BOTA	2	R\$ 147,02	R\$ 294,04
Valor Total				R\$ 2.596,32
Valor Total (dividido p/12 meses)				R\$ 216,36
Valor Total (por empregado)				R\$ 108,18



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

**ANEXO A-1.2.
UNIFORMES (DESCRIÇÕES COMPLETAS)**

1. Jaleco de eletricista em tecido retardante à chama (FR) – Jaleco de proteção para atividades com risco elétrico, confeccionado em tecido retardante à chama (FR) 100% algodão, com gramatura mínima de 270 g/m² (8 oz), adequado à proteção contra arco elétrico e fogo repentino, em conformidade com a NR-10 e normas técnicas aplicáveis. Deve possuir mangas longas, gola tipo esporte, fechamento frontal por botões protegidos, bolso superior com tampa e sistema de fechamento, faixas refletivas compatíveis com uso ocupacional e costuras reforçadas com linha retardante à chama. O tecido deve apresentar resistência mecânica compatível com uso contínuo e conforto térmico adequado ao clima local. A cor deverá ser cinza ou outra previamente aprovada pela fiscalização, com possibilidade de identificação institucional conforme padrão definido pela Administração.

2. Jaleco operacional em brim pesado – Jaleco operacional confeccionado em brim pesado 100% algodão, de mangas curtas, destinado a atividades operacionais e de manutenção geral. Deve possuir gola tipo esporte, fechamento frontal por botões, um bolso superior com tampa e sistema de fechamento, dois bolsos laterais e faixas refletivas, garantindo visibilidade e segurança. O tecido deve apresentar resistência mecânica adequada, conforto térmico e durabilidade, sendo apropriado ao uso diário em clima quente. A cor deverá ser cinza ou outra previamente aprovada pela fiscalização, com identificação institucional conforme padrão definido pela Administração.

3. Calça de eletricista em tecido retardante à chama (FR) – Calça de proteção para atividades com risco elétrico, modelo semi-bag, confeccionada em tecido retardante à chama (FR) 100% algodão, com gramatura mínima de 270 g/m² (8 oz), proporcionando



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

proteção contra arco elétrico e fogo repentino, conforme NR-10 e normas técnicas aplicáveis. Deve possuir presilhas para cinto, dois bolsos frontais e dois bolsos traseiros, costuras reforçadas com linha retardante à chama e acabamento adequado ao uso profissional contínuo. O tecido deve ser resistente, confortável e compatível com o clima quente. A cor deverá ser cinza ou outra previamente aprovada pela fiscalização, com identificação institucional conforme padrão definido pela Administração.

4. Calça operacional em brim pesado – Calça operacional modelo semi-bag, confeccionada em brim pesado 100% algodão, resistente e confortável, adequada ao uso contínuo em atividades operacionais e de manutenção. Deve possuir faixas refletivas, presilhas para cinto, dois bolsos frontais e dois bolsos traseiros, costuras reforçadas e acabamento que assegure durabilidade, resistência ao desgaste e boa apresentação. O tecido deve ser compatível com o clima quente e com rotinas de lavagem frequentes. A cor deverá ser cinza ou outra previamente aprovada pela fiscalização, com identificação institucional conforme padrão definido pela Administração.

5. Meias de cano médio em algodão – Meias de cano médio, confeccionadas em algodão ou composição majoritariamente em algodão, adequadas ao uso ocupacional diário, com boa absorção de suor, conforto térmico e resistência ao uso e às lavagens. Devem apresentar acabamento que evite deformações e desgaste prematuro. Cor preta.

6. Bota de segurança com isolamento elétrico – Bota de segurança destinada a atividades com risco elétrico, confeccionada em couro hidrofugado ou microfibra, sem componentes metálicos, com isolamento elétrico, em conformidade com a NR-06 e NR-10. Deve possuir biqueira de material polimérico (não metálica), solado em poliuretano (PU) bidensidade, antiderrapante, resistente à abrasão e a óleos, garantindo estabilidade e segurança em diferentes superfícies. Deve conter palmilha antimicótica, sistema de fechamento por cadarço ou elástico e construção que assegure conforto, ergonomia e durabilidade em uso prolongado. O calçado deve ser adequado a ambientes de trabalho



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

internos e externos.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

**ANEXO A-2.1.
MATERIAL DE CONSUMO**

Notas de Preenchimento:

Para o preenchimento dos custos de materiais, uniformes, EPIs, ferramentas e equipamentos, o licitante deverá realizar sua própria pesquisa de mercado, sendo de sua exclusiva responsabilidade a correta composição dos respectivos preços.

Os valores unitários e globais estimados pela Administração, constantes da planilha de referência, contudo, constituem os limites máximos admitidos para fins de aceitabilidade das propostas. Assim, não serão aceitas propostas que apresentem valores superiores aos preços de referência apurados pela Administração.

MATERIAL DE CONSUMO					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	CONS. ANUAL (ESTIMADO)	VALOR UNITÁRIO (ESTIMADO)	VALOR TOTAL (ESTIMADO)
1	Adesivo plástico para tubo de PVC	Litro	1	R\$ 70,25	R\$ 70,25
2	Álcool 92,5° ou 70°	Litro	6	R\$ 27,88	R\$ 167,28
3	Araldite 16g	Caixa	2	R\$ 29,76	R\$ 59,52
4	Balde de plástico 12 litros	Unidade	5	R\$ 14,45	R\$ 72,25
5	Barbante	Rolo com 100m	2	R\$ 19,18	R\$ 38,36
6	Benzina Retificada 500 ml	Unidade	1	R\$ 36,77	R\$ 36,77
7	Broca de vídea S03	Unidade	2	R\$ 4,70	R\$ 9,40



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

8	Broca de Vídea S04	Unidade	2	R\$ 5,99	R\$ 11,98
9	Broca de Vídea S07	Unidade	2	R\$ 6,90	R\$ 13,80
10	Broca de Vídea S06	Unidade	4	R\$ 6,31	R\$ 25,24
11	Broca de Vídea S08	Unidade	4	R\$ 6,54	R\$ 26,16
12	Broca de Vídea S10	Unidade	4	R\$ 14,68	R\$ 58,72
13	Broca de Aço Rápido 2,0 mm	Unidade	3	R\$ 0,88	R\$ 2,64
14	Broca de Aço Rápido 2,5 mm	Unidade	3	R\$ 3,71	R\$ 11,13
15	Broca de Aço Rápido 3,0 mm	Unidade	3	R\$ 4,73	R\$ 14,19
16	Broca de Aço Rápido 3,5 mm	Unidade	3	R\$ 3,66	R\$ 10,98
17	Broca de Aço Rápido 4,0 mm	Unidade	3	R\$ 4,05	R\$ 12,15
18	Broca de Aço Rápido 4,5 mm	Unidade	3	R\$ 7,05	R\$ 21,15
19	Broca de Aço Rápido 5,0 mm	Unidade	3	R\$ 8,28	R\$ 24,84
20	Broca de Aço Rápido 5,5 mm	Unidade	3	R\$ 7,48	R\$ 22,44
21	Broca de Aço Rápido 6,0 mm	Unidade	3	R\$ 7,79	R\$ 23,37
22	Cola Branca 500 ml	Unidade	1	R\$ 20,14	R\$ 20,14
23	Cola instantânea 9 g	Unidade	4	R\$ 12,22	R\$ 48,88
24	Disco de corte para lixadeira	Unidade	5	R\$ 9,82	R\$ 49,10
25	Disco adiamantado turbo para serra mármore	Unidade	5	R\$ 21,29	R\$ 106,45
26	Disco Esmeril 6" x 3/4" x 11/4"	Unidade	1	R\$ 58,86	R\$ 58,86



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

27	Durepoxi 100 g	Caixa	3	R\$ 12,01	R\$ 36,03
28	Fita auto fusão/tensão 19 mm x 10 m	Rolo	5	R\$ 23,41	R\$ 117,05
29	Fita alumínio 30 mm x 50 m	Rolo	3	R\$ 12,48	R\$ 37,44
30	Fita crepe 19 mm x 50 m	Rolo	3	R\$ 4,45	R\$ 13,35
31	Fita crepe 48 mm x 50 m	Rolo	3	R\$ 12,00	R\$ 36,00
32	Fita dupla face 19mm x 20 m 3M	Rolo	5	R\$ 105,76	R\$ 528,80
33	Fita isolante 19 mm x 10 m	Rolo	15	R\$ 5,50	R\$ 82,50
34	Fita veda rosca 18mm x 25 m	Rolo	15	R\$ 4,44	R\$ 66,60
35	Flanela med. 39 cm x 59 cm	Unidade	10	R\$ 3,25	R\$ 32,50
36	Grafite em pó 125 g	Unidade	3	R\$ 6,30	R\$ 18,90
37	Graxa pote com 500 g	Unidade	2	R\$ 22,23	R\$ 44,46
38	Lâmina para arco de serra	Unidade	4	R\$ 10,53	R\$ 42,12
39	Lâmina para serra tico-tico ferro	Unidade	2	R\$ 7,22	R\$ 14,44
40	Lixa para ferro 60	Folha	5	R\$ 1,61	R\$ 8,05
41	Lixa para ferro 80	Folha	5	R\$ 1,38	R\$ 6,90
42	Lixa para ferro 100	Folha	5	R\$ 1,75	R\$ 8,75
43	Lixa para ferro 120	Folha	5	R\$ 1,33	R\$ 6,65
44	Lixa para madeira 80	Folha	5	R\$ 1,20	R\$ 6,00
45	Lixa para madeira 180	Folha	5	R\$ 2,31	R\$ 11,55
46	LM – desencrustrante galão com	Galão com	2	R\$ 13,12	R\$ 26,24



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

	05 litros	1 L			
47	Lona plástica preta 4m x 1 m rolo com 100 metros	Unidade	1	R\$ 463,43	R\$ 463,43
48	Massa para calafetar em filetes 350 g	Caixa	1	R\$ 12,04	R\$ 12,04
49	Massa plástica Iberê	Lata com 400 g	2	R\$ 8,00	R\$ 16,00
50	Palha de aço – Bombril	Pacote	5	R\$ 1,19	R\$ 5,95
51	Parafina	Kg	0,1	R\$ 36,18	R\$ 3,62
52	Pasta cristal rosa (saponáceo) 500 g	Unidade	1	R\$ 6,22	R\$ 6,22
53	Pasta lubrificante para tubos de PVC bisnaga de 01 Kg	Unidade	1	R\$ 40,96	R\$ 40,96
54	Pilha alcalina AAA (palito)	Unidade	20	R\$ 1,73	R\$ 34,60
55	Pilha alcalina AA (pequena)	Unidade	20	R\$ 2,31	R\$ 46,20
56	Pincel 1"	Unidade	3	R\$ 3,98	R\$ 11,94
57	Pincel 2"	Unidade	3	R\$ 2,00	R\$ 6,00
58	Pincel 4"	Unidade	3	R\$ 17,66	R\$ 52,98
59	Saco de lixo 100 litros/20 Kg	Cento	2	R\$ 10,07	R\$ 20,14
60	Solução limpadora para tubo de PVC	Litro	1	R\$ 18,77	R\$ 18,77
61	Vaselina pasta	Pote com 400g	2	R\$ 5,56	R\$ 11,12
62	Vassoura de pelo	Unidade	2	R\$ 13,24	R\$ 26,48
63	Desengripante WD-40 300 ml	Unidade	3	R\$ 48,42	R\$ 145,26
64	Arrebite POP 3,2 mm caixa com 1000 unid, prata	Caixa	1	R\$ 70,75	R\$ 70,75
65	Arrebite POP 4,0 mm caixa com	Caixa	1	R\$ 74,08	R\$ 74,08



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

	500 um, prata				
66	Silicone Transparente bisnaga de 280 g	Unidade	6	R\$ 22,71	R\$ 136,26
67	Silicone Preto Bisnaga de 280 g	Unidade	6	R\$ 20,49	R\$ 122,94
Valor Total					R\$ 3.486,12
Valor Total (dividido p/12 meses)					R\$ 290,51
Valor Total (por empregado)					R\$ 145,25



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

ANEXO A-2.2.

MATERIAL DE CONSUMO (DESCRIÇÕES COMPLETAS)

1) Adesivo plástico para tubo de PVC – Adesivo para soldagem a frio de tubos e conexões de PVC rígido, indicado para instalações hidráulicas (água fria) e conexões compatíveis. Deve proporcionar união firme após cura, com boa resistência à pressão e vedação, com orientação de uso, lote e validade. Preferência por formulação com menor odor e embalagem reciclável quando disponível.

2) Álcool 92,5° ou 70° – Álcool etílico hidratado para limpeza e desinfecção de superfícies, nas concentrações usuais de mercado (70% INPM ou 92,8° GL, conforme necessidade de uso). Deve apresentar rotulagem, lote/validade, e atender exigências sanitárias aplicáveis (incluindo registro/regularização quando exigida), em embalagem segura e reciclável quando possível.

3) Araldite 16g – Adesivo epóxi bicomponente (resina + endurecedor) para colagem multiuso (metal, vidro, cerâmica, madeira e materiais similares), com cura em temperatura ambiente e alta resistência após curado. Deve ser fornecido com instruções de preparo, identificação de lote/validade e FISPQ quando aplicável.

4) Balde de plástico 12 litros – Balde plástico resistente, para uso geral em limpeza e manutenção, com alça firme e boa rigidez estrutural, suportando uso contínuo sem trincar com facilidade. Preferência por material reciclável e, quando disponível, com conteúdo reciclado controlado, sem prejudicar a resistência.

5) Barbante – Barbante para amarração e usos gerais, com boa resistência à tração e regularidade de espessura, sem excessos de nós, falhas ou desfiamento. Preferência por fibras naturais/renováveis ou material reciclável quando aplicável, com embalagem simples.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

- 6) Benzina retificada 500 ml** – Solvente para limpeza e remoção de resíduos oleosos/adesivos, com evaporação adequada e baixo resíduo, em embalagem compatível com solvente, com rotulagem de segurança, lote/validade e FISPQ quando aplicável.
- 7) Broca de vídea S03** – Broca para concreto/alvenaria com ponta em metal duro (vídea/carbeto), compatível com furadeira de impacto, com boa concentricidade e resistência ao desgaste.
- 8) Broca de vídea S04** – Broca para concreto/alvenaria com ponta em metal duro (vídea/carbeto), compatível com furadeira de impacto, com boa concentricidade e resistência ao desgaste.
- 9) Broca de vídea S07** – Broca para concreto/alvenaria com ponta em metal duro (vídea/carbeto), compatível com furadeira de impacto, com boa concentricidade e resistência ao desgaste.
- 10) Broca de vídea S06** – Broca para concreto/alvenaria com ponta em metal duro (vídea/carbeto), compatível com furadeira de impacto, com boa concentricidade e resistência ao desgaste.
- 11) Broca de vídea S08** – Broca para concreto/alvenaria com ponta em metal duro (vídea/carbeto), compatível com furadeira de impacto, com boa concentricidade e resistência ao desgaste.
- 12) Broca de vídea S10** – Broca para concreto/alvenaria com ponta em metal duro (vídea/carbeto), compatível com furadeira de impacto, com boa concentricidade e resistência ao desgaste.
- 13) Broca de Aço Rápido 2,0 mm** – Broca HSS (aço rápido) para perfuração de metais e materiais compatíveis, com boa dureza e corte regular, sem empeno, com acabamento que reduza corrosão durante armazenamento.
- 14) Broca de Aço Rápido 2,5 mm** – Broca HSS (aço rápido) para perfuração de metais e materiais compatíveis, com boa dureza e corte regular, sem empeno, com acabamento



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

que reduza corrosão durante armazenamento.

15) Broca de Aço Rápido 3,0 mm – Broca HSS (aço rápido) para perfuração de metais e materiais compatíveis, com boa dureza e corte regular, sem empeno, com acabamento que reduza corrosão durante armazenamento. Produto "Broca HSS Vonder (3,0 mm)", ou equivalente ou superior.

16) Broca de Aço Rápido 3,5 mm – Broca HSS (aço rápido) para perfuração de metais e materiais compatíveis, com boa dureza e corte regular, sem empeno, com acabamento que reduza corrosão durante armazenamento.

17) Broca de Aço Rápido 4,0 mm – Broca HSS (aço rápido) para perfuração de metais e materiais compatíveis, com boa dureza e corte regular, sem empeno, com acabamento que reduza corrosão durante armazenamento.

18) Broca de Aço Rápido 4,5 mm – Broca HSS (aço rápido) para perfuração de metais e materiais compatíveis, com boa dureza e corte regular, sem empeno, com acabamento que reduza corrosão durante armazenamento.

19) Broca de Aço Rápido 5,0 mm - Broca HSS (aço rápido) para perfuração de metais e materiais compatíveis, com boa dureza e corte regular, sem empeno, com acabamento que reduza corrosão durante armazenamento.

20) Broca de Aço Rápido 5,5 mm – Broca HSS (aço rápido) para perfuração de metais e materiais compatíveis, com boa dureza e corte regular, sem empeno, com acabamento que reduza corrosão durante armazenamento.

21) Broca de Aço Rápido 6,0 mm – Broca HSS (aço rápido) para perfuração de metais e materiais compatíveis, com boa dureza e corte regular, sem empeno, com acabamento que reduza corrosão durante armazenamento.

22) Cola Branca 500 ml – Adesivo PVA (cola branca) para madeira, papel e materiais porosos compatíveis, com boa viscosidade, secagem uniforme e boa aderência após cura, sem formação excessiva de grumos. Preferência por formulação à base d'água e



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

embalagem reciclável.

23) Cola instantânea 9g – Adesivo instantâneo à base de cianoacrilato, para colagens rápidas em materiais compatíveis (plásticos, borracha, metal, madeira, cerâmica), com bico aplicador que permita controle e redução de desperdício. Deve informar lote/validade e orientações de segurança.

24) Disco de corte para lixadeira – Disco de corte para esmerilhadeira/lixadeira, para metais compatíveis, com boa estabilidade, corte uniforme e baixa fragmentação, dentro das normas técnicas usuais de segurança para abrasivos.

25) Disco adiamantado turbo para serra mármore – Disco diamantado tipo turbo, para corte de materiais como concreto, alvenaria e cerâmica compatíveis, com boa estabilidade, corte eficiente e segurança de uso, compatível com serra mármore.

26) Disco Esmeril 6" x 3/4" x 1"1/4" - Rebolo/disco abrasivo para esmeril, compatível com as dimensões indicadas no item, para desbaste/afiação em materiais compatíveis, com boa concentricidade e resistência estrutural, atendendo normas técnicas aplicáveis.

27) Durepoxi 100g – Massa epóxi bicomponente para reparos e fixações, moldável, com boa aderência após cura e possibilidade de lixamento/pintura quando aplicável. Deve ser fornecida com instruções de mistura, lote/validade e orientações de segurança.

28) Fita auto fusão/tensão 19 mm x 10 m – Fita de autofusão para isolamento elétrico e vedação, com boa resistência dielétrica, boa conformabilidade e vedação contra umidade quando aplicada corretamente. Deve manter desempenho em variações usuais de temperatura para manutenção predial.

29) Fita alumínio 30 mm x 50 m – Fita adesiva de alumínio para vedação e isolamento (dutos, mantas, superfícies compatíveis), com boa aderência, resistência à umidade e estabilidade térmica compatível com o uso. Preferência por embalagem reciclável.

30) Fita crepe 19 mm x 50 m – Fita crepe para mascaramento e fixação temporária, com boa adesão durante o uso e remoção sem deixar resíduos relevantes dentro do tempo



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

típico de aplicação. Preferência por papel de origem controlada e adesivo com menor emissão de solventes.

31) Fita crepe 48 mm x 50 m – Fita crepe larga para mascaramento e fixação temporária, com boa adesão durante o uso e remoção sem deixar resíduos relevantes dentro do tempo típico de aplicação. Preferência por papel de origem controlada e adesivo com menor emissão de solventes.

32) Fita dupla face 19mm x 20 m 3M – Fita dupla face para fixação, com boa aderência e resistência compatível com o uso em superfícies comuns de manutenção predial (paredes, metais, plásticos compatíveis), sem desprendimento prematuro.

33) Fita isolante 19 mm x 10 m – Fita isolante para uso elétrico, com boa flexibilidade, aderência e resistência dielétrica compatível com manutenções usuais, sem ressecamento prematuro.

34) Fita veda rosca 18mm x 25 m – Fita veda rosca em PTFE para vedação de conexões roscadas, com espessura e resistência adequadas para aplicação sem rasgar com facilidade, garantindo vedação e desmontagem futura quando necessário.

35) Flanela med. 39 cm x 59 cm - Flanela para limpeza, macia, com boa absorção e resistência ao uso, com costura/acabamento que reduza desfiamento. Preferência por material reutilizável e durável para reduzir descarte.

36) Grafite em pó 25 g – Grafite em pó para lubrificação seca e aplicações compatíveis (fechaduras, trilhos e mecanismos), com granulometria fina e baixa formação de grumos, em embalagem que permita aplicação controlada.

37) Graxa pote com 500 g – Graxa lubrificante para uso geral em manutenção, com boa estabilidade mecânica e resistência à água conforme aplicação típica, em embalagem vedada e identificada (lote/validade).

38) Lâmina para arco de serra – Lâmina para arco de serra (metais), com boa dureza, dentes regulares e resistência à quebra em uso normal, compatível com arco padrão.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

- 39) Lâmina para serra tico-tico ferro** – Lâmina para serra tico-tico para cortes em metal, com encaixe padrão compatível, dentes apropriados e boa resistência ao desgaste/temperatura, reduzindo quebra prematura.
- 40) Lixa para ferro 60** – Lixa para metal/grão 60, com base resistente e abrasivo com boa fixação, evitando desprendimento excessivo do grão e garantindo rendimento.
- 41) Lixa para ferro 80** – Lixa para metal/grão 80, com base resistente e abrasivo com boa fixação, evitando desprendimento excessivo do grão e garantindo rendimento.
- 42) Lixa para ferro 100** – Lixa para metal/grão 100, com base resistente e abrasivo com boa fixação, evitando desprendimento excessivo do grão e garantindo rendimento.
- 43) Lixa para ferro 120** – Lixa para metal/grão 120, com base resistente e abrasivo com boa fixação, evitando desprendimento excessivo do grão e garantindo rendimento.
- 44) Lixa para madeira 80** – Lixa para madeira/grão 80, com base resistente e abrasivo com boa fixação, evitando desprendimento excessivo do grão e garantindo rendimento.
- 45) Lixa para madeira 180** – Lixa para madeira/grão 180, com base resistente e abrasivo com boa fixação, evitando desprendimento excessivo do grão e garantindo rendimento.
- 46) LM – desencrustrante galão com 05 litros** – Desincrustante/limpador ácido para remoção de incrustações minerais e sujeiras difíceis em superfícies compatíveis, com rotulagem clara de uso/segurança, lote/validade e FISPQ quando aplicável. Preferência por formulação com tensoativos biodegradáveis e embalagem reciclável.
- 47) Lona plástica preta 4m x 1 m rolo com 100 metros** – Lona plástica para cobertura, isolamento e proteção de áreas/materiais, com boa resistência a rasgos e perfurações para uso em manutenção predial, preferencialmente com proteção UV quando destinada a exposição. Preferência por conteúdo reciclado controlado quando disponível, sem perda relevante de resistência.
- 48) Massa para calafetar em filetes 350 g** – Massa de vedação tipo calafete em filetes (cordões), para vedar frestas e junções, com boa maleabilidade, aderência e estabilidade,



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

sem ressecamento rápido e sem componentes proibidos.

49) Massa plástica – Massa plástica para reparos e nivelamento (uso geral compatível), com boa aderência, cura adequada e possibilidade de lixamento para acabamento antes de pintura quando aplicável, com instruções de preparo e segurança.

50) Palha de aço – Palha de aço para limpeza e polimento, com boa uniformidade dos fios, sem excesso de oxidação e com desempenho adequado para remoção de sujeira em superfícies compatíveis.

51) Parafina – Parafina sólida refinada para aplicações compatíveis (vedação, lubrificação leve, impermeabilização e usos técnicos similares), com aspecto uniforme, baixa presença de impurezas e embalagem que evite contaminação.

52) Pasta cristal rosa (saponáceo) 500 g – Limpador em pasta tipo saponáceo para limpeza pesada, com abrasivo fino adequado, boa homogeneidade e rendimento, com tensoativos biodegradáveis conforme práticas usuais do mercado e embalagem reutilizável/reciclável quando possível.

53) Pasta lubrificante para tubos de PVC bisnaga de 01 Kg – Pasta lubrificante para montagem de tubos e conexões de PVC com junta elástica (anel de borracha), compatível com elastômeros comuns, não corrosiva, com boa espalhabilidade e estabilidade de armazenamento. Preferência por formulação menos agressiva e embalagem reciclável quando possível.

54) Pilha alcalina AAA (palito) – Pilha alcalina tamanho AAA, 1,5 V, com boa durabilidade e baixa incidência de vazamento em condições normais de armazenamento/uso, com data de validade e rotulagem. Deve atender limites de metais pesados aplicáveis e, quando disponível, possuir orientação/logística reversa do fabricante.

55) Pilha alcalina AA (pequena) – Pilha alcalina tamanho AA, 1,5 V, com boa durabilidade e baixa incidência de vazamento em condições normais de



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

armazenamento/uso, com data de validade e rotulagem. Deve atender limites de metais pesados aplicáveis e, quando disponível, possuir orientação/logística reversa do fabricante.

56) Pincel 1" – Pincel para pintura/verniz/selantes compatíveis, largura 1", com cerdas firmes e regulares, boa fixação das cerdas (sem queda excessiva) e cabo resistente, adequado a uso em manutenção.

57) Pincel 2" – Pincel para pintura/verniz/selantes compatíveis, largura 2", com cerdas firmes e regulares, boa fixação das cerdas (sem queda excessiva) e cabo resistente, adequado a uso em manutenção.

58) Pincel 4" – Pincel para pintura/verniz/selantes compatíveis, largura 4", com cerdas firmes e regulares, boa fixação das cerdas (sem queda excessiva) e cabo resistente, adequado a uso em manutenção. Produto "Pincel Tigre 4\"", ou equivalente ou superior.

59) Saco de lixo 100 litros/20 Kg – Saco para resíduos com capacidade indicada no item, com resistência adequada a rasgo e perfuração em uso típico, soldas regulares e espessura compatível com a finalidade. Preferência por material reciclado controlado e/ou alternativas com melhor desempenho ambiental quando tecnicamente compatíveis, sem perda de resistência.

60) Solução limpadora para tubo de PVC – Solução limpadora/preparadora para tubos e conexões de PVC rígido, destinada a limpeza/desengraxe e preparo antes da colagem, com evaporação adequada e boa eficiência, em embalagem segura e rotulada, com FISPQ quando aplicável.

61) Vaselina pasta – Vaselina sólida/pastosa para lubrificação e proteção leve de componentes compatíveis, quimicamente estável, sem impurezas corrosivas relevantes, em embalagem vedada e identificada.

62) Vassoura de pelo – Vassoura para varrição de ambientes internos e pisos lisos, com cerdas macias e densas, boa fixação das cerdas e estrutura resistente ao uso contínuo,



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

preferencialmente com materiais duráveis/reutilizáveis para reduzir substituições.

63) Desengripante WD-40 300 ml – Desengripante/lubrificante multiuso em aerossol, indicado para soltar peças travadas, reduzir rangidos e auxiliar na proteção contra umidade/corrosão, com bico/cânula aplicadora e rotulagem de segurança, incluindo FISPQ quando aplicável.

64) Arrebite POP 3,2 mm caixa com 1000 unid, prata – Rebite cego (POP) de diâmetro 3,2 mm, para fixação de chapas e componentes compatíveis, com boa padronização dimensional e resistência mecânica adequada ao uso usual, sem rebarbas excessivas, com embalagem identificada por lote.

65) Arrebite POP 4,0 mm caixa com 500 unid, prata – Rebite cego (POP) de diâmetro 4,0 mm, para fixação de chapas e componentes compatíveis, com boa padronização dimensional e resistência mecânica adequada ao uso usual, sem rebarbas excessivas, com embalagem identificada por lote.

66) Silicone Transparente bisnaga de 300 g – Selante de silicone transparente para vedação em superfícies compatíveis (ex.: vidro, alumínio, cerâmica), com boa aderência, elasticidade e resistência à água/intempéries, em embalagem tipo cartucho compatível com aplicador, com rotulagem e lote/validade.

67) Silicone Preto Bisnaga de 300 g – Selante de silicone preto para vedação em superfícies compatíveis, com boa aderência, elasticidade e resistência à água/intempéries, em embalagem tipo cartucho compatível com aplicador, com rotulagem e lote/validade.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

ANEXO A-3.1.
EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS

Notas de Preenchimento:

Para o preenchimento dos custos de materiais, uniformes, EPIs, ferramentas e equipamentos, o licitante deverá realizar sua própria pesquisa de mercado, sendo de sua exclusiva responsabilidade a correta composição dos respectivos preços.

Os valores unitários e globais estimados pela Administração, constantes da planilha de referência, contudo, constituem os limites máximos admitidos para fins de aceitabilidade das propostas. Assim, não serão aceitas propostas que apresentem valores superiores aos preços de referência apurados pela Administração.

EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS									
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	VIDA ÚTIL	TAXA ANUAL DE DEPRECIAÇÃO / AMORTIZAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	DEPRECIAÇÃO / AMORTIZAÇÃO O ANUAL	DEPRECIAÇÃO/ AMORTIZAÇÃO MENSAL
1	Alicate amperímetro digital True RMS ET-3170 Minipa ou similar	pç	1	5	20,00%	R\$ 154,27	R\$ 154,27	R\$ 30,85	R\$ 2,57
2	Alicate de bico chato de 6", com cabo isolado, Belzer ou similar	un	1	5	20,00%	R\$ 30,86	R\$ 30,86	R\$ 6,17	R\$ 0,51
3	Alicate de bomba d'água médio	un	1	5	20,00%	R\$ 38,35	R\$ 38,35	R\$ 7,67	R\$ 0,64
4	Alicate de pressão	un	1	5	20,00%	R\$ 43,22	R\$ 43,22	R\$ 8,64	R\$ 0,72
5	Alicate pop p/ arrebite	un	1	5	20,00%	R\$ 38,72	R\$ 38,72	R\$ 7,74	R\$ 0,65
6	Alicate Universal 8" com cabo isolado,	un	1	5	20,00%	R\$ 34,20	R\$ 34,20	R\$ 6,84	R\$ 0,57



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

	Belzer ou similar								
7	Arco de serra 12" Tramontina ou similar	pç	1	5	20,00%	R\$ 66,30	R\$ 66,30	R\$ 13,26	R\$ 1,11
8	Bolsa de lona Vonder Plus ou similar	un	1	5	20,00%	R\$ 403,34	R\$ 403,34	R\$ 80,67	R\$ 6,72
9	Cadeado E-35 Pado ou similar	un	1	5	20,00%	R\$ 35,91	R\$ 35,91	R\$ 7,18	R\$ 0,60
10	Carrinho de mão, cap. mínima 90 litros, Tramontina ou similar	un	1	5	20,00%	R\$ 311,13	R\$ 311,13	R\$ 62,23	R\$ 5,19
11	Chave de teste neon 100-500 V	pç	1	5	20,00%	R\$ 2,78	R\$ 2,78	R\$ 0,56	R\$ 0,05
12	Colher p/pedreiro canto vivo 8" com cabo em madeira	pç	1	5	20,00%	R\$ 21,42	R\$ 21,42	R\$ 4,28	R\$ 0,36
13	Desempenadeira de aço dentada 12,0 x 26,0 cm Fasmatil ou similar	pç	1	5	20,00%	R\$ 19,61	R\$ 19,61	R\$ 3,92	R\$ 0,33
14	Desempenadeira de aço lisa 12,0 x 26,0 cm Vonder ou similar	pç	1	5	20,00%	R\$ 20,29	R\$ 20,29	R\$ 4,06	R\$ 0,34
15	Desentupidor de borracha para vaso sanitário	pç	1	5	20,00%	R\$ 11,69	R\$ 11,69	R\$ 2,34	R\$ 0,19
16	Desentupidor de borracha sanfonada para pia	pç	1	5	20,00%	R\$ 11,11	R\$ 11,11	R\$ 2,22	R\$ 0,19
17	Enxada antifáscas com cabo de madeira	un	1	5	20,00%	R\$ 22,78	R\$ 22,78	R\$ 4,56	R\$ 0,38
18	Escada de fibra de vidro tipo tesoura 06 degraus, com degraus em alumínio	pç	1	5	20,00%	R\$ 381,82	R\$ 381,82	R\$ 76,36	R\$ 6,36
19	Escova de aço manual sem cabo	pç	1	5	20,00%	R\$ 15,03	R\$ 15,03	R\$ 3,01	R\$ 0,25
20	Espátula cabo PVC 10 cm	pç	1	5	20,00%	R\$ 10,59	R\$ 10,59	R\$ 2,12	R\$ 0,18
21	Esquadro cabo metálico Stanley 12" ou similar	pç	1	10	10,00%	R\$ 28,17	R\$ 28,17	R\$ 2,82	R\$ 0,23
22	Estilete 6" Tramon-	pç	1	5	20,00%	R\$ 23,63	R\$ 23,63	R\$ 4,73	R\$ 0,39



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

	tina ou similar								
23	Furadeira/parafusadeira de impacto 220 V 600 W, com velocidade variável GSB 13 RE Bosch.	pç	1	10	10,00%	R\$ 651,25	R\$ 651,25	R\$ 65,13	R\$ 5,43
24	Furadeira/parafusadeira GSR 18V Bosh.	pc	1	10	10,00%	R\$ 635,36	R\$ 635,36	R\$ 63,54	R\$ 5,29
25	Identificador de cabo MTC-181 Minipa ou similar	pç	1	10	10,00%	R\$ 135,02	R\$ 135,02	R\$ 13,50	R\$ 1,13
26	Identificador portátil Brother (rotuladora) PT-65 ou superior	pç	1	10	10,00%	R\$ 296,16	R\$ 296,16	R\$ 29,62	R\$ 2,47
27	Jogo completo de brocas de vídea 4 a 12mm	jg	1	5	20,00%	R\$ 61,69	R\$ 61,69	R\$ 12,34	R\$ 1,03
28	Jogo de bits para parafusadeira (10 pçs)	jg	1	5	20,00%	R\$ 42,31	R\$ 42,31	R\$ 8,46	R\$ 0,71
29	Jogo de chave "cachimbo", dimensões variadas	jg	1	5	20,00%	R\$ 178,76	R\$ 178,76	R\$ 35,75	R\$ 2,98
30	Jogo de chave combinada completo 6 a 32 mm BELZER ou similar	jg	1	5	20,00%	R\$ 388,70	R\$ 388,70	R\$ 77,74	R\$ 6,48
31	Jogo de chave de boca completo 6 a 32 mm BELZER ou similar	jg	1	5	20,00%	R\$ 316,82	R\$ 316,82	R\$ 63,36	R\$ 5,28
32	Jogo de chave de grifo dimensões variadas	jg	1	5	20,00%	R\$ 351,48	R\$ 351,48	R\$ 70,30	R\$ 5,86
33	Jogo de chave Phillips Belzer	jg	1	5	20,00%	R\$ 60,79	R\$ 60,79	R\$ 12,16	R\$ 1,01
34	Jogo de chave soquete completo 6 a 32 mm BELZER ou similar	jg	1	5	20,00%	R\$ 382,11	R\$ 382,11	R\$ 76,42	R\$ 6,37
35	Jogo de chaves de boca, combinadas, 8 a 24mm	jg	1	5	20,00%	R\$ 136,30	R\$ 136,30	R\$ 27,26	R\$ 2,27
36	Jogo de chaves de fenda dimensões variadas	jg	1	5	20,00%	R\$ 78,16	R\$ 78,16	R\$ 15,63	R\$ 1,30
37	Jogo formão p/ma-	jg	1	5	20,00%	R\$ 72,45	R\$ 72,45	R\$ 14,49	R\$ 1,21



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

	deira ¼", ½", ¾" e 1 ¼" Tramontina ou Similar								
38	Jogo saca pino paralelo 02 a 08 mm GEDORE ou similar	jg	1	5	20,00%	R\$ 88,30	R\$ 88,30	R\$ 17,66	R\$ 1,47
39	Lanterna a pilhas grande e com alça WESTERN ou similar	pç	1	5	20,00%	R\$ 61,90	R\$ 61,90	R\$ 12,38	R\$ 1,03
40	Lixadeira angular (esmerilhadeira) 220V 4-1/2" GWS 7 Bosch ou similar	pç	1	10	10,00%	R\$ 396,67	R\$ 396,67	R\$ 39,67	R\$ 3,31
41	Mala de ferramentas metálica sanfonada com 4 gavetas	pç	1	5	20,00%	R\$ 121,54	R\$ 121,54	R\$ 24,31	R\$ 2,03
42	Marreta oitavada 02 kg com cabo em madeira	pç	1	5	20,00%	R\$ 73,89	R\$ 73,89	R\$ 14,78	R\$ 1,23
43	Martelo bola 200g, cabeça em aço, com corpo em madeira de alta resistência GEDORE ou similar	pç	1	5	20,00%	R\$ 48,41	R\$ 48,41	R\$ 9,68	R\$ 0,81
44	Martelo unha 25 mm, com cabeça em aço e corpo em madeira Tramontina 600 g ou similar	pç	1	5	20,00%	R\$ 31,75	R\$ 31,75	R\$ 6,35	R\$ 0,53
45	Morsa linha profissional Nº06 Schulz ou similar	pç	1	5	20,00%	R\$ 285,61	R\$ 285,61	R\$ 57,12	R\$ 4,76
46	Multímetro digital FLUKE 117 ou similar	pç	1	10	10,00%	R\$ 75,89	R\$ 75,89	R\$ 7,59	R\$ 0,63
47	Nível de mão metálico Stanley 12 " ou similar	pç	1	10	10,00%	R\$ 46,49	R\$ 46,49	R\$ 4,65	R\$ 0,39
48	Pá de bico em aço carbono tipo pedreiro com cabo de madeira 74 cm e com terminação em Y metálica Tramontina ou similar	pç	1	5	20,00%	R\$ 59,37	R\$ 59,37	R\$ 11,87	R\$ 0,99
49	Pé de cabra ¾" x 60 cm sextavado	pç	1	5	20,00%	R\$ 59,52	R\$ 59,52	R\$ 11,90	R\$ 0,99



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

	Vonder ou similar								
50	Pistola p/aplicação de silicone Lee Tools ou similar	pç	1	10	10,00%	R\$ 22,89	R\$ 22,89	R\$ 2,29	R\$ 0,19
51	Punção de centro ref.350 GEDORE ou similar	un	1	5	20,00%	R\$ 47,31	R\$ 47,31	R\$ 9,46	R\$ 0,79
52	Serrote p/gesso curvo 12" com cabo de madeira	pç	1	5	20,00%	R\$ 29,76	R\$ 29,76	R\$ 5,95	R\$ 0,50
53	Serrote para marceneiro 18"	pç	1	5	20,00%	R\$ 24,32	R\$ 24,32	R\$ 4,86	R\$ 0,41
54	Tico-tico KS405 220V 400 W, Black&Decker ou similar	pç	1	10	10,00%	R\$ 329,68	R\$ 329,68	R\$ 32,97	R\$ 2,75
55	Torquês armador 12" Vonder ou similar	pç	1	5	20,00%	R\$ 39,00	R\$ 39,00	R\$ 7,80	R\$ 0,65
56	Trena 5 m x 25 mm Starrett ou similar	pç	1	10	10,00%	R\$ 12,68	R\$ 12,68	R\$ 1,27	R\$ 0,11
57	Trena longa em fibra de vidro 30m Fasmatil ou similar	pç	1	10	10,00%	R\$ 38,23	R\$ 38,23	R\$ 3,82	R\$ 0,32
58	Rádio Transceptor	un	3	5	20,00%	R\$ 129,95	R\$ 389,85	R\$ 77,97	R\$ 6,50
59	Software de gerenciamento e controle de manutenção predial	licença	2	5	20,00%	R\$ 2.107,50	R\$ 4.215,00	R\$ 843,00	R\$ 70,25
Valor Total							R\$ 12.010,64	Custo Mensal	R\$ 177,94
								Custo por Empregado	R\$ 88,97



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

ANEXO A-3.2.

EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS (DESCRIÇÕES COMPLETAS)

1. Alicate amperímetro digital True RMS – Alicate amperímetro digital para medição de corrente alternada por garra, com tecnologia True RMS. Deve medir, no mínimo: corrente AC, tensão AC/DC, resistência, continuidade e teste de diodo; display digital com iluminação ou boa leitura, função HOLD e desligamento automático. Categoria de segurança mínima CAT III 600 V (ou superior), com proteção contra sobrecarga e pontas/cabos compatíveis com a categoria informada. Fornecimento com cabos de teste e manual.

2. Alicate de bico chato 6" com cabo isolado – Alicate de bico chato com comprimento aproximado de 6", corpo em aço ligado forjado e temperado, acabamento anticorrosivo. Cabo com isolamento para trabalho elétrico, com certificação para até 1.000 V, indicado para serviços conforme NR-10. Bico estriado para melhor agarre, com boa precisão de fechamento.

3. Alicate bomba d'água médio – Alicate tipo bomba d'água, tamanho médio (faixa usual de 10"), com articulação ajustável de múltiplas posições, mordentes com dentes eficientes para tubos e conexões, aço forjado e temperado, acabamento anticorrosivo. Cabo com revestimento antiderrapante.

4. Alicate de pressão – Alicate de pressão com ajuste por parafuso e alavanca de destravamento rápido. Mordentes retos (uso geral), aço forjado/temperado e acabamento anticorrosivo. Deve permitir travamento firme sem patinar e abertura compatível com usos em manutenção predial.

5. Alicate rebitador manual (pop) – Alicate para rebites de repuxo, estrutura metálica reforçada, cabo emborrachado, compatível com rebites de alumínio em medidas usuais



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

(ex.: 2,4 / 3,2 / 4,0 / 4,8 mm), com chave de bicos e reservatório/coletor de hastes quando aplicável.

6. Alicate universal 8" com cabo isolado – Alicate universal 8", em aço ligado forjado e temperado, com área de corte para arame e mordentes serrilhados. Cabo isolado certificado para até 1.000 V, indicado para atividades elétricas conforme NR-10. Acabamento anticorrosivo.

7. Arco de serra 12" – Arco de serra para lâmina de 12" (300 mm), com estrutura metálica rígida, sistema de tensionamento por parafuso/borboleta, empunhadura ergonômica e compatibilidade com lâminas padrão de mercado. Deve permitir boa tensão para corte reto sem vibração excessiva.

8. Bolsa de lona para ferramentas – Bolsa em lona reforçada (ou material de resistência equivalente), com costuras reforçadas, fundo estruturado, alças firmes e múltiplos bolsos internos/externos para organização. Preferencialmente com reforços nos pontos de maior desgaste, visando maior vida útil (critério de sustentabilidade por durabilidade).

9. Cadeado 35 mm – Cadeado tamanho 35 mm, corpo metálico resistente à corrosão, haste em aço endurecido, mecanismo com boa resistência a intempéries e uso contínuo, com fornecimento mínimo de 2 chaves.

10. Carrinho de mão (capacidade mínima 90 L) – Carrinho de mão para uso em construção/manutenção, com caçamba metálica com capacidade mínima de 90 litros, estrutura tubular reforçada, suporte de carga compatível com uso pesado (faixa usual mínima ~100 kg), pneu com câmara (ou solução equivalente) e roda com bom rolamento, com empunhaduras antiderrapantes. Preferir pintura anticorrosiva e possibilidade de reposição de roda/pneu (durabilidade).

11. Chave de teste neon 100–500 V – Chave teste tipo neon para detecção de presença de tensão em corrente alternada na faixa aproximada de 100 a 500 V, corpo isolante transparente e resistente, ponta metálica adequada e indicação luminosa nítida.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

12. Colher de pedreiro canto vivo 8" com cabo de madeira – Colher de pedreiro com lâmina em aço carbono, formato canto vivo, tamanho 8", com boa rigidez e acabamento. Cabo de madeira com fixação firme e ergonomia adequada; quando couber, madeira de origem legal/reflorestamento (sustentabilidade).

13. Desempenadeira de aço dentada 12 × 25 cm – Desempenadeira em aço com base de 12 × 25 cm, dentes uniformes próprios para aplicação de argamassa colante, cabo firme e ergonômico. Deve possuir rigidez e planicidade adequadas, com proteção anticorrosiva.

14. Desempenadeira de aço lisa 12 × 25 cm – Desempenadeira de aço lisa 12 × 25 cm, base plana e rígida para acabamento e nivelamento, cabo ergonômico bem fixado, proteção anticorrosiva.

15. Desentupidor de borracha para vaso sanitário – Desentupidor para vaso sanitário, borracha de boa elasticidade e vedação, cabo rígido e resistente, com fixação firme entre cabo e borracha.

16. Desentupidor sanfonado para pia – Desentupidor tipo sanfonado para pia, material resistente, com boa capacidade de sucção/pressão, pegada firme e durabilidade adequada para uso repetido.

17. Enxada antifaísca com cabo de madeira – Enxada com parte metálica confeccionada em liga antifaísca (ex.: liga cobre-berílio ou bronze-alumínio, conforme prática de mercado), indicada para ambientes com risco de inflamáveis; cabo de madeira resistente e bem fixado, com acabamento que evite farpas (madeira de origem legal quando couber).

18. Escada de fibra de vidro tipo tesoura (6 degraus) com degraus em alumínio – Escada tipo tesoura com 6 degraus, estrutura em fibra de vidro (isolante), degraus em alumínio antiderrapantes, travas de abertura seguras e sapatas antiderrapantes. Deve suportar carga compatível com uso profissional (classe usual mínima 120 kg, ou superior).



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

Produto "Botafogo escada fibra 6 degraus", ou equivalente ou superior.

19. Escova de aço manual sem cabo – Escova de aço manual tipo “escova de mão”, sem cabo, com cerdas de aço de boa densidade e fixação firme, indicada para remoção de ferrugem/tinta e limpeza de superfícies metálicas.

20. Espátula 10 cm com cabo em material sintético – Espátula com lâmina metálica de 10 cm, rígida e resistente, indicada para raspagem, aplicação de massas e limpeza de resíduos, com cabo ergonômico em material sintético resistente e boa fixação da lâmina.

21. Esquadro metálico 12" – Esquadro metálico de 12" (aprox. 300 mm), com ângulo de 90° preciso, marcações legíveis e resistentes ao desgaste, corpo rígido para medições e marcações em carpintaria/serralheria.

22. Estilete retrátil 6" – Estilete retrátil com corpo resistente (metal ou polímero reforçado), trava eficiente, compatível com lâminas padrão de mercado, com troca segura e empunhadura firme. Preferir corpo reutilizável (sustentabilidade por durabilidade).

23. Furadeira de impacto 750 W (220 V) – Furadeira de impacto com potência mínima de 750 W, tensão 220 V, mandril compatível com brocas usuais (ex.: 13 mm), com reversão, controle de velocidade e função impacto para alvenaria. Cabo e isolamento adequados; fornecimento com chave/mandril conforme tipo.

24. Furadeira/parafusadeira a bateria 18 V – Parafusadeira/furadeira a bateria 18 V, com ajuste de torque, reversão, controle de velocidade, mandril de aperto rápido e fornecimento com bateria(s) e carregador bivolt ou compatível com a rede local. Deve ter autonomia e robustez compatíveis com uso profissional.

25. Identificador de cabos portátil – Identificador/testador portátil para cabos (rede/telefonía), com funções mínimas de identificação/continuidade e indicação de mapeamento conforme padrão do equipamento, visor/indicadores claros, alimentação por pilhas ou bateria.

26. Rotuladora eletrônica portátil – Rotuladora portátil para etiquetas, impressão



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

térmica, compatível com fitas de largura usual (ex.: 9 a 12 mm), teclado e visor para edição, e fitas facilmente encontradas no mercado. Preferir equipamento com baixo consumo e desligamento automático (eficiência).

27. Jogo de brocas de vídea 4 a 12 mm – Jogo completo de brocas para concreto/alvenaria com ponta de metal duro (vídea), faixa de diâmetros de 4 mm a 12 mm, incluindo medidas intermediárias usuais, hastes compatíveis com mandril padrão, com estojo organizador reutilizável.

28. Jogo de bits para parafusadeira (10 peças) – Jogo com 10 bits diversos (fenda, Phillips, Pozidriv, Torx e/ou Allen, conforme composição usual), aço de alta dureza com tratamento térmico, pontas bem acabadas e estojo organizador reutilizável.

29. Jogo de chaves tipo cachimbo (tubulares) – Jogo de chaves tubulares (tipo cachimbo), em aço resistente, com medidas usuais de manutenção, com barra de acionamento, acabamento anticorrosivo e estojo organizador.

30. Jogo de chaves combinadas 6 a 32 mm – Jogo de chaves combinadas (boca/estrela) cobrindo 6 a 32 mm, em aço ligado com tratamento térmico, dimensões gravadas e acabamento anticorrosivo, com estojo/suporte organizador.

31. Jogo de chaves de boca 6 a 32 mm – Jogo de chaves de boca dupla cobrindo 6 a 32 mm, aço ligado tratado, acabamento anticorrosivo e estojo/suporte organizador.

32. Jogo de chaves de grifo (Stillson) variadas – Jogo de chaves para tubos (tipo grifo/Stillson) em tamanhos variados usuais, corpo em aço resistente, mordentes substituíveis quando aplicável, ajuste funcional e boa capacidade de torque.

33. Jogo de chaves Phillips – Jogo de chaves Phillips com tamanhos usuais (ex.: PH0 a PH3), haste em aço tratado, cabo ergonômico com boa aderência e identificação do tamanho.

34. Jogo de chaves soquete 6 a 32 mm – Jogo de soquetes cobrindo 6 a 32 mm, com catraca, extensões e acessórios usuais, aço cromo-vanádio (ou equivalente), acabamento



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

anticorrosivo e estojo organizador.

35. Jogo de chaves Torx tipo T (T10 a T50) – Jogo de chaves Torx em formato T, cobrindo T10 a T50, haste em aço tratado, cabo em T com boa ergonomia e resistência a torque, com suporte/estojo organizador.

36. Jogo de chaves Allen (1,5 a 10 mm) – Jogo de chaves hexagonais (Allen) cobrindo 1,5 a 10 mm, aço tratado, boa precisão dimensional, suporte/estojo organizador.

37. Jogo de chaves de fenda – Jogo de chaves de fenda com tamanhos usuais, haste em aço tratado, cabo ergonômico e resistente, identificação dos tamanhos.

38. Kit de chaves isoladas (NR-10) – Conjunto de ferramentas manuais isoladas (linha elétrica) compatível com NR-10, com isolamento certificado para até 1.000 V, incluindo chaves e/ou alicates conforme composição usual do kit, com estojo organizador.

39. Lanterna recarregável – Lanterna recarregável com fluxo luminoso compatível com uso em manutenção, autonomia adequada, carregamento por cabo (ex.: USB) ou base, corpo resistente a impactos moderados e respingos (classe IP mínima compatível com uso externo). Preferir bateria de íons de lítio substituível/reciclável quando aplicável (sustentabilidade).

40. Lixadeira angular 4½" (esmerilhadeira) – Esmerilhadeira angular 4½" (115 mm), 220 V, potência compatível com uso profissional (faixa usual mínima ~700 W), com capa de proteção, empunhadura auxiliar, trava de eixo e compatível com discos padrão 115 mm.

41. Caixa metálica sanfonada para ferramentas (4 gavetas) – Caixa de ferramentas metálica tipo sanfonada, com 4 bandejas/gavetas, pintura anticorrosiva, dobradiças e alças resistentes, fechamento seguro. Preferir acabamento que permita maior vida útil e manutenção.

42. Marreta oitavada 2 kg com cabo de madeira – Marreta oitavada 2 kg, cabeça em aço forjado/temperado, fixação segura ao cabo, cabo de madeira resistente com



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

acabamento que evite farpas (origem legal quando couber).

43. Martelo bola 200 g com cabo de madeira – Martelo tipo bola 200 g, cabeça em aço forjado/temperado, cabo de madeira resistente, boa fixação e acabamento.

44. Martelo de unha 600 g (25 mm) – Martelo de unha para carpintaria/manutenção, massa aproximada de 600 g, unha funcional para extração de pregos, cabeça em aço forjado/temperado, cabo de madeira resistente com boa pegada e fixação segura.

45. Morsa de bancada nº 6 (profissional) – Morsa de bancada nº 6, corpo em ferro fundido nodular (ou equivalente) com boa rigidez, abertura compatível com o tamanho, fuso resistente, mordentes substituíveis quando aplicável e base para fixação em bancada.

46. Multímetro digital – Multímetro digital para medições elétricas em manutenção, com medições mínimas de tensão AC/DC, corrente, resistência, continuidade e teste de diodo; preferência por True RMS e categoria mínima CAT III 600 V (ou superior). Deve acompanhar pontas de prova compatíveis e manual.

47. Nível metálico 12" – Nível de bolha 12" (aprox. 300 mm), corpo metálico rígido, bolhas bem visíveis (horizontal/vertical, e adicional quando aplicável), boa precisão e base estável.

48. Pá de bico com cabo 74 cm e empunhadura em "Y" – Pá de bico para escavação, lâmina metálica resistente, cabo aproximado de 74 cm com empunhadura tipo Y, fixação firme e acabamento anticorrosivo quando aplicável. Cabo de madeira com origem legal quando couber.

49. Pé de cabra ¾" × 60 cm (sextavado) – Pé de cabra sextavado ¾", comprimento 60 cm, aço resistente, pontas bem conformadas para alavanca e extração, acabamento anticorrosivo.

50. Pistola aplicadora de silicone – Aplicador manual para cartucho de silicone padrão, corpo metálico ou reforçado, gatilho com avanço uniforme, haste robusta e sistema de



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

trava/retorno que evite gotejamento excessivo.

51. Punção de centro 350 – Punção de centro com comprimento padrão de mercado (linha 350), aço temperado, ponta adequada para marcação em metais, acabamento anticorrosivo.

52. Serrote curvo para gesso/drywall 12" – Serrote para drywall/gesso, lâmina 12" com dentes apropriados para corte em chapa de gesso, ponta para perfuração inicial, cabo ergonômico e firme.

53. Serrote de marceneiro 18" – Serrote para madeira 18", lâmina em aço com dentes temperados e afiação adequada para corte de madeira, cabo firme e ergonômico, boa rigidez da lâmina.

54. Serra tico-tico 400 W (220 V) – Serra tico-tico 220 V com potência mínima de 400 W, velocidade variável, troca de lâmina prática, base ajustável e compatibilidade com lâminas padrão de mercado; indicada para cortes em madeira e materiais usuais conforme lâmina.

55. Torquês armador 12" – Torquês 12" para corte/torção de arame e amarrações, aço forjado/temperado, corte eficiente e boa ergonomia.

56. Trena 5 m × 25 mm – Trena retrátil 5 m com fita de 25 mm, graduação legível, trava funcional, gancho com compensação para medições internas/externas e caixa resistente a impactos.

57. Trena longa em fibra de vidro 30 m – Trena 30 m em fibra de vidro, resistente à umidade e corrosão, graduação legível, carretel com manivela e estrutura resistente para uso em campo.

58. Rádio transceptor portátil – Rádio comunicador portátil para comunicação bidirecional, com operação em faixa permitida e homologação pela Anatel, múltiplos canais, bateria recarregável, carregador e autonomia compatível com jornada de trabalho. Preferir resistência mínima a respingos (uso externo).

59. Software de gerenciamento e controle de manutenção predial (ou licença de



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

uso) – Sistema eletrônico destinado à gestão integrada da manutenção predial, abrangendo, no mínimo, atividades preventivas, corretivas, preditivas, evolutivas e emergenciais, devendo permitir o registro, o controle, o acompanhamento e a manutenção do histórico das ordens de serviço desde a solicitação até a sua conclusão. O sistema deverá possibilitar a abertura, o acompanhamento e o encerramento das ordens de serviço, com registro de data e hora, unidade demandante, sistema ou subsistema afetado, tipo de serviço, responsável técnico, tempo de resposta, tempo de execução, status da atividade e comprovação da execução. Deverá permitir o cadastro e o controle dos ativos operacionais utilizados na execução contratual, incluindo ferramentas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, com indicação das respectivas quantidades e registro de entradas, saídas, substituições, recolhimentos para manutenção ou situações de indisponibilidade, mantendo histórico das movimentações. O sistema deverá ainda possibilitar o controle do estoque de materiais de consumo empregados na execução contratual, com registro de entradas, saídas e saldo disponível, permitindo, sempre que aplicável, a vinculação do consumo às respectivas ordens de serviço. Deverá contemplar o cadastro dos ativos prediais e equipamentos da Administração, associados aos respectivos planos e cronogramas de manutenção, bem como a geração de relatórios gerenciais e operacionais e de indicadores de desempenho contratual (SLA), tais como prazos, backlog, tempo de atendimento e tempo de execução. O sistema deverá permitir a definição de perfis de acesso diferenciados, manter trilha de auditoria, possibilitar a extração e exportação de dados e relatórios e garantir acesso remoto pela Administração, preferencialmente por meio de interface web, de modo a assegurar transparência, rastreabilidade e apoio à fiscalização contratual. Deverá observar as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), quando aplicável, e adotar práticas que favoreçam a redução do uso de papel, sem prejuízo da segurança, integridade e disponibilidade das informações.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

**ANEXO A-4.1.
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs)**

Notas de Preenchimento:

Para o preenchimento dos custos de materiais, uniformes, EPIs, ferramentas e equipamentos, o licitante deverá realizar sua própria pesquisa de mercado, sendo de sua exclusiva responsabilidade a correta composição dos respectivos preços.

Os valores unitários e globais estimados pela Administração, constantes da planilha de referência, contudo, constituem os limites máximos admitidos para fins de aceitabilidade das propostas. Assim, não serão aceitas propostas que apresentem valores superiores aos preços de referência apurados pela Administração.

Equipamento de Proteção Individual (EPIs)					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	ESTIMATIVA DE CONSUMO (ANUAL)	VALOR UNITÁRIO (ESTIMADO)	VALOR TOTAL (ESTIMADO)
1	Avental de Raspa	unid	2	31,45	62,9
2	Bloqueador solar FPS-50 210 ml	unid	4	27,34	109,36
3	Boné com aba	unid	4	15,67	62,68
4	Capa de proteção para chuva	unid	2	21,98	43,96
5	Capacete de proteção Classe B	unid	2	30,84	61,68
6	Cinto de segurança	unid	1	302,3	302,3
7	Corda de segurança	m	50	4,19	209,5
8	Fita Zebrada 200m	RI	4	14,49	57,96
9	Luva anti-corte, tricotada em fio aramida com palma pigmentada	Par	2	17,79	35,58
10	Luva de raspa – média	par	2	13,53	27,06



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

11	Luva de vaqueta – curta	par	2	21,26	42,52
12	Luva Nitrílica – látex verde curta	par	4	10,71	42,84
13	Luva Nitrílica – látex verde longa	par	4	29,58	118,32
14	Luva PVC média	par	4	20,28	81,12
15	Luva PVC longa	par	4	25,18	100,72
16	Máscara PFF-1	unid	10	1,32	13,2
17	Máscara PFF-3	unid	10	2,46	24,6
18	Óculos Seg. Carbograf. Spectra 2000 Inc.	unid	2	10,21	20,42
19	Protetor Auricular tipo fone	unid	2	37,53	75,06
20	Protetor auricular tipo plug	unid	10	1,89	18,9
Valor Total					R\$ 1.510,68
Valor Total (dividido p/12 meses)					R\$ 125,89
Valor Total (por empregado)					R\$ 62,95



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

ANEXO A-4.2.

EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (DESCRIÇÕES COMPLETAS)

1) Avental de raspa – Avental de segurança em couro bovino tipo raspa, destinado à proteção do tronco e parte das pernas contra respingos, fagulhas e atrito em atividades de manutenção/soldagem. Deve possuir tiras de ajuste reforçadas e costuras resistentes, com bom acabamento para evitar rasgos e desfiamento. Deve possuir **Certificado de Aprovação válido** e identificação do lote/rastreabilidade.

2) Bloqueador solar FPS 50 (210 ml) – Protetor solar com **FPS 50**, com proteção UVA/UVB, indicado para uso ocupacional em atividades externas, com resistência à água e ao suor. Deve ser dermatologicamente testado, com boa espalhabilidade e rápida absorção, com validade adequada na entrega e rotulagem completa. Preferência, quando disponível, por fórmula com menor impacto ambiental e embalagem reciclável.

3) Boné com aba – Boné com aba frontal, em tecido resistente e respirável, com ajuste traseiro para diferentes tamanhos, costuras reforçadas e boa estabilidade (não deformar com facilidade). Preferência por cor clara e material de maior durabilidade (redução de reposições).

4) Capa de proteção para chuva – Capa impermeável de corpo inteiro, com mangas e capuz, confeccionada em material resistente, com costuras seladas/soldadas e fechamento frontal que reduza infiltração. Deve oferecer conforto mínimo (ex.: ventilação) e resistência ao rasgo em uso contínuo. Preferência, quando disponível, por material atóxico e de maior vida útil.

5) Capacete de proteção classe B – Capacete de segurança classe B, em material isolante e resistente a impacto/perfuração, com suspensão interna ajustável e sistema de ajuste que assegure estabilidade. Deve ser adequado para serviços com risco elétrico



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

conforme classificação do item, sem partes metálicas expostas e com tira absorvente de suor. Deve possuir **Certificado de Aprovação válido** e identificação do fabricante/lote.

6) Cinto de segurança (tipo paraquedista) – Cinturão/arnês de segurança para trabalho em altura, de corpo inteiro, com pontos de ajuste e ponto(s) de ancoragem conforme uso previsto, fivelas e argolas resistentes à corrosão e costuras de segurança. Deve permitir inspeção visual das costuras e apresentar **Certificado de Aprovação válido**, com manual/orientações de uso e rastreabilidade. Preferência, quando disponível, por modelo com componentes substituíveis para ampliar a vida útil.

7) Corda de segurança – Corda para segurança/trabalho em altura, do tipo semi-estática, com diâmetro e resistência compatíveis com linhas de vida e uso ocupacional, com boa resistência à abrasão e intempéries. Deve conter identificação do fabricante/rastreabilidade, instruções de uso e acabamento nas extremidades para reduzir desfiamento.

8) Fita zebrada – Fita de sinalização zebrada (amarelo/preto), em material resistente ao rasgo, com boa visibilidade e impressão estável para uso em isolamento de áreas. Preferência, quando disponível, por material com conteúdo reciclado controlado, sem comprometer a resistência.

9) Luva anticorte tricotada em aramida com palma pigmentada – Luva de segurança tricotada em fibra de aramida (anticorte), com palma pigmentada/aderente para melhor pega, mantendo destreza. Deve indicar nível de desempenho anticorte em norma aplicável, possuir **Certificado de Aprovação válido** e bom acabamento (punho firme e confortável).

10) Luva de raspa – média – Luva de segurança em couro tipo raspa, com punho médio, reforçada nas áreas de maior desgaste e costuras resistentes, indicada para atividades com risco mecânico e calor moderado por contato/fagulhas. Deve possuir **Certificado de Aprovação válido** e boa durabilidade (sem rasgar com facilidade).



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

11) Luva de vaqueta – curta – Luva de segurança em couro tipo vaqueta, cano curto, com boa flexibilidade e resistência para serviços gerais de manutenção, com costuras reforçadas e bom acabamento interno para conforto. Deve possuir **Certificado de Aprovação válido** e desempenho compatível com riscos mecânicos do uso.

12) Luva nitrílica verde – curta – Luva de segurança em borracha nitrílica, curta, impermeável e resistente a agentes químicos comuns de limpeza e manutenção (óleos, graxas e detergentes), com boa flexibilidade e superfície antiderrapante. Deve possuir **Certificado de Aprovação válido** e ser adequada a uso ocupacional, com rotulagem/orientações.

13) Luva nitrílica verde – longa – Luva de segurança em borracha nitrílica, cano longo, para proteção ampliada do antebraço contra respingos/contato com agentes químicos compatíveis, com boa resistência mecânica e superfície antiderrapante. Deve possuir **Certificado de Aprovação válido** e bom ajuste na borda superior para reduzir entrada de líquidos.

14) Luva PVC – média – Luva de segurança em PVC com forro interno, cano médio, impermeável e apropriada para manuseio de soluções químicas compatíveis, com textura antiderrapante e conforto para uso prolongado. Deve possuir **Certificado de Aprovação válido** e composição compatível com uso ocupacional (sem emprego de substâncias proibidas).

15) Luva PVC – longa – Luva de segurança em PVC com forro interno, cano longo, para proteção ampliada do braço em operações com maior risco de respingos/imersão. Deve possuir textura antiderrapante, boa resistência ao rasgo e **Certificado de Aprovação válido**, com sistema de ajuste para manter a luva estável durante o uso.

16) Máscara PFF-1 com válvula – Respirador descartável tipo PFF1 com válvula de exalação, formato anatômico, clipe nasal ajustável e tiras elásticas para vedação adequada. Indicado para poeiras/névoas de baixa toxicidade, com eficiência compatível



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

com a classe, devendo possuir **Certificado de Aprovação válido** e identificação do fabricante/lote.

17) Máscara PFF-3 com válvula – Respirador descartável tipo PFF3 com válvula, para alta eficiência de filtração de particulados, com formato que assegure vedação e conforto respiratório. Deve ser fornecido com **Certificado de Aprovação válido**, identificação do fabricante/lote e, preferencialmente, embalagem individual para higiene e conservação.

18) Óculos de segurança – Óculos de segurança com lente incolor em policarbonato, proteção frontal e lateral, com boa resistência a impacto e conforto para uso prolongado. Preferência por lente com tratamento antirrisco e antiembaçante quando disponível. Deve possuir **Certificado de Aprovação válido** e proteção UV compatível com uso externo.

19) Protetor auricular tipo fone (22 Db) – Protetor auditivo tipo concha (fone), com arco ajustável e almofadas macias, proporcionando atenuação mínima compatível com o nível indicado e conforto em uso prolongado. Deve possuir **Certificado de Aprovação válido** e, preferencialmente, permitir substituição de espumas/almofadas para ampliar a vida útil.

20) Protetor auricular tipo plug – Protetor auditivo de inserção (plug), em material hipoalergênico, com atenuação compatível com uso ocupacional e fornecimento que preserve higiene até o uso. Deve possuir **Certificado de Aprovação válido**. Preferência, quando disponível, por modelo reutilizável e lavável para reduzir descarte.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

ANEXO B
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

1 FINALIDADE E APLICAÇÃO

1.1 O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) tem por objetivo aferir o desempenho da contratada na execução dos serviços contínuos de manutenção predial, considerando os níveis de serviço (SLA) e os indicadores de desempenho.

1.2 O IMR servirá de base para a apuração de glosas, avaliação de desempenho e gestão da qualidade contratual.

2 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

2.1 A aferição do desempenho mensal da contratada considerará:

2.1.1 Cumprimento dos prazos e padrões de qualidade dos serviços (SLA);

2.1.2 Regularidade técnica, administrativa e de comunicação com a fiscalização;

2.1.3 Aderência aos indicadores de desempenho (KPIs); e

2.1.4 Observância às normas de segurança do trabalho, sustentabilidade e conformidade legal.

3

1.1 A pontuação será atribuída com base em **registros formais da fiscalização técnica e administrativa**, em **dados do sistema eletrônico de ordens de serviço** e em **eventuais reclamações verificadas junto aos usuários internos**.

2



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

3 INDICADORES DE DESEMPENHO (KPIS)

3.1 A contratada deverá manter desempenho mínimo nos seguintes indicadores:

Indicador	Meta Mínima	Frequência de Apuração	Fonte de Verificação
Chamados atendidos dentro do prazo (SLA)	≥ 80%	Mensal	Sistema eletrônico de OS
Execução das manutenções preventivas dentro do cronograma	≥ 80%	Mensal	Relatórios técnicos

4 PONTUAÇÃO DE FALHAS E OCORRÊNCIAS

4.1 A pontuação mensal será apurada pela fiscalização, considerando as desconformidades verificadas.

4.2 A seguir, a **tabela de falhas padronizada** para registro das ocorrências:

Item	Falha Identificada	Unidade de Medida	Pontos
01	Deixar de atingir a meta mínima estabelecida para o indicador “Chamados atendidos dentro do prazo (SLA)”.	Por mês	7
02	Deixar de atingir a meta mínima estabelecida para o indicador “Execução das manutenções preventivas dentro do cronograma”.	Por mês	6
03	Executar serviço sem utilização de equipamentos de proteção individual (EPI), quando exigido.	Por ocorrência	4
04	Atrasar o pagamento de salários, benefícios ou obrigações trabalhistas previstos em lei, convenção, acordo coletivo ou contrato.	Por dia de atraso	5
05	Atrasar, injustificadamente, o pagamento de prestadores de serviços ou empresas subcontratadas regularmente autorizadas, quando tal inadimplemento comprometer ou puder comprometer	Por dia de atraso	4



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

	a execução contratual.		
06	Atrasar a entrega de materiais, ferramentas ou equipamentos previstos no contrato ou no Termo de Referência.	Por dia de atraso	3
07	Deixar de repor ferramentas ou equipamentos desgastados, danificados ou inoperantes, quando solicitado pela fiscalização.	Por dia de atraso	3
08	Não repor, quando tempestivamente comunicado e solicitado pela Administração, a ausência de profissional.	Por ocorrência	4
09	Entregar com atraso documentos exigidos no contrato, no Termo de Referência, em seus anexos ou pela fiscalização.	Por dia de atraso	2
10	Deixar de manter atualizada a documentação de habilitação exigida pela Administração.	Por ocorrência	3
11	Descumprir o horário de trabalho estabelecido no contrato ou determinado pela fiscalização.	Por ocorrência	2
12	Não atender, responder ou cumprir, nos prazos estabelecidos, solicitações formais da Administração ou da fiscalização.	Por ocorrência	3
13	Entregar fardamento em desacordo com o previsto no contrato ou atrasar sua entrega.	Por ocorrência	2
14	Descumprir obrigações contratuais de sustentabilidade (como logística reversa e descarte ambiental adequado).	Por ocorrência	3

Nota Explicativa (Geral)

Para os itens do IMR cuja unidade de medida seja “por dia de atraso”, a contagem terá início a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo fixado pela Administração para regularização da pendência, após ciência formal da Contratada, não sendo computado como atraso o período anterior à notificação.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

Nota específica – Item 05

A caracterização da falha prevista no item 05 pressupõe ciência formal da Administração acerca do inadimplemento e a consequente notificação da Contratada para regularização, com fixação de prazo. A contagem do atraso para fins de IMR terá início a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo fixado pela Administração para regularização da pendência. A apuração da falha tem finalidade estritamente gerencial e não implica reconhecimento de vínculo jurídico, contratual ou financeiro entre a Administração e o subcontratado, nem gera direito a pagamento direto.

5 PROCEDIMENTOS DE APURAÇÃO

5.1 O período de avaliação das desconformidades coincidirá com o ciclo de faturamento mensal.

5.2 Ao final de cada mês, a fiscalização consolidará as ocorrências, atribuindo a pontuação correspondente.

5.3 Caso a pontuação ultrapasse **40 pontos**, será emitido relatório circunstanciado e encaminhado à contratada, que terá **3 (três) dias úteis** para apresentar justificativas.

5.4 O contraditório e a ampla defesa serão assegurados antes da aplicação de qualquer glosa.

5.5 O resultado final será encaminhado ao **gestor do contrato** para homologação.

TABELA DE GRADUAÇÃO DE GLOSAS

Pontuação Total Mensal	Faixa de Desempenho	Glosa sobre o Valor Mensal ⁴
0 a 40 pontos	Execução satisfatória	0%
41 a 60 pontos	Execução regular	1%

⁴ A glosa incidirá sobre o valor total mensal faturado, abrangendo tanto a parcela fixa referente à mão de obra residente quanto a parcela variável correspondente aos serviços eventuais executados e atestados no período.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

61 a 80 pontos	Execução insatisfatória	3%
Acima de 80 pontos	Execução deficiente	5%

5.6 Durante os primeiros 60 (sessenta) dias de contrato, a título de carência, para que a CONTRATADA efetue os ajustes necessários à correta execução dos serviços, não serão aplicadas glosas no caso do relatório apontar pontuação acima de 40 (quarenta) pontos. A carência a que se refere o caput não será válida em caso de renovação contratual.

5.7 A aplicação das glosas acima não prejudicam a aplicação de outras penalidades a que a CONTRATADA esteja sujeita pelo não cumprimento das obrigações contratuais ou execução insatisfatória dos serviços, nos termos previstos em lei.

5.8 O IMR poderá ser revisado anualmente pela Administração, mediante justificativa técnica e anuência formal da contratada, por meio de termo aditivo, visando à adequação de indicadores, metas e pesos, desde que preservado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

ANEXO C

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão Eletrônico nº/20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

ANEXO D

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DO LOCAL

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal ou preposto, o(a) Sr(a). _____, portador da identidade nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, para todos os fins, estar familiarizado com a natureza e vulto dos serviços especificados, bem como com as técnicas necessárias ao perfeito desenvolvimento da execução do objeto. Declara ainda que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros.

Local, ____ de _____ de 2026.

(Nome completo do responsável ou preposto)

Assinatura



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

ANEXO E

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

1. IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE

- Razão Social: [Nome da Empresa]
- CNPJ: [00.000.000/0000-00]
- Endereço: [Logradouro, Bairro, Cidade/UF]
- Representante Legal: [Nome, CPF, E-mail]
- Dados Bancários: [Banco, Agência, Conta Corrente]

Ref.: Pregão Eletrônico nº XX/202X – Processo nº 1.15.000.002298/2025-71

Objeto: Prestação de serviços de engenharia de manutenção predial (equipe residente + serviços e materiais sob demanda).

2. VALORES DA PROPOSTA

2.1. MÃO DE OBRA RESIDENTE (DEDICAÇÃO EXCLUSIVA)

*Pagamento mensal fixo por posto de serviço, **sem incidência de BDI.***

Item	Posto de Trabalho	Qtd.	Valor Unit. Posto (R\$)	Valor Mensal (R\$)	Valor Total Anual (R\$)
1	Artífice/ Oficial de Manutenção Predial	2	R\$ [Valor]	R\$ [Valor]	R\$ [Valor]
TOTAL					R\$ [Valor]

2.2. SERVIÇOS E MATERIAIS SOB DEMANDA

*Remuneração por unidade executada (SINAPI/SICRO/SEINFRA, etc.), **com incidência de BDI.***



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

Item	Descrição	Desconto Ofertado (%)	BDI Adotado (%)	BDI (Máximo Admitido)
2	Materiais em Fortaleza (Não Críticos)	[X]%	[X]%	18,52%
3	Serviços em Fortaleza (Não Críticos)	[X]%	[X]%	28,31%
4	Serviços no Interior (ou Críticos)	[X]%	[X]%	31,33%
5	Materiais no Interior (ou Críticos)	[X]%	[X]%	21,30%

Nota explicativa (item 5.49.24): Para fins de aplicação dos percentuais majorados de BDI, consideram-se **Sistemas Críticos** as intervenções e os materiais relacionados a subestações de média tensão; grupos moto-geradores (GMG); sistemas de prevenção e combate a incêndio, incluindo redes de gás e sistemas de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA); sistemas de segurança eletrônica, tais como CFTV, alarmes e controle de acesso; fachadas especiais, a exemplo de painéis em ACM e brises; e impermeabilizações de lajes e reservatórios.

3. COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DO BDI (REGIME DESONERADO)

Em conformidade com o Acórdão nº 2.622/2013-Plenário/TCU e Lei nº 12.546/2011.

Componente	Serviços (Comum)	Serviços (Interior/Críticos)	Materiais (Comum)	Materiais (Interior/Críticos)
Adm. Central (AC)	[X]%	[X]%	[X]%	[X]%
Seguro + Garantia (S+G)	[X]%	[X]%	[X]%	[X]%
Risco (R)	[X]%	[X]%	[X]%	[X]%
Desp. Financeiras (DF)	[X]%	[X]%	[X]%	[X]%



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

Lucro (L)	[X]%	[X]%	[X]%	[X]%
Tributos (I)	[X]%	[X]%	[X]%	[X]%
BDI FINAL	[X]%	[X]%	[X]%	[X]%

Detalhamento dos Tributos (I):

1. *Serviços: PIS ([X]%), COFINS ([X]%), ISS ([X]%) e CPRB ([X]%).*
2. *Materiais: PIS ([X]%), COFINS ([X]%) e CPRB ([X]%). ISS zero.*

4. DECLARAÇÕES

1. Declaramos que a presente proposta foi elaborada considerando o regime tributário adotado por esta empresa à época de sua formulação, em conformidade com a legislação vigente.

[] A proposta foi elaborada **sob o Regime de Desoneração da Folha de Pagamento**, nos termos da Lei nº 12.546/2011, tendo sido excluída a cota patronal de 20% de INSS dos encargos sociais da mão de obra e substituída pela Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta – CPRB, à alíquota de []%, devidamente considerada na composição do BDI.

[] A proposta foi elaborada **sem a aplicação do Regime de Desoneração da Folha de Pagamento**, tendo sido considerada a incidência da contribuição patronal de 20% de INSS sobre a folha de pagamento, nos encargos sociais da mão de obra, conforme legislação previdenciária aplicável.

Declaramos, ainda, que o regime tributário adotado na composição da proposta reflete a situação fiscal da empresa e que eventuais alterações supervenientes de natureza legal ou normativa serão tratadas nos termos da legislação aplicável ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

2. Declaramos ciência de que os BDIs majorados ([X]% e [X]%) aplicam-se **exclusivamente** às intervenções em subestações, grupos geradores, incêndio/SPDA, segurança eletrônica, fachadas especiais e impermeabilização, além de qualquer serviço no interior.
3. Declaramos ciência de que os deslocamentos para o interior serão indenizados por km rodado (conforme Portaria PGR/MPU), **sem incidência de BDI**.
4. Declaramos que tomamos conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações (Conforme Anexo D do TR).
5. **Validade da Proposta:** [Mínimo de 60 ou 90 dias, conforme edital].
6. Comprometemo-nos a iniciar a execução do objeto conforme os prazos estipulados em cada Ordem de Serviço emitida pela Administração.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

5. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Acompanha esta proposta a planilha de custos e formação de preços referente ao item 2.1 desta proposta (Mão de Obra Residente), contemplando, ainda, as planilhas de uniformes, materiais de consumo, EPIs, ferramentas e equipamentos, bem como a composição analítica de cada BDI, todas devidamente assinadas pelo responsável.

[Local e Data]

Assinatura do Representante Legal



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

Apêndice

ETP



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

EDITAL - ANEXO II
DECLARAÇÕES

(NOME DA EMPRESA, CNPJ, ENDEREÇO, etc.), neste ato representada por (REPRESENTANTE DA EMPRESA), portador do RG nº, inscrito sob CPF nº....., sob as penas da lei, para todos os fins, na qualidade de proponente na **PREGÃO ELETRÔNICO Nº Nº 1/2025**, realizado pela Procuradoria da República na Ceará, **DECLARA** que:

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE – RESOLUÇÃO CNMP Nº 37/2009

Nos termos do art. 3º da Resolução nº 37, de 28.04.2009, atualizada, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, para fins de contratação de prestação de serviços junto à Procuradoria da República no Ceará:

() os sócios desta empresa, bem como seus gerentes e diretores **não são** cônjuges, companheiros(as) ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, **até o terceiro grau**, inclusive, de membro ocupante de cargo de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidor ocupante de cargo de direção, chefia e assessoramento do Ministério Público Federal.

() os sócios desta empresa, bem como seus gerentes e diretores **são** cônjuges, companheiros(as) ou parentes, até o terceiro grau, de membro ocupante de cargo de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidor ocupante de cargo de direção, chefia e assessoramento do Ministério Público Federal, abaixo identificado(s):

Nome do membro ou servidor: _____

Cargo: _____

Órgão de Lotação: _____

Grau de Parentesco: _____

DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Atende aos critérios de sustentabilidade ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, conforme estabelece a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, especialmente quanto ao art. 6º da referida instrução.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE TRABALHO ESCRAVO, NÃO EXPLORAÇÃO DE TRABALHO
INFANTOJUVENIL E NÃO DISCRIMINAÇÃO**

- () Declara não ter sido condenada, a licitante ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe:
- a Constituição Federal de 1988 em seu inciso IV do art. 3º; inciso I do art. 5º; e
 - os arts. 38 e 39 do Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.
- () Declara não explorar o trabalho infantojuvenil, em atenção ao que dispõe:
- o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988;
 - o Título III do Capítulo IV do Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943 (CLT);
 - os arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069, de 19 de julho de 1990 (ECA);
 - a Lei nº 8.069, de 19 de julho de 1990;
 - o Decreto nº 6.841, de 12 de junho de 2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.
- () Declara não ter sido condenada, a empresa ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988, nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal (dispositivos que tratam do trabalho análogo ao de escravo e tráfico de pessoas para esse fim), Decreto nº 5.017/2004, que promulga o Protocolo de Palermo e as convenções OIT 29 e 105.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

**DECLARAÇÃO POR NÃO ULTRAPASSAR A RECEITA BRUTA MÁXIMA ADMITIDA
PARA ENQUADRAMENTO COMO EPP, NO EXERCÍCIO, EM CONTRATOS FIRMADOS
COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Declara que no ano-calendário de realização da presente LICITAÇÃO, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de **enquadramento como empresa de pequeno porte**, em observância do § 2º, do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

LOCAL E DATA DA ASSINATURA



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

**ANEXO III AO EDITAL –
MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**

CONTRATO PR/CE Nº xx/2026

Contrato celebrado entre a União, por intermédio da Procuradoria da República no Estado do Ceará, e a empresa _____ visando à prestação de serviços de engenharia de manutenção predial, abrangendo todas as unidades do Ministério Público Federal no Ceará.

A União, por intermédio da Procuradoria da República no Estado do Ceará, CNPJ nº 26.989.715/0011-84, situada na Rua João Brígido, nº 1260, CEP 60135-080, Joaquim Távora, Fortaleza-CE, neste ato representada por seu Secretário Estadual, Sr. **Cícero Erivelthon Gomes de Melo**, matrícula funcional nº 23806, designado pela Portaria MPF/PRCE nº 757/2017, publicada no D.O.U, Seção 2, em 03/10/2017, doravante denominada CONTRATANTE, e a e a empresa _____, inscrito no CNPJ nº _____, localizada _____ e-mail _____, neste ato representada pelo seu representante legal, Sr. _____, doravante designada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo nº 1.15.000.002298/2025-71 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 03/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem por objeto a Contratação de serviços de engenharia de manutenção predial, destinados a assegurar o atendimento contínuo, integrado e eficiente das instalações da Procuradoria da República no Estado do Ceará — sede em Fortaleza e Procuradorias da República nos Municípios de Sobral, Juazeiro do Norte e Limoeiro do Norte —, incluindo o fornecimento de todos os insumos, ferramentas, materiais e equipamentos necessários à execução plena dos serviços, conforme condições, especificações técnicas e demais exigências estabelecidas neste Termo de Contrato e em seus anexos.

MÃO DE OBRA RESIDENTE



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

ITEM	POSTO	QUANTIDADE
1	Artífice/Oficial de Manutenção Predial (CATSER 1627)	2
FORNECIMENTO DE MATERIAIS (SOB DEMANDA)		
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
2	Fornecimento de material para os residentes (sob demanda). (CATSER 1627)	1
SERVIÇOS EVENTUAIS (SOB DEMANDA)		
FORTALEZA/CE		
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
3	Contratação de serviços técnicos profissionais comuns de engenharia, de natureza preditiva, detectiva, preventiva, corretiva, evolutiva (pequenas reformas e melhorias) e consultiva, eventuais ou programados (sob demanda), voltados à manutenção predial das instalações da Procuradoria da República no Estado do Ceará – Ed. Sede e Anexos (Fortaleza/CE), com fornecimento integral de materiais, insumos, peças, EPIs, ferramentas e equipamentos necessários à execução. (CATSER 1627)	1
SOBRAL/CE		
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
4	Contratação de serviços técnicos profissionais comuns de engenharia, de natureza preditiva, detectiva, preventiva, corretiva, evolutiva (pequenas reformas e melhorias) e consultiva, eventuais ou programados (sob demanda), voltados à manutenção predial das instalações da Procuradoria da República em Sobral/CE, com fornecimento integral de materiais, insumos, peças, EPIs, ferramentas e equipamentos necessários à execução. (CATSER 1627)	1
LIMOEIRO DO NORTE/CE		
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

5	Contratação de serviços técnicos profissionais comuns de engenharia, de natureza preditiva, detectiva, preventiva, corretiva, evolutiva (pequenas reformas e melhorias) e consultiva, eventuais ou programados (sob demanda), voltados à manutenção predial das instalações da Procuradoria da República em Limoeiro do Norte/CE , com fornecimento integral de materiais, insumos, peças, EPIs, ferramentas e equipamentos necessários à execução. (CATSER 1627)	1
JUAZEIRO DO NORTE/CE		
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
6	Contratação de serviços técnicos profissionais comuns de engenharia, de natureza preditiva, detectiva, preventiva, corretiva, evolutiva (pequenas reformas e melhorias) e consultiva, eventuais ou programados (sob demanda), voltados à manutenção predial das instalações da Procuradoria da República em Juazeiro do Norte/CE , com fornecimento integral de materiais, insumos, peças, EPIs, ferramentas e equipamentos necessários à execução. (CATSER 1627)	1

1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1 O Termo de Referência;

1.2.2 O Edital da Licitação;

1.2.3 A Proposta da CONTRATADA;

1.2.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados a partir de **30 de março de 2026**, podendo ser prorrogado por períodos sucessivos, **até o limite de 10 (dez) anos**, conforme o disposto nos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de execução, constam no Item 5 do Termo de Referência – Anexo I a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA GESTÃO CONTRATUAL

As regras de gestão contratual constam do Item 6 do Termo de Referência – Anexo I a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

MÃO DE OBRA RESIDENTE					
ITEM	POSTO	QTD.	VL. UNIT. MENSAL	VL. TOTAL MENSAL	VL. TOTAL ANUAL
1	Artífice/Oficial de Manutenção Predial (CATSER 1627)	2			
FORNECIMENTO DE MATERIAIS (SOB DEMANDA)					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	VL.	VL. ESTIMADO	



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)

PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL

			ESTIMADO MENSAL	ANUAL
2	Fornecimento de material para os residentes (sob demanda). (CATSER 1627)	1	R\$	R\$
SERVIÇOS EVENTUAIS (SOB DEMANDA)				
FORTALEZA/CE				
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	VL. ANUAL (ESTIMADO)	
3	Contratação de serviços técnicos profissionais comuns de engenharia, de natureza preditiva, detectiva, preventiva, corretiva, evolutiva (pequenas reformas e melhorias) e consultiva, eventuais ou programados (sob demanda), voltados à manutenção predial das instalações da Procuradoria da República no Estado do Ceará – Ed. Sede e Anexos (Fortaleza/CE) , com fornecimento integral de materiais, insumos, peças, EPIs, ferramentas e equipamentos necessários à execução. (CATSER 1627)	1	R\$	
SOBRAL/CE				
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	VL. ANUAL (ESTIMADO)	
4	Contratação de serviços técnicos profissionais comuns de engenharia, de natureza preditiva, detectiva, preventiva, corretiva, evolutiva (pequenas reformas e melhorias) e consultiva, eventuais ou programados (sob demanda), voltados à manutenção predial das instalações da Procuradoria da República em Sobral/CE , com fornecimento integral de materiais, insumos, peças, EPIs, ferramentas e equipamentos necessários à execução. (CATSER 1627)	1	R\$	
LIMOEIRO DO NORTE/CE				
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	VL. ANUAL (ESTIMADO)	
5	Contratação de serviços técnicos profissionais comuns de engenharia, de natureza preditiva, detectiva, preventiva, corretiva, evolutiva (pequenas reformas e melhorias) e consultiva,	1	R\$	



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

	eventuais ou programados (sob demanda), voltados à manutenção predial das instalações da Procuradoria da República em Limoeiro do Norte/CE , com fornecimento integral de materiais, insumos, peças, EPIs, ferramentas e equipamentos necessários à execução. (CATSER 1627)		
JUAZEIRO DO NORTE/CE			
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	VL. ANUAL (ESTIMADO)
6	Contratação de serviços técnicos profissionais comuns de engenharia, de natureza preditiva, detectiva, preventiva, corretiva, evolutiva (pequenas reformas e melhorias) e consultiva, eventuais ou programados (sob demanda), voltados à manutenção predial das instalações da Procuradoria da República em Juazeiro do Norte/CE , com fornecimento integral de materiais, insumos, peças, EPIs, ferramentas e equipamentos necessários à execução. (CATSER 1627)	1	R\$
1 - Valor anual estimado da mão de obra residente			R\$
2 - Valor anual estimado com materiais e serviços eventuais sob demanda			R\$
Valor total anual estimado da contratação (soma dos itens 1 e 2)			R\$

5.1. O valor mensal da contratação, para os serviços continuados de manutenção predial é de **R\$ _____** (), perfazendo o valor total de **R\$ _____** () para o período de **30/03/2026 a 29/03/2027**.

5.2. A parcela variável da contratação, correspondente aos serviços eventuais (sob demanda) corresponde a **R\$ _____** ().

5.3. Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Os critérios de medição e pagamento são os constantes no Item 7, subitens 7.1 a 7.42 do Termo de Referência – Anexo I a este Contrato.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

CLÁUSULA SÉTIMA – DA REPACTUAÇÃO E REAJUSTE

AS regras de repactuação e reajuste são as constantes no Item 7, subitens 7.43 a 7.86 do Termo de Referência – Anexo I a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e no Termo de Contrato;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.9. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data do fornecimento, pela CONTRATADA, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.12. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

8.1.13. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

8.1.14. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela CONTRATADA, das normas de segurança e saúde no trabalho,



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

8.1.15. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

8.1.16. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

9.1.2. Responsabilizar-se por danos causados aos equipamentos e componentes dos equipamentos descritos neste documento, decorrentes de falha, negligência, imprudência, imperícia ou dolo dos empregados da CONTRATADA na manutenção ou operação, arcando com todas as despesas necessárias, inclusive a substituição de peças, que se verificarem necessárias ao restabelecimento das condições originais dos equipamentos, dentro de 30 (trinta) dias, após a comunicação que lhe deverá ser feita por escrito;

9.1.3. A responsabilização também se estende aos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.4. Comunicar, imediatamente, a ocorrência ou indício de furto ou vandalismo em componentes dos equipamentos relacionados com o Contrato, como seria o caso do desaparecimento de componentes ou substituição por duas vezes seguidas de um determinado componente no mesmo local num período inferior a um mês;

9.1.5. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da conclusão do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.6. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual.

9.1.7. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.1.8. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

9.1.9. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Edital e de seus anexos, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.1.10. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.11. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.1.12. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.13. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da CONTRATADA;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.14. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.1.15. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.1.16. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.17. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.

9.1.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.1.19. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.1.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

- 9.1.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.1.22. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.1.23 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;
- 9.1.24. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.1.25. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.1.26. Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
- 9.1.27. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 9.1.28. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.1.29. Respeitar os princípios de proteção de dados pessoais elencados na Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 e suas alterações.
- 9.1.30. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.1.31. Compatibilizar dentro do horário de expediente os serviços de manutenção preventiva com as solicitações e necessidades de manutenção corretiva;
- 9.1.32. Os serviços que exigirem a paralisação das instalações deverão ser executados em horário que não dificulte o desempenho das atividades da CONTRATANTE, inclusive se necessário aos finais de semana, feriados, ou fora do horário normal de expediente;
- 9.1.33. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 9.1.34. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 9.1.35. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 9.1.36. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo a CONTRATADA relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 9.1.37. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

conduta seja considerada indesejável pela fiscalização do contratante.

9.1.38. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

9.1.39. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

9.1.40. Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

9.1.41. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

9.1.42. Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.1.51. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.1.52. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

9.1.53. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.1.54. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.1.55. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

10.1. A CONTRATADA, atuando na condição de operador, adere à Política de Privacidade e Proteção de



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

Dados Pessoais do Ministério Público Federal e se compromete a cumprir a legislação de proteção de dados pessoais, especialmente o disposto na Resolução nº 281, de 12 de dezembro de 2023, do Conselho Nacional do Ministério Público, que institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais no Ministério Público, a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018), o Marco Civil da Internet (Lei Federal nº 12.965/14) e demais regulamentos emitidos pelas autoridades competentes.

10.2. No tratamento de dados pessoais que lhe forem confiados pela CONTRATANTE, a CONTRATADA se obriga a:

10.2.1. Realizar o tratamento de dados pessoais estritamente para as finalidades estabelecidas neste contrato, observando fielmente as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE;

10.2.2. Adotar medidas técnicas e administrativas adequadas de segurança que garantam a inviolabilidade, a confidencialidade, a disponibilidade e a integridade dos dados pessoais, nos termos definidos na legislação, em normas administrativas do CONTRATANTE e nos instrumentos contratuais, tais como: (i) mecanismos de autenticação de acesso aos registros, como sistemas de autenticação dupla para assegurar a individualização do responsável pela atividade, (ii) anonimização, pseudonimização e encriptação dos dados pessoais, quando aplicável, (iii) recursos que permitam a restauração da disponibilidade e do acesso aos dados pessoais de forma rápida em caso de incidente, e (iv) processo de verificação contínua da implementação das referidas medidas técnicas e organizacionais;

10.2.3. Manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, com condições de rastreabilidade e de fornecer prova eletrônica a qualquer tempo, contemplando os registros de conexão e de acesso a aplicações, o arquivo acessado, o momento, a duração, o motivo, a identidade do funcionário ou do responsável pelo acesso, consulta ou divulgação, e a identidade dos destinatários dos dados, se for o caso;

10.2.4. Facultar acesso a dados pessoais somente em casos estritamente necessários e para pessoal autorizado e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, devendo a prova do compromisso estar disponível em caráter permanente para exibição ao CONTRATANTE em caso de solicitação (segue, em anexo, o modelo de TCMS sugerido pela Unidade Especial de Proteção de Dados Pessoais – UEPDAP/CNMP);

10.2.5. Permitir a realização de auditorias, incluindo inspeções pelo CONTRATANTE ou por quem por ele autorizado, e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas;

10.2.6. Compartilhar com a CONTRATANTE qualquer requisição de titular de dados pessoais, bem como auxiliar, sempre que demandado, no atendimento de obrigações perante titulares de dados pessoais, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis do pedido;

10.2.7. Comunicar, de maneira formal e imediata, ao Encarregado de Proteção de Dados Pessoais do CONTRATANTE, com tolerância de no máximo 48 (quarenta e oito) horas, a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções, devendo a comunicação conter, no mínimo, as seguintes informações: (i) data e hora do incidente, (ii) data e hora da ciência pela



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

CONTRATADA, (iii) relação dos tipos de dados pessoais afetados pelo incidente, (iv) quantidade de usuários afetados (volumetria do incidente) e, se possível, a relação desses indivíduos, (v) dados de contato do Encarregado da CONTRATADA ou, não havendo Encarregado, a pessoa junto à qual seja possível obter mais informações sobre o ocorrido, (vi) descrição das possíveis consequências do incidente, e (vii) medidas que estão sendo tomadas para a mitigação dos riscos ou a reversão dos efeitos;

10.2.8. Informar os motivos da demora, no caso de a comunicação referente ao item anterior não ter sido imediata;

10.2.9. Anonimizar ou devolver para o CONTRATANTE todos os dados pessoais que lhe foram confiados e descartar, de forma irrecuperável, as cópias, após a satisfação da finalidade respectiva ou o encerramento do tratamento por decurso de prazo ou por extinção de vínculo legal ou contratual, a não ser que a conservação dos dados seja decorrente de uma obrigação legal;

10.2.10. Não transferir ou compartilhar com terceiros os dados pessoais tratados em razão da presente relação contratual, sem prévia autorização do CONTRATANTE, assumindo todos os ônus decorrentes de qualquer compartilhamento que venha a realizar;

10.2.11. Caso autorizada a subcontratação, impor à subcontratada as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados presentes nesse instrumento contratual;

10.2.12. Não realizar transferência internacional de dados pessoais sem prévia autorização do CONTRATANTE; e

10.2.13. Registrar as atividades que envolvam transferência internacional de dados pessoais, indicando o país ou organização de destino e adotando as garantias necessárias para que a transferência seja realizada de acordo com a legislação de proteção de dados pessoais e as orientações das autoridades competentes.

10.3. O CONTRATANTE pode requisitar, a qualquer tempo, informações a respeito do tratamento dos dados pessoais confiados à CONTRATADA, respeitando-se o sigilo empresarial e as demais proteções legais.

10.4. A CONTRATADA é obrigada a reparar os danos causados ao CONTRATANTE e aos titulares de dados pessoais em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais em violação da legislação de proteção de dados pessoais ou deste contrato, seja diretamente ou por meio de seus empregados, representantes ou terceiros contratados.

10.5. É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.6. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.6.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.7. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

10.8. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes no Item 4, subitens 4.1.18 a 4.1.47 do Termo de Referência – Anexo I a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES CONTRATUAIS E ADMINISTRATIVAS

SEÇÃO I

DAS PENALIDADES CONTRATUAIS

12.1 A multa de mora e a multa compensatória possuem natureza cível e se distinguem da multa sancionatória do art. 156, inc. II, da Lei nº 14.133/2021.

12.2 O atraso injustificado no cumprimento das obrigações principais sujeitará a contratada à multa de mora de 1% (um por cento) ao dia, aplicada sobre o valor da parcela inadimplida ou, quando não for possível calcular essa parcela, sobre o valor da fatura correspondente ao período em que ocorreu a falha, até o limite de 10 (dez) dias.

12.2.1 Considera-se obrigação principal a execução mensal integral, contínua e ininterrupta dos Serviços Continuados de Engenharia, abrangendo as atividades de manutenção preventiva, preditiva e corretiva de baixa complexidade, bem como o atendimento tempestivo das demandas sob demanda, em conformidade com o escopo definido neste Termo de Referência, nas unidades do CONTRATANTE.

12.2.2 Essa obrigação essencial compreende, dentre outros aspectos:

I – a execução das rotinas de manutenção preventiva programada;

II – a disponibilização de mão de obra técnica compatível para a execução dos serviços corretivos;

III – o fornecimento de materiais, insumos e equipamentos necessários, quando aplicável;

IV – o atendimento às ordens de serviço emitidas pela fiscalização, dentro dos prazos estabelecidos;

V – a elaboração, atualização e registro dos planos, cronogramas, relatórios e demais documentos operacionais previstos no contrato.

12.2.3 A inexecução total ou parcial dessas obrigações, inclusive o atraso injustificado na implantação ou atualização dos instrumentos de planejamento e controle previstos neste Termo de Referência, configura inexecução da obrigação principal, para fins de aplicação das sanções contratuais cabíveis.

12.3 O atraso injustificado no cumprimento das obrigações secundárias sujeitará a contratada à multa de mora de **0,5% (cinco décimos por cento) ao dia**, aplicada sobre o valor da parcela inadimplida ou, quando não for possível calcular essa parcela, sobre o valor da fatura referente ao período em que ocorreu a falha, **até o limite de 20 (vinte) dias**.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

12.3.1 Consideram-se **obrigações secundárias**, para os fins deste contrato, os **deveres acessórios, instrumentais ou de conformidade**, que **não integram diretamente a execução do objeto principal**, mas são necessários ao adequado acompanhamento, controle e regularidade da execução contratual.

12.3.2 Enquadram-se como **obrigações secundárias**, dentre outras:

12.3.2.1.O atraso injustificado na elaboração, atualização ou entrega de planos, relatórios, diagnósticos, registros de execução, evidências fotográficas, medições, planilhas, Anotações de Responsabilidade Técnica – ART ou Registros de Responsabilidade Técnica – RRT, quando exigidos, bem como de quaisquer outros documentos técnicos, operacionais ou administrativos obrigatórios, previstos neste Termo de Referência ou formalmente solicitados pela fiscalização, para fins de planejamento, acompanhamento, medição, controle contratual ou responsabilização técnica;

12.3.2.1. o atraso injustificado ou o descumprimento das obrigações legais e contratuais de conformidade, inclusive aquelas relacionadas à segurança do trabalho, à gestão ambiental, ao descarte adequado de resíduos e à observância das normas técnicas aplicáveis.

12.4 Considera-se justificado o atraso nas hipóteses previstas no art. 21, § 1º, da Portaria PGR/MPU nº 178/2023, dentre as quais:

- i) - alteração do projeto ou especificações pela Administração;
- ii) superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- iii) - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;
- iv) aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei nº 14.133, de 2021;
- v) impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência; e
- vi) omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

12.5 A aplicação da multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

12.6 A multa compensatória constitui o valor mínimo da indenização devida, cabendo indenização suplementar sempre que o montante da multa não for suficiente para assegurar a reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.7 Nas contratações de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a CONTRATADA



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

deverá apresentar, quando solicitado pela Administração, sob pena de multa, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:

I - registro de ponto;

II - recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

III - comprovante de depósito do FGTS;

IV - recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;

V - recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;

VI - recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

12.8 O descumprimento da obrigação prevista no item anterior sujeitará a CONTRATADA à multa, graduada em percentual incidente sobre o valor do salário dos empregados cujas comprovações não tiverem sido apresentadas, para cada mês de referência, nos termos do art. 22 da Portaria PGR/MPU nº 178/2023.

12.8.1 A multa será de 1% sobre o valor do salário dos empregados cujas comprovações não foram feitas, incidindo em cada mês de referência.

12.8.2 O valor total das multas aplicadas com fundamento na ausência de comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) não podem ultrapassar 10% (dez por cento) do valor total do contrato.

12.9 A multa moratória, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, será de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento).

12.9.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia das contratações autoriza a Administração Pública a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

12.10 A aplicação da multa de mora e de demais multas contratuais não afasta a possibilidade de rescisão contratual ou de aplicação de outras sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste instrumento.

12.11. O registro e a publicação das penalidades tratadas nesta seção (natureza cível/contratual) no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), bem como no CEIS e no CNEP, **ficam dispensados**, uma vez que tais medidas não se confundem com as sanções de natureza administrativa.

SEÇÃO II

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.11 Os parâmetros para a aplicação de penalidades nas infrações cometidas em certames e contratos administrativos no âmbito do Ministério Público Federal, que serão levados em consideração durante toda a vigência da contratação, estão estabelecidos na Portaria PGR/MPU Nº 178, de 13 de setembro de 2023,



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

que dispõe sobre o procedimento preliminar e o processo de apuração de responsabilidade e aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aos licitantes e contratados, no âmbito do Ministério Público da União e da Escola Superior do Ministério Público da União.

12.12 Comete infração administrativa o fornecedor ou CONTRATADA que incidir em quaisquer das condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, especialmente:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 6.12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.13 Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º daquele artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- iv) **Multa sancionatória**, prevista no art. 156, inc. II, da Lei nº 14.133/2021, que poderá ser aplicada ao infrator de forma isolada ou cumulativa com as demais espécies de sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

12.14 No caso das infrações previstas no art. 155, I, II, III e VII, da Lei nº 14.133/2021, será observado o seguinte critério para a quantificação da multa sancionatória, que incidirá sobre o valor anual do contrato, nas condutas de:

- i) dar causa à inexecução parcial do contrato: 0,5% a 5% do valor anual do contrato;
- ii) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: 5% a 10% do valor anual do contrato;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

iii) dar causa à inexecução total do contrato: 10% a 30% do valor anual do contrato;

iv) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: 5% a 30% do valor anual do contrato.

12.15 Exceto para as infrações previstas nos incisos I, II, III e VII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, nas demais infrações do art. 155, os limites mínimo ou máximo estabelecidos na cláusula anterior poderão ser ultrapassados em face dos demais critérios de dosimetria da sanção previstos na Portaria PGR/MPU nº 178/2023.

12.16 Decorridos 21 (vinte e um) dias de mora da obrigação secundária assumida pela CONTRATADA, o inadimplemento será caracterizado como infração administrativa, tipificada como inexecução parcial do contrato, prevista no art.155, I, da Lei nº 14.133/2021.

12.17 Decorridos 21 (vinte e um) dias de mora da obrigação secundária assumida pela CONTRATADA, e tendo causado dano à Administração, o inadimplemento será caracterizado como infração administrativa, tipificada como Inexecução parcial do contrato com dano, prevista no art.155, II, da Lei nº 14.133/2021.

12.18 Decorridos 11 (onze) dias de mora da obrigação principal assumida pela CONTRATADA, o inadimplemento será caracterizado como infração administrativa, tipificada como ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da contratação sem motivo justificado, prevista no art.155, VII, da Lei nº 14.133/2021.

SEÇÃO III

DOS PROCEDIMENTOS E PROCESSOS

12.19 Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.20 A dosimetria da sanção será feita em três fases, obedecendo critérios previstos na Portaria PGR 178/2023 para fins de dosimetria.

12.21 As multas contratuais, de natureza cível, tal como a multa de mora, serão cobradas por meio de processo sumário específico por meio de procedimento que possibilite prazo razoável para a defesa, motivação da decisão e possibilidade de pedido de reconsideração e recurso.

12.22 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo sumário ou de responsabilização previstos na Portaria PGR/MPU nº 178/2023.

12.23 Quando a multa de mora e outras penalidades contratuais, de natureza cível, forem conexas com infração administrativa, poderá seu processo e aplicação ser feita no mesmo processo, salvo quando inconveniente em razão da demora ou da sua complexidade. As multas contratuais podem ser aplicadas cumulativamente com as multas sancionatórias.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

12.24 Tanto as multas contratuais, de natureza cível, quanto à multa sancionatória do art. 156, inc. II, da Lei nº 14.133/2021, serão cobradas em conformidade com o art. 76 da Portaria PGR/MPU nº 178/2023, podendo ocorrer o desconto dos créditos que a contratada tiver direito, decorrentes do mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o interessado possua com o mesmo órgão ou entidade sancionadora do MPU ou da ESMPU, bem como desconto da garantia.

12.25 É dever da Contratada comunicar à contratante toda e qualquer alteração de e-mail.

12.26 As intimações do processo sumário e de responsabilização serão realizadas na forma prevista pela PORTARIA PGR/MPU Nº 178/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR

1. FINALIDADE E APLICAÇÃO

1.1 O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) tem por objetivo aferir o desempenho da contratada na execução dos serviços contínuos de manutenção predial, considerando os níveis de serviço (SLA) e os indicadores de desempenho.

1.2 O IMR servirá de base para a apuração de glosas, avaliação de desempenho e gestão da qualidade contratual.

2 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

2.1 A aferição do desempenho mensal da contratada considerará:

- a) Cumprimento dos prazos e padrões de qualidade dos serviços (SLA);
- b) Regularidade técnica, administrativa e de comunicação com a fiscalização;
- c) Aderência aos indicadores de desempenho (KPIs); e
- d) Observância às normas de segurança do trabalho, sustentabilidade e conformidade legal.

2.2. A pontuação será atribuída com base em registros formais da fiscalização técnica e administrativa, em dados do sistema eletrônico de ordens de serviço e em eventuais reclamações verificadas junto aos usuários internos.

3. INDICADORES DE DESEMPENHO (KPIs)

3.1 A contratada deverá manter desempenho mínimo nos seguintes indicadores:

Indicador	Meta Mínima	Frequência de Apuração	Fonte de Verificação
-----------	-------------	------------------------	----------------------



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

Chamados atendidos dentro do prazo (SLA)	≥ 80%	Mensal	Sistema eletrônico de OS
Execução das manutenções preventivas dentro do cronograma	≥ 80%	Mensal	Relatórios técnicos

4. PONTUAÇÃO DE FALHAS E OCORRÊNCIAS

4.1 A pontuação mensal será apurada pela fiscalização, considerando as desconformidades verificadas.

4.2 A seguir, a tabela de falhas padronizada para registro das ocorrências:

Item	Falha Identificada	Unidade de Medida	Pontos
01	Deixar de atingir a meta mínima estabelecida para o indicador “Chamados atendidos dentro do prazo (SLA)”.	Por mês	7
02	Deixar de atingir a meta mínima estabelecida para o indicador “Execução das manutenções preventivas dentro do cronograma”.	Por mês	6
03	Executar serviço sem utilização de equipamentos de proteção individual (EPI), quando exigido.	Por ocorrência	4
04	Atrasar o pagamento de salários, benefícios ou obrigações trabalhistas previstos em lei, convenção, acordo coletivo ou contrato.	Por dia de atraso	5
05	Atrasar, injustificadamente, o pagamento de prestadores de serviços ou empresas subcontratadas regularmente autorizadas, quando tal inadimplemento comprometer ou puder comprometer a execução contratual.	Por dia de atraso	4
06	Atrasar a entrega de materiais, ferramentas ou equipamentos previstos no contrato ou no Termo de Referência.	Por dia de atraso	3
07	Deixar de repor ferramentas ou equipamentos desgastados,	Por dia de atraso	3



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

	danificados ou inoperantes, quando solicitado pela fiscalização.		
08	Não repor, quando tempestivamente comunicado e solicitado pela Administração, a ausência de profissional.	Por ocorrência	4
09	Entregar com atraso documentos exigidos no contrato, no Termo de Referência, em seus anexos ou pela fiscalização.	Por dia de atraso	2
10	Deixar de manter atualizada a documentação de habilitação exigida pela Administração.	Por ocorrência	3
11	Descumprir o horário de trabalho estabelecido no contrato ou determinado pela fiscalização.	Por ocorrência	2
12	Não atender, responder ou cumprir, nos prazos estabelecidos, solicitações formais da Administração ou da fiscalização.	Por ocorrência	3
13	Entregar fardamento em desacordo com o previsto no contrato ou atrasar sua entrega.	Por ocorrência	2
14	Descumprir obrigações contratuais de sustentabilidade (como logística reversa e descarte ambiental adequado).	Por ocorrência	3

Nota Explicativa (Geral)

Para os itens do IMR cuja unidade de medida seja “por dia de atraso”, a contagem terá início a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo fixado pela Administração para regularização da pendência, após ciência formal da Contratada, não sendo computado como atraso o período anterior à notificação.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

Nota específica – Item 05

A caracterização da falha prevista no item 05 pressupõe ciência formal da Administração acerca do inadimplemento e a consequente notificação da Contratada para regularização, com fixação de prazo. A contagem do atraso para fins de IMR terá início a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo fixado pela Administração para regularização da pendência. A apuração da falha tem finalidade estritamente gerencial e não implica reconhecimento de vínculo jurídico, contratual ou financeiro entre a Administração e o subcontratado, nem gera direito a pagamento direto.

5. PROCEDIMENTOS DE APURAÇÃO

- 5.1. O período de avaliação das desconformidades coincidirá com o ciclo de faturamento mensal.
- 5.2. Ao final de cada mês, a fiscalização consolidará as ocorrências, atribuindo a pontuação correspondente.
- 5.3. Caso a pontuação ultrapasse 40 pontos, será emitido relatório circunstanciado e encaminhado à contratada, que terá 3 (três) dias úteis para apresentar justificativas.
- 5.4. O contraditório e a ampla defesa serão assegurados antes da aplicação de qualquer glosa.
- 5.5. O resultado final será encaminhado ao gestor do contrato para homologação.

TABELA DE GRADUAÇÃO DE GLOSAS

Pontuação Total Mensal	Faixa de Desempenho	Glosa sobre o Valor Mensal ⁵
0 a 40 pontos	Execução satisfatória	0%
41 a 60 pontos	Execução regular	1%
61 a 80 pontos	Execução insatisfatória	3%
Acima de 80 pontos	Execução deficiente	5%

⁵ A glosa incidirá sobre o valor total mensal faturado, abrangendo tanto a parcela fixa referente à mão de obra residente quanto a parcela variável correspondente aos serviços eventuais executados e atestados no período.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

5.6. Durante os primeiros 60 (sessenta) dias de contrato, a título de carência, para que a CONTRATADA efetue os ajustes necessários à correta execução dos serviços, não serão aplicadas glosas no caso do relatório apontar pontuação acima de 40 (quarenta) pontos. A carência a que se refere o caput não será válida em caso de renovação contratual.

5.7. A aplicação das glosas acima não prejudicam a aplicação de outras penalidades a que a CONTRATADA esteja sujeita pelo não cumprimento das obrigações contratuais ou execução insatisfatória dos serviços, nos termos previstos em lei.

5.8. O IMR poderá ser revisado anualmente pela Administração, mediante justificativa técnica e anuência formal da contratada, por meio de termo aditivo, visando à adequação de indicadores, metas e pesos, desde que preservado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. As regras de subcontratação parcial do objeto estão descritas no Item 4, subitens 4.1.6 a 4.1.17 do Termo de Referência – Anexo I a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

15.1. Os empregados e prepostos da CONTRATADA não terão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO

16.1. A associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação devem ser comunicadas à Contratante para que este delibere sobre a adjudicação do objeto ou manutenção do contrato, sendo essencial para tanto que a nova CONTRATADA comprove atender a todas as exigências de habilitação previstas no Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO SISTEMA DE PETICIONAMENTO ELETRÔNICO

17.1. Nos termos do art. 9º da Portaria PGR/MPF Nº 1.213, de 26 de dezembro de 2018, toda documentação encaminhada pela CONTRATADA será recebida **exclusivamente** por meio do **Sistema de Protocolo Eletrônico**, disponível no Portal do MPF.

17.1.1. Para a assinatura deste contrato, de eventuais termos aditivos bem como de quaisquer documentos



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

eletrônicos elaborados pela CONTRATANTE, inclusive notas fiscais, documentos referentes a pagamento e pedidos de reajuste e/ou repactuação, o(a) representante da CONTRATADA legalmente constituído(a) para tanto deverá ter **cadastro ativo no Sistema de Peticionamento Eletrônico**, também disponível no Portal do MPF.

17.1.2. O acesso ao Sistema de Peticionamento Eletrônico deverá ser feito pelo(a) próprio(a) interessado(a) por meio da sua conta gov.br.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

18.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

18.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

18.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

18.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

18.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

18.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

18.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

18.3.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

18.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

18.4.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

18.4.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

18.4.3. Das indenizações e multas.

18.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

18.6. O CONTRATANTE poderá ainda:

18.6.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

18.6.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

18.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS ALTERAÇÕES

19.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

19.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

19.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1. As despesas com a execução deste Contrato correrão, no presente exercício, à conta das Categorias Econômicas 3.0.0.0.00 – Despesas Correntes; 3.3.0.0.00 – Outras Despesas Correntes; 3.3.90.00 – Aplicações Diretas, sendo a mão de obra residente custeada pelo elemento 3.3.90.37 – Locação de Mão de Obra, e os serviços eventuais, sob demanda, custeados pelo elemento 3.3.90.39 – Outros Serviços de



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

Terceiros – Pessoa Jurídica, ambos vinculados ao Programa/Atividade 03062003142640001, do Plano Interno MBASIC.

20.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

20.3. Para a cobertura das despesas relativas ao corrente exercício, foi emitida a Nota de Empenho nº _____, na data de _____, à conta da dotação especificada nesta Cláusula.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

21.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

22.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO

23.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal da Capital do Estado do Ceará para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Termo de Contrato lavrado e assinado pelas partes abaixo.

(assinado digitalmente)

Contratante

(assinado digitalmente)

CONTRATADA

Aprovo.

(assinado digitalmente)



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**

Marcelo Mesquita Monte

Procurador-Chefe da PR/CE



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026
90001/2026 (Compras.gov/PNCP)**

**PGEA Nº 1.15.000.002298/2025-71
EDITAL**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO CEARÁ**

ANEXO I AO CONTRATO xx/2026

TERMO DE REFERÊNCIA PE_____